

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 30/04/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Advocacia-Geral da União**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 7 questões passíveis de anulação pela banca examinadora. No tipo de prova comentado, são elas: 2, 24, 30, 63, 65, 66 e 74.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da AGU**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, verificar sua possível nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a provável nota de corte da 1º fase, que será apresentada e comentada no nosso evento **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**.

Vocês poderão acompanhar tudo isso através deste link:

<https://cj.estrategia.com/portal/gabarito-extraoficial-agu-advogado-da-uniao/>

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – AGU

QUESTÃO 01 - A respeito da ação declaratória de constitucionalidade (ADC), assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

- a) No processamento de ADC, não se admite pedido de desistência.
- b) A ADC é contemporânea à promulgação da CF, tendo surgido por força do poder constituinte originário.
- c) Não é possível a modulação de efeitos no âmbito de ADC.
- d) O rol de legitimados para propor ADC mantém-se o mesmo desde a promulgação da CF.
- e) O deferimento de medida cautelar em ADC tem como efeito a observância imediata da lei objeto da ADC nos processos que a envolvam, os quais deverão seguir seu curso normalmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, extraída do artigo 16 da Lei nº 9.868/99: “Art. 16. Proposta a ação declaratória, não se admitirá desistência.”

A letra B está incorreta pois a ADC foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, não sendo fruto do poder constituinte originário.

A letra C está incorreta pois há possibilidade de modulação de efeitos tanto em julgamento de ADI como de ADC, conforme art. 27 da Lei nº 9.868/99.

A letra D está incorreta, já que quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 a ADC nem sequer existia.

A letra E está incorreta, pelo contrário do afirmado na questão, o deferimento de medida cautelar em ADC consiste em determinação de que os juízes e Tribunais suspendam o julgamento de todos os processos que envolvam a aplicação da lei em questão.

QUESTÃO 02- Com relação ao controle de constitucionalidade, julgue os próximos itens à luz da CF e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

I É possível a utilização da técnica da autocomposição no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade (ADI).

II O advogado-geral da União, uma vez oficiado, deverá defender obrigatoriamente o ato impugnado na ADI, seja este federal ou estadual.

III É permitido desistir de medida cautelar formalizada no âmbito de ADI.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Comentários

Questão controversa com **possibilidade de anulação**.

O item I é questionável, pois a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não é pacífica quanto à possibilidade de utilização de técnicas de autocomposição no controle de constitucionalidade, tendo um julgado afirmando que é possível em ADPF.

O item II também é questionável. Existem decisões no STF que dispensam o AGU de defender obrigatoriamente os atos impugnados, por exemplo, quando o STF já declarou inconstitucional dispositivo semelhante ou quando houver conflito de interesses. Ocorre que decisão recente decidiu



que não há exceção. Sendo, portanto, uma posição conflitante dentro do próprio Supremo Tribunal Federal.

O item III está incorreto, tendo em vista que não é permitido desistir de medida cautelar em ADI, nem do próprio mérito da ADI.

É possível que o gabarito venha como **Letra A**, mas sugere-se o recurso para anulação da questão.

QUESTÃO 03- O poder constituinte originário é

- a) autônomo, limitado e incondicionado.
- b) autônomo, ilimitado e condicionado.
- c) subordinado, limitado e incondicionado.
- d) subordinado, ilimitado e condicionado.
- e) autônomo, ilimitado e incondicionado.

Comentários

A alternativa correta é **letra E**.

A posição amplamente majoritária é a de que o Poder Constituinte Originário é autônomo, ilimitado e incondicionado, não se subordinando a nenhuma norma prévia.

QUESTÃO 04 - (...) representa a tentativa de superar o contraste rígido entre norma e fato, deslocando o problema para o debate sobre estática e dinâmica na teoria do Estado. Nessa teoria, a Constituição é uma realidade integrante.

Paulo Bonavides: Curso de direito constitucional. 17° ed. São Paulo: Editora Malheiros, p. 178 (com adaptações).

O fragmento de texto apresentado diz respeito ao método interpretativo

- A) tópico-problemático.
- B) hermenêutico-concretizador.
- C) científico-espiritual.
- D) normativo-estruturante.
- E) hermenêutico clássico.

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.

O Fragmento apresentado na questão refere-se ao método científico-espiritual.

Por esse método, a interpretação constitucional deve levar em conta a ordem ou o sistema de valores

subjacente à Constituição, assim como o sentido e a realidade que esta possui como elemento do processo de integração comunitária.

A interpretação constitucional transcende a busca por resposta ao sentido dos conceitos do seu texto, procura, sobretudo, associar sentido e realidade, integrar a lei aos valores da comunidade, agregá-la à realidade existencial do Estado.

Trata-se de um método de cunho sociológico, pois as normas constitucionais são interpretadas precipuamente a partir de valores subjacentes ao texto constitucional, por meio da “captação espiritual”

da realidade de um povo. Daí falar-se em “científico-espiritual”.

QUESTÃO 05- De acordo com o entendimento do STF, o questionamento quanto à compatibilidade de lei federal editada em 1970 com a CF. em razão de ter sido verificada



potencial ofensa à isonomia constitucional entre trabalhadores urbanos e rurais, é cabível mediante

- a) ação direta de inconstitucionalidade, sendo prescindível a demonstração de controvérsia judicial relevante.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental incidental, sendo imprescindível a demonstração de controvérsia judicial relevante.
- c) arguição de descumprimento de preceito fundamental autônoma, sendo prescindível a demonstração de controvérsia judicial relevante.
- d) exclusivamente controle incidental de constitucionalidade, por se tratar de norma pré-constitucional.
- e) ação direta de inconstitucionalidade, sendo imprescindível a demonstração de controvérsia judicial relevante.

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.

A impugnação no controle de constitucionalidade de normas pré-constitucionais somente é cabível por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Ademais, não é necessário a demonstração de controvérsia judicial relevante, sendo este o requisito para a ADC, e não para a ADPF.

O requisito da ADPF é a controvérsia constitucional, e não a controvérsia judicial, conforme o inciso I do artigo 1º da Lei nº 9.882/1999.

QUESTÃO 06 - A respeito do controle difuso de constitucionalidade, observada a sistemática da repercussão geral no âmbito do STF, assinale a opção correta.

- a) A repercussão geral, oriunda do poder constituinte originário, promoveu o afastamento entre os controles concentrado e difuso de constitucionalidade, tendo restringido a eficácia expansiva dos pronunciamentos do STF tomados a partir de casos concretos, potencializando o papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade.
- b) A repercussão geral, oriunda do poder constituinte derivado, promoveu a aproximação entre os controles concentrado e difuso de constitucionalidade, tendo conferido especial eficácia expansiva aos pronunciamentos do STF tomados a partir de casos concretos, esvaziando o papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade.
- c) A repercussão geral, oriunda do poder constituinte originário, promoveu a aproximação entre os controles concentrado e difuso de constitucionalidade, tendo conferido especial eficácia expansiva aos pronunciamentos do STF mediante análise em abstrato, potencializando o papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade.
- d) A repercussão geral, oriunda do poder constituinte derivado, promoveu o afastamento entre os controles concentrado e difuso de constitucionalidade, tendo restringido a eficácia expansiva dos pronunciamentos do STF mediante análise em abstrato, potencializando o papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade.
- e) A repercussão geral, oriunda do poder constituinte originário, promoveu a aproximação entre os controles concentrado e difuso de constitucionalidade, tendo conferido especial eficácia expansiva aos pronunciamentos do STF tomados a partir de casos concretos, esvaziando o papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade.

Comentários

A alternativa correta é **letra B**.



Primeiramente, convém ressaltar que a sistemática de repercussão geral não é fruto do poder constituinte originário, sendo criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, ou seja, pelo poder constituinte derivado reformador. Dessa forma, já descartamos as alternativas A, C e E.

Por conseguinte, a repercussão geral APROXIMOU o controle concentrado e o difuso, tendo em vista que as decisões exaradas em Recursos Extraordinários com Repercussão Geral têm eficácia erga omnes, de forma similar ao controle concentrado.

Assim, resta também incorreta a letra D.

QUESTÃO 07- Acerca do reconhecimento da união homoafetiva no Brasil, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do STF e as disposições da CF.

a) Há na CF norma expressa acerca do casamento e da união estável, detalhando homem e mulher como os gêneros envolvidos em ambos os casos, de modo que o STF, ao reconhecer a união homoafetiva, procedeu mediante interpretação do preceito do Código Civil que regula a união estável, observada a concretização dos direitos fundamentais e de outros preceitos constitucionais.

b) A CF possui norma expressa acerca do casamento, mas não acerca da união estável, razão por que o STF, ao reconhecer a união homoafetiva, procedeu mediante interpretação do preceito do Código Civil que regula a união estável, observada a concretização dos direitos fundamentais e de outros preceitos constitucionais.

c) Em que pese o texto constitucional detalhar homem e mulher como os gêneros envolvidos no casamento, a CF não o faz em relação à união estável, razão por que o reconhecimento, pelo STF, da união homoafetiva partiu deste último preceito, observada a concretização dos direitos fundamentais e de outros preceitos constitucionais.

d) A CF proíbe expressamente a união entre pessoas do mesmo sexo, razão por que o STF, ao reconhecer essa possibilidade, partiu da ponderação entre a força normativa da CF e os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

e) Em que pese o texto constitucional detalhar homem e mulher como os gêneros envolvidos em uma união estável, a CF não faz em relação ao casamento, razão por que o reconhecimento da união homoafetiva pelo STF partiu daquele primeiro preceito, observada a concretização dos direitos fundamentais e de outros preceitos constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é **letra E**.

O §3º do artigo 226 da Constituição Federal assim dispõe: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.”

Dessa forma, o texto constitucional não faz menção ao casamento entre homem e mulher. O STF na ADPF 132, Para o ministro Luiz Fux, diversos princípios constitucionais garantem esse direito aos casais do mesmo sexo, como o da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Segundo ele, o conceito de família só tem validade se privilegiar a dignidade das pessoas que a compõem, e somente por força da intolerância e do preconceito se poderia negar esse direito a casais homossexuais.

QUESTÃO 08- No que concerne aos remédios constitucionais, assinale a opção correta conforme a jurisprudência do STF.

a) Em caso de procedência de mandado de injunção, é possível a cominação de pena pecuniária pela continuidade da omissão legislativa.

b) Não é admitida a impetração originária de *habeas corpus* contra ato de ministro do STF.



c) Compete ao STF processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato de tribunal de justiça de estado.

d) Admite-se a formalização de mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.

e) Admite-se a impetração de habeas data para obtenção de vista de processo administrativo.

Comentários

A alternativa correta é **letra B**.

A questão tem como resposta correta a letra B, que é letra seca da Súmula 606 do STF: “Não cabe habeas corpus originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso.”

A letra A está incorreta, pois o STF entende que não cabe cominação de multa pecuniária em mandado de injunção: “3. O mandado de injunção é ação constitutiva; não é ação condenatória, não se presta a condenar o Congresso ao cumprimento de obrigação de fazer. Não cabe a cominação de pena pecuniária pela continuidade da omissão legislativa” (STF - MI: 689 PB, Relator: Min. EROS GRAU, Data de Julgamento: 07/06/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ XXXXX-08-2006 PP-00019 EMENT VOL-02243-01 PP-00001 RTJ VOL-00200-01 PP-00003 LEXSTF v. 28, n. 333, 2006, p. 139-143)

A letra C está incorreta porque compete ao próprio tribunal de justiça julgar o mandado de segurança impetrado contra seus atos.

A letra D está incorreta porque é incabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado (Súmula nº 268/STF): “Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado”

A letra E está incorreta pois o remédio constitucional adequado para obtenção de vista de processo administrativo é o mandado de segurança, conforme jurisprudência do STJ: “Não se admite o emprego do habeas data como meio para a obtenção de cópia de autos de processo administrativo disciplinar, em que o autor figure como implicado, porquanto tal propósito não encontra abrigo no que dispõe o art. 7º, inciso I, da Lei 9.507/1997.” (STJ. 1ª Seção. HD 282/DF, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 12/12/2018.)

QUESTÃO 09- Em relação do constitucionalismo e ao sistema constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

A) As Constituições simbólicas são aquelas que se preocupam com a eficácia das normas constitucionais em detrimento do reconhecimento dos valores sociais que elas impliquem.

B) No Brasil, adota-se o sistema de dupla revisão das normas constitucionais.

C) O denominado patriotismo constitucional apregoa abandono de ideias nacionalistas e a busca de uma identidade política coletiva conciliada com uma perspectiva universalista comprometida com os princípios do Estado democrático de direito.

D) O marco histórico do neoconstitucionalismo no direito brasileiro data do reconhecimento dos preceitos democráticos e dos direitos básicos à liberdade, à propriedade e à segurança pela Constituição Federal de 1946.

E) De acordo com a doutrina, em geral, a origem da constitucionalização do direito encontra-se na primeira Constituição Federal Brasileira, haja vista o seu conteúdo analítico e casuístico.

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.



Conforme ensinamentos de Habermas: “Habermas vai além da afirmativa do amigo e professor de Direito Público de Harvard, Michelman, de que o patriotismo constitucional seria somente um compartilhamento consciente de sentimentos (MICHELMAN, 2001, p. 254)⁵ ou de que seria apenas de um consenso ético de uma dada comunidade (CRUZ, 2006, p. 97), pois, para ele, o patriotismo constitucional é fonte de legitimidade de toda a estrutura do Poder Constituinte e de sua Teoria Discursiva. Ou seja, o povo e o nacionalismo são substituídos pela ideia de patriotismo constitucional. Agora a identidade do sujeito é constituída por um compartilhamento coletivo de uma permanente aprendizagem com os princípios constitucionais” (<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r25818.pdf>)

A letra A está incorreta, porque a Constituição Simbólica é aquela que não corresponde minimamente à realidade, não subordinando as relações políticas e sociais subjacentes.

A letra B está incorreta, pois não se adota o sistema da dupla revisão. Esse sistema é o que permite a modificação ou revogação, via Emenda Constitucional, das normas que estabelecem limites ao poder reformador (cláusulas pétreas), ficando, assim, aberto o caminho para que, em um momento posterior, altere-se o conteúdo que as cláusulas pétreas proibiam a alteração.

A letra D está incorreta, porque conforme a doutrina majoritária, o marco histórico do neoconstitucionalismo no direito brasileiro foi com a Constituição Federal de 1988. Ressalta-se que o período histórico do neoconstitucionalismo foi o pós-guerra, tendo acontecido após a Constituição de 1946, portanto.

A letra E está incorreta, pois a origem da constitucionalização do direito encontra-se na Constituição Federal de 1988, que de forma analítica, tratou de trazer para o plano constitucional praticamente todos os direitos, efetuando, assim, uma ampla constitucionalização dos direitos.

QUESTÃO 10- Quanto ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) **É função do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo fixar prazo para que se adotem providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.**
- b) **Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) decretar intervenção federal para garantir o exercício das funções afetas ao Poder Judiciário.**
- c) **Os membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) serão nomeados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal para o exercício de mandato de dois anos.**
- d) **É competência do Supremo Tribunal Federal (STF) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar convenções internacionais aprovadas pelo Congresso Nacional e ratificadas pelo presidente da República.**
- e) **As decisões administrativas dos tribunais devem motivadas em sessão restrita aos seus membros, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta do órgão colegiado.**

Comentários

A alternativa correta é **letra A**.

Conforme o artigo conforme o artigo 103-B, §4º, II, CF/88: “Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: (...)II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;”



A letra B está incorreta, pois somente o Presidente da República pode DECRETAR a intervenção federal. No caso da representação interventiva julgada pelo Supremo Tribunal Federal, ele somente ordena que o presidente decrete a intervenção: “CF. Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] X - decretar e executar a intervenção federal;”

A letra C está incorreta, porque não são todos os membros do CNJ que são nomeados pelo presidente da república. O presidente do CNJ sempre será o presidente do STF, somente os demais membros serão nomeados pelo presidente da república. “CF. Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo: [...] § 1º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. § 2º Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.”

A letra D está incorreta, porque as convenções internacionais aprovadas pelo Congresso Nacional nem sempre são parâmetro para o recurso extraordinário. Somente aquelas aprovadas na forma do §3º do art. 5º da Constituição Federal, que obtenham status de emenda constitucional, integrando o chamado bloco de constitucionalidade. “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

A letra E está incorreta, pois as decisões administrativas dos tribunais devem ser motivadas em sessão **PÚBLICA**, e não sessão restrita. “CF. Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...] X as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;”

QUESTÃO 11 – A área técnica do Ministério do Desenvolvimento Regional constatou que determinada faixa de terra situada na área do município X, no estado Y, jamais integrou o patrimônio de um particular nem teve qualquer destinação atribuída ao poder público.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta no que tange à titularidade das terras devolutas.

A) Por se tratar de terras devolutas, a titularidade da área descrita será, em regra, da União.

B) Será do município X a titularidade das terras devolutas se elas forem caracterizadas como área de preservação ambiental.

C) A área pertencerá ao município X, porque está em sua delimitação territorial.

D) A área pertencerá ao estado Y, salvo se for indispensável à defesa das fronteiras, das fortificações militares e das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.

E) A titularidade das terras devolutas somente será da União se a área descrita for comprovadamente indispensável à defesa de fronteiras, fortificações militares ou vias de comunicação.

Comentários

A alternativa correta é **letra D**.

Conforme o art. 20 da CF, são bens da União: “I - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;”

E são bens dos estados, conforme o art. 27 da CF/88: “Incluem-se entre os bens dos Estados: [...] IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.”



Considerando que a terra em questão “jamais integrou o patrimônio de um particular nem teve qualquer destinação atribuída ao poder público”, trata-se de um bem do estado Y, conforme a letra D.

QUESTÃO 12- De acordo com as disposições constitucionais a respeito da ordem econômica, assinale a opção correta.

- a) O Estado não poderá executar diretamente serviços públicos que pressuponham a realização de licitação, exceto quando necessários aos imperativos da segurança nacional ou por relevante interesse coletivo.
- b) Em vista do princípio da soberania nacional, as atividades econômicas desenvolvidas por empresas privadas dependerão de autorização de órgãos públicos.
- c) É inconstitucional, por violar o princípio da livre iniciativa, qualquer lei que regulamenta a remessa de lucros pelo investidor estrangeiro.
- d) A exploração direta de atividades econômicas é assegurada aos estados-membros da Federação, haja vista o princípio da livre concorrência.
- e) Sociedade de economia mista que explora atividade econômica de produção de bens ou de prestação de serviços se sujeitará ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis e tributárias

Comentários

A alternativa correta é **letra E**.

Prescreve o art. 173 da Constituição Federal: “Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: [...] II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;”

A letra A está incorreta pois existem casos previstos na Constituição Federal que autorizam a execução de serviços públicos diretamente pelo Estado.

A letra B está incorreta porque a ideologia constitucional de 1988 é do Brasil como Estado Incentivador. Ou seja, a iniciativa privada é livre e não cabe ao estado autorizar o desenvolvimento de atividades econômicas.

A letra C está incorreta porque o art. 172 da Constituição assim dispõe: “A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.”

E por fim, a letra D está incorreta pois conforme visto, o art. 173 da CF impõe que a exploração de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. Não sendo ampla a liberdade de atuação do Estado-Membro, com base no princípio da livre iniciativa.

QUESTÃO 13 Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), deputados federais e senadores A) não podem ser presos em flagrante, em razão da necessidade de prévia autorização da respectiva casa legislativa a que pertençam.

B) podem ser presos preventivamente caso cometam crime hediondo, cabendo à respectiva casa legislativa, por dois terços dos seus membros, deliberar pela manutenção revogação da prisão.



C) podem ser presos em flagrante por crime inafiançável, podendo a respectiva casa legislativa, pela maioria absoluta de seus membros, revogar ou manter a prisão.

D) não podem ser presos, mesmo nas hipóteses de crimes inafiançáveis, em razão da imunidade parlamentar que os protege.

E) estão sujeitos à prisão temporária, desde que previamente autorizada pela respectiva casa legislativa, caso cometam crime inafiançável.

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.

Trata-se de questão que pode ser respondida exclusivamente com base no §2º do art. 53 da CF/88: “Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.”

14 - Considerando as normas da CF e a jurisprudência do STF a respeito das medidas provisórias, assinale a opção correta.

a) É possível emenda a projeto de lei de conversão de medida provisória, ainda que a emenda não esteja associada ao tema e à finalidade originais da referida medida.

b) Os pressupostos da relevância e da urgência para a edição de medidas provisórias constituem elementos de natureza política, não se submetendo ao controle judicial.

c) A CF não impõe limitação à prorrogação da vigência de medida provisória, mas determina a sua entrada em regime de urgência nas casas do Congresso Nacional, caso ela não seja apreciada em até 120 dias após sua publicação.

d) Uma vez editada a medida provisória, será imediatamente revogada a legislação anterior.

e) É inconstitucional lei decorrente de conversão de medida provisória cujo conteúdo caracterize a reedição, na mesma sessão legislativa, de outra medida provisória que não tenha sido apreciada pelo Congresso estabelecido pela CF.

Comentários

A alternativa correta é **letra E**.

Trata-se de entendimento do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade: “É inconstitucional medida provisória ou lei decorrente de conversão de medida provisória cujo conteúdo normativo caracterize a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória anterior rejeitada, de eficácia exaurida por decurso do prazo ou que ainda não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal. (STF. Plenário. ADI 5717/DF, ADI 5709/DF, ADI 5716/DF e ADI 5727/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgados em 27/3/2019 (Info 935).”

A letra A está incorreta. Trata-se da expressão “contrabando legislativo”, em que o Poder Legislativo emenda uma medida provisória enviada pelo poder executivo com temas alheios à finalidade original do projeto. Não é possível tal atuação.

A letra B está incorreta porque o Supremo Tribunal Federal por algumas vezes já aventou a possibilidade do controle judicial dos pressupostos de relevância e urgência das medidas provisórias.

A letra C está incorreta conforme o §3º do art. 62 da CF/88: “As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.”

A letra D está incorreta porque a medida provisória, enquanto não transformada em lei, apenas suspende os efeitos da lei anterior, não revogando-a.



QUESTÃO 15 - Em relação aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a opção correta.

- A) As atividades dos partidos políticos poderão ser financiadas por doação de entidades estrangeiras, desde que haja regular prestação de contas dos valores recebidos.
- B) É prescindível a renúncia do presidente da República ao mandato que ocupa, antes do pleito eleitoral, para concorrer a cargo diverso.
- C) O condenado por improbidade administrativa a sanção de suspensão dos direitos políticos por oito anos, cuja sentença tenha transitado em julgado, não poderá concorrer a cargo eletivo na próxima eleição, mas poderá nela votar.
- D) O direito de participação em debates eleitorais e a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão deverão ser designados proporcionalmente ao número de candidatos, não podendo sofrer restrições pela via legislativa.
- E) É constitucional a cumulação da inelegibilidade com a suspensão dos direitos políticos.

Comentários

A alternativa correta é **letra E**, trata-se de entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da constitucionalidade da chamada “Lei da Ficha Limpa”: “11. A inelegibilidade tem as suas causas previstas nos §§ 4º a 9º do art. 14 da Carta Magna de 1988, que se traduzem em condições objetivas cuja verificação impede o indivíduo de concorrer a cargos eletivos ou, acaso eleito, de os exercer, e não se confunde com a suspensão ou perda dos direitos políticos, cujas hipóteses são previstas no art. 15 da Constituição da República, e que importa restrição não apenas ao direito de concorrer a cargos eletivos (ius honorum), mas também ao direito de voto (ius suffragii). **Por essa razão, não há inconstitucionalidade na cumulação entre a inelegibilidade e a suspensão de direitos políticos.**” (BRASIL, Supremo Tribunal Federal, ADI n. 4.578; ADC n. 29; ADC n. 30, 2012) A letra A está incorreta, conforme o art. 17 da CF: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: [...] II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;”

A letra B está incorreta, trata-se da inelegibilidade relativa prevista no art. 14, §6º, da CF: “Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.”

A letra C está incorreta, com a suspensão dos direitos políticos, o condenado perde a capacidade eleitoral passiva e ativa, não podendo votar nem ser votado.

A letra D está incorreta, pois há legislação que regulamenta o direito a participação de debates e propaganda eleitoral gratuita, não havendo repartição igualitária entre o número de candidatos.

QUESTÃO 16 – Considerando o que dispõe a Lei nº 13.848/2019, assinale a alternativa correta acerca da ouvidoria nas agências reguladoras.

- a) Haverá, em cada agência reguladora, três ouvidores, que atuarão sem subordinação hierárquica e exercerão suas atribuições sem cumulação com outras funções.
- b) O ouvidor terá mandato de dois anos.
- c) Os relatórios do ouvidor deverão ser encaminhados ao conselho diretor ou à diretoria colegiada da agência reguladora, que poderá manifestar-se no prazo de vinte dias úteis.
- d) O ouvidor poderá ser exonerado *ad nutum*.
- e) O processo administrativo contra o ouvidor somente poderá ser instaurado pelo dirigente máximo ou pelo órgão colegiado da agência.

Comentários



A alternativa correta é **letra E**.

Dispõe o 4º do art. 22 da Lei nº 13.868: “Os relatórios do ouvidor deverão ser encaminhados ao conselho diretor ou à diretoria colegiada da agência reguladora, que poderá se manifestar no prazo de 20 (vinte) dias úteis.”

A letra A está incorreta pois haverá em cada agência somente 1 ouvidor, conforme art. 22 da Lei nº 13.868: “Haverá, em cada agência reguladora, 1 (um) ouvidor, que atuará sem subordinação hierárquica e exercerá suas atribuições sem acumulação com outras funções.”

A letra B está incorreta porque o ouvidor terá mandato de 3 anos, conforme art. 23, §1º, da Lei nº 13.868: “O ouvidor terá mandato de 3 (três) anos, vedada a recondução, no curso do qual somente perderá o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar.”

A letra D está incorreta, pois a perda do cargo só pode ocorrer por renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar, conforme art. 23, §1º, da Lei nº 13.868: “O ouvidor terá mandato de 3 (três) anos, vedada a recondução, no curso do qual somente perderá o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar.”

A letra E está incorreta, conforme §3º do art. 23 da Lei nº 13.868: “O processo administrativo contra o ouvidor somente poderá ser instaurado pelo titular do ministério ao qual a agência está vinculada, por iniciativa de seu ministro ou do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, em decorrência de representação promovida pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada da respectiva agência.”

QUESTÃO 17 – De acordo com o disposto da Lei nº 13.303/2016, compete ao comitê de auditoria estatutário das empresas estatais

a) estabelecer política de porta-vozes com vistas a eliminar o risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

b) discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes.

c) preservar a independência do conselho de administração no exercício de suas funções.

d) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente.

e) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública ou a sociedade de economia mista.

Comentários

A alternativa correta é **letra D**.

Todas as alternativas são competências de diversos órgãos das empresas estatais.

A alternativa A está incorreta porque essa é uma das competências do Conselho de Administração (art. 18, III): “Art. 18. Sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 , e das demais atribuições previstas nesta Lei, compete ao Conselho de Administração: [...] III - estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;”

A alternativa B está incorreta porque essa também é uma das competências do Conselho de Administração (Art. 18, I): “Art. 18. Sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 , e das demais atribuições previstas nesta Lei, compete ao Conselho de Administração: I - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de



governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;”

A alternativa C está incorreta pois é uma competência do acionista controlador. (art. 14, II): “Art. 14. O acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá: [...] II - preservar a independência do Conselho de Administração no exercício de suas funções;”

A alternativa D está CORRETA, pois é uma competência do comitê de auditoria estatutário. (Art. 24, I): “Art. 24. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente. [...] I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;”

A alternativa E está incorreta, pois é uma competência do conselho de administração (art. 18, II): “Art. 18. Sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 , e das demais atribuições previstas nesta Lei, compete ao Conselho de Administração: [...] II - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública ou a sociedade de economia mista, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;”

QUESTÃO 18 – Com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

a) É facultativa a utilização do sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) pelos órgãos e entidades da administração pública, para efeito de cadastro unificado de licitantes, conforme regulamento.

b) A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre ocupantes de cargo em comissão ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a sua homologação.

c) O contrato deverá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever a matriz de alocação de riscos, dividindo-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado.

d) O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: menor preço; maior desconto; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior lance, no caso de leilão; e maior retorno econômico.

e) Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, caso o objeto do contrato não seja concluído no período firmado, o prazo de vigência não será automaticamente prorrogado, sendo necessária a nova cláusula que defina a data de sua conclusão.

Comentários

A alternativa correta é **letra D**.

A letra A está incorreta pois não é facultativa a utilização do sistema de registro cadastral unificado, conforme art. 87 da Lei 14.133: “Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, na forma disposta em regulamento.”

A letra B está incorreta devido à expressão “ocupantes de cargo em comissão”, somente servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública podem exercer a função de agente de contratação, vide art. 8º da Lei 14.133: “A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar



decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.”

A letra C está incorreta pois a matriz de alocação de riscos, em regra, é facultativa, vide art. 22 da Lei 14.133: “O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.”

A letra D está CORRETA, pois prevê todos os critérios de julgamento das propostas esculpidos no art. 33 da Lei 14.133: “O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: I - menor preço; II - maior desconto; III - melhor técnica ou conteúdo artístico; IV - técnica e preço; V - maior lance, no caso de leilão; VI - maior retorno econômico.”

A letra E está incorreta, porque no contrato que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo firmado no contrato, vide art. 111 da Lei 14.133: “Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.”

QUESTÃO 19 - Em relação a contratos de parceria público-privada, é correto afirmar que o prazo de vigência contratual, compatível com a amortização de investimentos realizados, será

- a) de, no máximo, vinte anos, improrrogável.
- b) de, no máximo, dez anos, prorrogável por igual período.
- c) não inferior a cinco anos, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo-se eventual prorrogação.
- d) de, no máximo, cinco anos, prorrogável por período.
- e) não inferior a cinco anos, nem superior a trinta anos, incluída eventual prorrogação.

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.

Conforme inciso I do art. 5º da Lei nº 11.079: “As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever: I – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.”

Todas as outras alternativas preveem prazos diferentes, razão pela qual estão erradas.

QUESTÃO 20 – A luz da lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a opção correta.

- A) Na esfera administrativa, as sanções de advertência e suspensão serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis por atos lesivos previstos na lei.
- b) Na esfera administrativa, as sanções às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na lei não poderão ser aplicadas de forma cumulativa.
- c) A aplicação das sanções previstas na lei não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- d) Os efeitos do acordo de leniência não serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, mesmo que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.



e) No caso de aplicação de sanção, a manifestação jurídica da advocacia pública ou do órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público é dispensável.

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.

A chamada lei anticorrupção, Lei nº 12.846/2013, não prevê as sanções de advertência e suspensão, razão pela qual o item A está incorreto.

O item B está incorreto porque a lei prevê a aplicação de forma isolada ou cumulativa das sanções lá previstas.

O item C é o item CORRETO, conforme §3º do art. 6º, Lei nº 12.846/2013: “A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.”

O item D está incorreto pois os efeitos do acordo de leniência serão sim estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, conforme § 5º do art. 16 da Lei nº 12.846/2013 “Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.”

Por fim, o Item E está errado pois a manifestação jurídica não é dispensável, conforme § 2º do art. 6º da Lei nº 12.846/2013: “A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida da manifestação jurídica elaborada pela Advocacia Pública ou pelo órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público.”

QUESTÃO 21 – Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e seu regulamento no direito administrativo, assinale a opção correta.

a) Não se considera obstáculo para a decisão que decretar a invalidação de ato administrativo a imposição de perdas excessivas ao sujeito atingido, não havendo necessidade de indicação das condições para a regularização, quando for o caso.

b) A decisão que invalida o ato administrativo será legítima ainda que não haja indicação expressa das consequências jurídicas e administrativas advindas dessa invalidação.

c) A invalidação de ato administrativo independe da imposição de perdas excessivas ao sujeito atingido, sendo desnecessária, em qualquer caso, a indicação das condições para a sua regularização.

d) A indicação de formas de regularização de ato administrativo não é um direito do sujeito atingido pela invalidação do ato, sendo mera liberalidade da esfera controladora indicar, conforme a lei, as consequências jurídicas e administrativas do referido ato.

e) Exige-se, para a invalidação de ato administrativo, que essa decisão não imponha perdas excessivas ao sujeito atingido, bem como não se omita, quando for o caso, a indicação das condições para a sua regularização.

Comentários

A alternativa correta é **letra E**.

A questão versa sobre os regulamentos de direito administrativo constantes do art. 21 da LINDB: “A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.”



O parágrafo único do artigo 21 dispõe que a decisão administrativa, controladora ou judicial, deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

Dessa forma, a questão inteira foi extraída da lei seca mencionada.

A letra E é a correta, estando as demais incorretas conforme o artigo transcrito.

QUESTÃO 22 – Em relação ao domínio público terrestre, é correto afirmar que a terra devoluta

- a) não possui qualquer destinação pública.**
- b) é bem indisponível.**
- c) integra a categoria de bens de uso especial.**
- d) não é objeto de ação discriminatória.**
- e) é sempre possível de usucapião.**

Comentários

A alternativa correta é **letra A**.

Trata-se de uma questão doutrinária acerca de bens públicos, mais especificamente sobre terras devolutas.

Da forma que a questão foi colocada, o item A é o item correto. Não sendo utilizado na forma do art. 20, II, da Constituição Federal, ou seja, para defesa de fronteiras, fortificações, construções militares, vias federais de comunicação ou preservação ambiental, a terra devoluta, em regra, não possui qualquer destinação pública.

A letra B está incorreta, pois os bens públicos indisponíveis são aqueles que o poder público não pode dispor, estando afetados para alguma destinação pública específica. Como mencionado anteriormente, em regra as terras devolutas não tem uma destinação, não sendo, portanto, um bem indisponível.

A letra C está incorreta porque, não tendo qualquer destinação pública, não integra a categoria de bens de uso especial.

A letra D está incorreta porque, a ação discriminatória é justamente o procedimento que visa separar as terras devolutas das não devolutas.

A letra E está incorreta porque, nenhum bem público está sujeito à usucapião: “ Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. [...] **§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.**”

QUESTÃO 23 – De acordo com o disposto na Lei n.º 9.784/1999, o processo administrativo

- a) define-se como uma relação trilateral, onerosa, que se desenvolve em órgão administrativo ou jurisdicional e cujo objetivo é a resolução de um litígio.**
- b) é instaurado por provocação ou ex officio; nele, a relação é bilateral e a administração age como parte e como interessada, daí a ausência de coisa julgada como preclusão máxima das decisões.**
- c) equivale ao processo judicial exceto no que diz respeito à ausência de terceiro imparcial, que é o juiz.**
- d) consiste em um conjunto de papéis exclusivamente organizados em pasta física, com o objetivo de restringir direitos por meio de uma decisão final autoexecutória e revisível pelo Poder Judiciário.**



E) é um rito formal, unilateral, inquisitório e preparatório de uma decisão final, não adversarial, que pode ter caráter cogente ou não, salvo nos processos administrativos disciplinares.

Comentários

A alternativa correta é **letra B**.

A letra A está incorreta porque os procedimentos administrativos não são uma relação trilateral, não são onerosos, tampouco se desenvolvem em órgãos jurisdicionais.

A letra B é a alternativa CORRETA, realmente pode ser instaurada por provocação ou ex officio, sendo uma relação bilateral e no sistema adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, as decisões administrativas não fazem coisa julgada. “Lei 9.784. Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.”

A letra C está incorreta porque tem diversas diferenças em relação ao processo judicial, a citar o terceiro imparcial, a ausência de coisa julgada, entre outros.

A letra D está incorreta, o processo administrativo não guarda nenhuma relação com um conjunto de papéis.

A letra E está incorreta, não é um rito unilateral, tampouco inquisitório.

QUESTÃO 24 – O ato de improbidade administrativa

a) não caracteriza ilícito de natureza civil nem política.

b) não implica a suspensão de direitos políticos.

c) não constitui, por si só, crime.

d) nunca corresponde a tipo penal.

e) não corresponde a ilícito administrativo

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.

Trata-se de uma questão polêmica com enunciado genérico acerca de Improbidade Administrativa. Sugere-se **recurso para anulação**.

A letra A é controversa na doutrina e na jurisprudência quanto à natureza, não se podendo afirmar que não se caracteriza um ilícito civil ou político. No entanto, na recente reforma operada pela Lei n. 14.230 na Lei de Improbidade Administrativa, nos parece que o legislador quis deixar claro que não se trata de um ilícito civil: “Art. 17-D. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.”

A letra B também é controversa, pois, em 2 (dois) tipos de atos administrativos (prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito), há possibilidade de aplicação da sanção de suspensão de direitos políticos, inclusive, conforme o art. 37 da CF: “Art. 37. [...] § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”

A letra C é que provavelmente constará como gabarito oficial, pois, de fato, o ato administrativo por si só, não constitui crime.

A letra D está incorreta porque há diversos tipos na lei de improbidade administrativa que também estão positivados como crime no código penal e em legislações esparsas, prova disso está no fato de que a absolvição criminal pelos mesmos fatos, impede o trâmite da ação de improbidade administrativa: “LIA. Art. 21. [...] § 4º A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos,



confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação da qual trata esta Lei, havendo comunicação com todos os fundamentos de absolvição previstos no art. 386 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941”

A letra E está incorreta pois o ato de improbidade é sim um ilícito administrativo. “LIA. Art. 1º. [...] § 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.”

Ressaltando que se sugere recurso para anulação da questão tendo em vista a possibilidade de mais de um item correto.

QUESTÃO 25 - Assinale a opção correta a respeito da prescrição administrativa.

a) A perda do prazo para a interposição de recurso contra decisão administrativa não acarreta prescrição administrativa, mas decadência.

b) Decai em cinco anos o direito de a administração anular seus próprios atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários, salvo comprovada má-fé.

c) Não existe prescrição administrativa, mas sim preclusão administrativa, que deverá ser sempre expressa e comprovada em processo administrativo.

d) O prazo de prescrição administrativa é de cinco anos para todos os atos administrativos, ressalvados os casos de aplicação de ação punitiva da administração pública federal.

e) A prescrição administrativa só se opera em relação às sanções administrativas aplicadas no exercício do poder disciplinar.

Comentários

A alternativa correta é **letra B**.

A questão versa sobre prescrição administrativa, tendo como item correto a letra B, conforme artigo 54 da Lei nº 9.784/99: “O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.”

A letra A está incorreto porque a perda de prazo para interposição de recurso é PRECLUSÃO, e não decadência.

A letra C está incorreta porque é ponto pacífico na doutrina e na jurisprudência a existência de prescrição administrativa.

A letra D está incorreta porque deve-se analisar caso a caso, não sendo o prazo de 5 anos aplicável a todos os atos administrativos.

A letra E está incorreta porque a prescrição administrativa se opera de forma geral, não sendo limitada apenas ao exercício do poder disciplinar.

QUESTÃO 26 - Suponha-se que a União conceda por meio de lei:

I - benefício fiscal mediante o qual seja implementada a redução de alíquotas do IPI para determinados produtos.

II - benefício fiscal que preveja o diferimento do pagamento do IPI no tocante a determinados produtos.

III - benefício por meio do qual parte do IPI arrecadado seja destinada a determinado fundo para que os valores sejam disponibilizados a certos agentes financeiros.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz das disposições constitucionais e da jurisprudência do STF pertinentes à repartição de receitas entre os entes federados.



Nesse sentido, considere que a sigla FPM, sempre que empregada, se refere ao Fundo de Participação dos Municípios.

a) Tanto no que se refere à concessão mencionada no item I quanto no que diz respeito às mencionadas em II e III, os municípios deverão ser compensados pelas perdas e pela postergação da arrecadação do IPI advindas dos benefícios fiscais implementados pela União, considerado o FPM.

b) No que diz respeito à concessão mencionada no item I, observado o FPM, os municípios fazem jus a compensação pela perda de arrecadação derivada do benefício fiscal da União; no que se refere à concessão mencionada em II, os municípios não poderão ser afetados pela postergação do pagamento do IPI, devendo receber de imediato o valor dos créditos daquele tributo já constituídos; por fim, no que diz respeito à concessão mencionada em III, os municípios não deverão ser compensados pelos valores que deixaram de ser transferidos.

c) No que se refere à concessão prevista no item I, observado o FPM, os municípios fazem jus a compensação pela perda de arrecadação derivada do benefício fiscal da União; no que diz respeito à concessão prevista em II, os municípios se submetem à postergação do pagamento do IPI e somente receberão os valores quando do efetivo recolhimento do tributo devido; por fim, no que respeita à concessão prevista em III, os municípios deverão ser compensados pelos valores que deixaram de ser transferidos.

d) No que concerne à concessão prevista no item I, observado o FPM, os municípios não fazem jus a compensação pela perda de arrecadação derivada do benefício fiscal da União; no que diz respeito à concessão prevista em II, os municípios somente receberão os valores quando do efetivo recolhimento do tributo devido, haja vista o diferimento do pagamento; por fim, no que se refere à concessão prevista em III, os municípios deverão ser compensados pelos valores que deixaram de ser transferidos.

e) No que diz respeito à concessão prevista no item I, observado o FPM, os municípios não fazem jus a compensação pela perda de arrecadação derivada do benefício fiscal da União; no que concerne à concessão prevista em II, os municípios não poderão ser afetados pela postergação do pagamento do IPI, devendo receber de imediato o valor dos créditos daquele tributo já constituídos; por fim, no que se refere à concessão prevista no item III, os municípios não deverão ser compensados pelos valores que deixaram de ser transferidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Item I – benefício fiscal mediante o qual seja implementada a redução de alíquotas do IPI para determinados produtos.

O STF, em sede de repercussão geral, definiu que: “é constitucional a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados por parte da União em relação ao Fundo de Participação de Municípios e respectivas quotas devidas às Municipalidades.” (STF. Plenário. RE 705423/SE, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 17/11/2016 – Tema 653 da - Informativo 847).

A expressão “produto da arrecadação” prevista no art. 158, I, da Constituição da República, não permite interpretação constitucional de modo a incluir na base de cálculo do FPM os benefícios e incentivos fiscais devidamente realizados pela União em relação a tributos federais, à luz do conceito técnico de arrecadação e dos estágios da receita pública.

Para o Supremo, o poder de arrecadar atribuído à União em relação ao IR e ao IPI implica, também, o poder de isentar. Deste modo, quando a CF/88 determina que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) será composto pelo produto dos dois impostos (IR e IPI), isso inclui o resultado das desonerações, não havendo que se falar em direito à compensação pela perda de arrecadação



derivada do benefício fiscal concedido pela União. Entendimento em sentido diverso contrariaria o modelo de repartição de receitas previsto na Constituição Federal.

Conclui-se, portanto, que, “no que concerne à concessão prevista no item I, observado o FPM, os municípios não fazem jus a compensação pela perda de arrecadação derivada do benefício fiscal da União”.

Item II – benefício fiscal que preveja o diferimento do pagamento do IPI no tocante a determinados produtos.

Neste caso, a obrigação de transferência da quota pertencente aos municípios sobre o produto da arrecadação do IPI, relativa à repartição constitucional das receitas tributárias, só ocorre quando há o efetivo recolhimento do tributo, isto é, quando configurada a receita pública por parte da União.

O IPI postergado não pode ser considerado receita pública enquanto não ingressa, efetivamente, nos cofres públicos federais. Se a União fosse obrigada a repassar aos Municípios a parcela do IPI com base apenas no IPI escriturado (mas ainda não incorporado), restaria ferida a autonomia federativa para a concessão e implementação de benefícios fiscais, além de ocorrer impacto negativo em seu equilíbrio fiscal.

O STF decidiu caso similar, porém, relacionado ao ICMS. A tese, por identidade de razão, aplica-se à situação proposta: “Os programas de diferimento ou postergação de pagamento de ICMS — a exemplo do FOMENTAR e do PRODUIR, do Estado de Goiás — não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias previsto no art. 158, IV, da Constituição Federal, desde que seja preservado o repasse da parcela pertencente aos municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais.” (STF. Plenário. RE 1288634/GO, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 16/12/2022 – Tema 1.172 da Repercussão Geral - Informativo 1080).

Assim, “no que diz respeito à concessão prevista em II, os municípios somente receberão os valores quando do efetivo recolhimento do tributo devido, haja vista o diferimento do pagamento”.

Item III - benefício por meio do qual parte do IPI arrecadado seja destinada a determinado fundo para que os valores sejam disponibilizados a certos agentes financeiros.

A situação ora narrada é diversa da do item I (benefício fiscal). Aqui, não há que se falar em desoneração fiscal: o imposto efetivamente ingressa nos cofres públicos e, posteriormente, é redistribuído (direcionado) para fundo específico. Referida operação não se ajusta, a rigor, à noção de renúncia fiscal, afinal, parte dela é reinvestida pelo ente federal.

O tema foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal na ACO 758, tendo sido fixada a seguinte tese: “É inconstitucional a dedução dos valores advindos das contribuições ao Programa de Integração Nacional - PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.” (STF. Plenário. RE 1346658. Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 09/12/2021. Tema 1.187 da Repercussão geral).

O valor arrecadado pela União, destinado a financiar despesas públicas, não pode, sob o ângulo negativo, ser distribuído entre os Municípios. Entender de forma diversa, segundo o STF, implicaria em esvaziar a repartição constitucional de receitas tributárias.

Assim sendo, há necessidade de compensação dos valores que deixam de ser transferidos, revestindo-se de ilegalidade a sua dedução do FPM.

Conclui-se, portanto, que: “no que se refere à concessão prevista em III, os municípios deverão ser compensados pelos valores que deixaram de ser transferidos”.

Ante o exposto, temos que a resposta correta é a letra D: “No que concerne à concessão prevista no item I, observado o FPM, os municípios não fazem jus a compensação pela perda de arrecadação derivada do benefício fiscal da União; no que diz respeito à concessão prevista em II, os municípios somente receberão os valores quando do efetivo recolhimento do tributo devido, haja vista o diferimento do pagamento; por fim, no que se refere à concessão prevista em III, os municípios deverão ser compensados pelos valores que deixaram de ser transferidos”.



QUESTÃO 27. Considerando o disposto na constituição federal de 1988 (CF) e no Código Tributário Nacional (CTN) bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito da fiscalização tributária.

A) O TCU não possui legitimidade para requisitar, diretamente às instituições financeiras, informações sigilosas dos contribuintes.

B) É vedada a divulgação de informações dos contribuintes relacionadas à representação fiscais para fins penais.

C) É legítimo ao fisco promover a quebra de sigilo bancário dos contribuintes quando evidenciada, em processo administrativo regularmente instaurado, a omissão de receitas.

D) É legítimo o Ministério Público requisitar diretamente ao físico dados fiscais dos contribuintes quando verificados indícios de crime.

E) É vedada a divulgação de informações relativas a moratórias de contribuintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A possibilidade de requisição, pelo TCU, sem autorização judicial, de informações bancárias das instituições financeiras está prevista no art. 6º da LC 105/2001, reputado constitucional pelo STF (ADIs 2390/DF, 2386/DF e 2859/DF – julgadas em 24/02/2016 – Informativo 815).

Dispõe o art. 6º da LC 105/2001: “As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente. Parágrafo único. O resultado dos exames, as informações e os documentos a que se refere este artigo serão conservados em sigilo, observada a legislação tributária.”

A alternativa B está incorreta. É legítima a divulgação de informações relacionadas à representação fiscais para fins penais, a teor do art. 198, § 3º, III, do CTN: “Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. § 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (...) I – representações fiscais para fins penais;”

A alternativa C está correta. Trata-se de hipótese consagrada no art. 6º da LC 105/2001, acima colacionado. Vale registrar que, de acordo com o Supremo, em tais hipóteses não haveria uma verdadeira “quebra de sigilo bancário”, mas somente a transferência do sigilo dos bancos ao Fisco. As informações são passadas ao Fisco em caráter sigiloso e assim permanecem na Administração Tributária.

Para tanto, devem ser observados os seguintes parâmetros: “a) pertinência temática entre a obtenção das informações bancárias e o tributo objeto de cobrança no procedimento administrativo instaurado; b) prévia notificação do contribuinte quanto à instauração do processo e a todos os demais atos, garantido o mais amplo acesso do contribuinte aos autos, permitindo-lhe tirar cópias, não apenas de documentos, mas também de decisões; c) sujeição do pedido de acesso a um superior hierárquico; d) existência de sistemas eletrônicos de segurança que fossem certificados e com o registro de acesso; e, finalmente, e) estabelecimento de mecanismos efetivos de apuração e correção de desvios.” (STF. Plenário. ADI 2390/DF, ADI 2386/DF, ADI 2397/DF e ADI 2859/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgados em 24/2/2016 (Info 815).

A alternativa D está incorreta. De acordo com o STJ, é ilegal a requisição, sem autorização judicial, de dados fiscais dos contribuintes pelo Ministério Público. (STJ. 3ª Seção. RHC 83233-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 09/02/2022 - Info 724). Vejamos trecho da ementa: “(...) 3.



Assim, a requisição ou o requerimento, de forma direta, pelo órgão da acusação à Receita Federal, com o fim de coletar indícios para subsidiar investigação ou instrução criminal, além de não ter sido satisfatoriamente enfrentada no julgamento do Recurso Extraordinário n. 1.055.941/SP, não se encontra abarcada pela tese firmada no âmbito da repercussão geral em questão. Ainda, as poucas referências que o acórdão faz ao acesso direto pelo Ministério Público aos dados, sem intervenção judicial, é no sentido de sua ilegalidade. 4. Hipótese dos autos que consiste no fato de que o Ministério Público Federal solicitou, diretamente ao Superintendente da Receita Federal, as declarações de imposto de renda da recorrente, de seus familiares e de diversas pessoas jurídicas, ou seja, obteve-se diretamente do referido órgão documentação fiscal sem que tenha havido qualquer espécie de ordem judicial. 5. A possibilidade de a Receita Federal valer-se da representação fiscal para fins penais, a fim de encaminhar, de ofício, os dados coletados no âmbito do procedimento administrativo fiscal, quando identificada a existência de indícios da prática de crime, ao Ministério Público, para fins de persecução criminal, não autoriza o órgão da acusação a requisitar diretamente esses mesmos dados sem autorização judicial. 6. Recurso provido para reconhecer a ilicitude dos dados (fiscais) obtidos pelo Ministério Público por meio da Receita Federal na Ação Penal n. 0003084-80.2016.4.03.6126, sem autorização judicial, devendo todos os elementos de informação e os deles decorrentes ser desentranhados da ação penal, cabendo ao Juízo de Direito da 3ª Vara Federal de Santo André/SP identificá-los, verificar em quais ações penais foram utilizados e analisar, pormenorizadamente, se as ações penais se sustentariam sem esses indícios.”

A alternativa E está incorreta. A divulgação de informações relativas a moratórias de contribuintes é permitida, de forma expressa, pelo art. 198, § 3º, III, do CTN: “Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. § 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (...) III - parcelamento ou moratória; e”

Questão 28. Considere-se que, no âmbito da condução da política tributária dos Poderes Legislativo e Executivo federais, tenha sido cogitada a adoção das seguintes medidas:

I- Isenção, por meio de lei federal, de IPTU em relação ao ITBI, no âmbito de território Federal dividido em municípios.

II- Assinatura, pelo presidente da república, de tratado internacional que dispõe sobre a isenção de semestre de determinada mercadoria.

III- Alteração, mediante nova lei complementar, da atual lei complementar que dispõe acerca das normas gerais do ISS, para excluir determinada atividade do rol de serviços tributáveis pelo referido imposto.

Nessa situação hipotética, haverá ofensa ao princípio constitucional da proibição das isenções heterônomas caso ocorra adoção:

A) apenas da medida mencionada no item I.

B) apenas da medida prevista no item II.

C) da medida mencionada no item I ou da medida mencionada em III.

D) da medida prevista no item II ou da medida prevista em III.

E) de qualquer uma das medidas mencionadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, porque apenas o item I está ofende o princípio da vedação à isenção heterônoma.

O item I está correto, porque, no caso, a União estaria promovendo, por lei federal, uma isenção em um imposto municipal, o que invadiria a competência do município em questão e ofenderia o



princípio da vedação à isenção heterônoma. Tal princípio está no art. 151 da CF: É vedado à União: III – instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. O item II está incorreto, conforme decidido pelo STF: “a cláusula de vedação inscrita no art. 151, inciso III, da Constituição — que proíbe a concessão de isenções tributárias heterônomas — é inoponível ao Estado Federal brasileiro (vale dizer, à República Federativa do Brasil), incidindo, unicamente, no plano das relações institucionais domésticas que se estabelecem entre as pessoas políticas de direito público interno” (RE 543.943).

O item III está incorreto, é plenamente possível que a União altere o rol dos serviços sujeitos a ISS, como, inclusive, já foi feito algumas vezes (e possivelmente será feito novamente na pretensa reforma tributária).

Questão 29. A Presidência da República editou a Medida Provisória (MP) X, com efeitos a partir da respectiva publicação, revogando a cobrança do adicional de alíquota da COFINS. Antes de decorridos sessenta dias de vigência da MP X, foi editada a MP Y, com efeitos a partir da sua publicação, que, por sua vez, revogou o benefício previsto na MP X, restaurando a cobrança daquele adicional de alíquota da COFINS. A MP Y perdeu eficácia pelo decurso do tempo, razão por que a MP X voltou a ter efeitos pelo prazo que restava, de forma que a cobrança do adicional de alíquota da COFINS foi novamente obstada. A MP X, também pelo decurso do tempo, perdeu sua eficácia, possibilitando que a cobrança do adicional de alíquota da COFINS fosse, por fim, reativada.

Em relação a essa situação hipotética, observados o disposto na CF e a jurisprudência do STF acerca do princípio da anterioridade tributária, assinale a opção correta.

A) A anterioridade nonagesimal deveria ser observada em um momento: após a volta da cobrança da alíquota adicional da COFINS em decorrência da perda da eficácia da MP X, pelo decurso do tempo restante.

B) A anterioridade anual deveria ser observada em dois momentos: após a edição da MP Y, no que revogou a MP X, e após a volta da cobrança da alíquota adicional da COFINS em decorrência da perda da eficácia da MP X, pelo decurso do tempo restante.

C) A anterioridade nonagesimal deveria ser observada em dois momentos: após a edição da MP Y, e após a volta da cobrança da alíquota adicional da COFINS em decorrência da perda da eficácia da MP X, pelo decurso do tempo restante.

D) A anterioridade nonagesimal deveria ser observada em apenas um momento: após a edição da MP Y, no que revogou a MP X.

E) Em nenhum momento, nenhuma das anterioridades tributárias – anual ou nonagesimal – seria aplicável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D é a correta porque a questão foi baseada em um julgado do STF que envolveu um caso prático relacionado à MP 774/17, que tratou do COFINS. Segue ementa do julgado:

“Agravo regimental em recurso extraordinário. Direito tributário. Cofins-Importação. Alíquota adicional. Artigo 8º, § 21, da Lei 10.865/04. MP nº 774 e 794, de 2017. Princípio da anterioridade nonagesimal em relação à MP nº 774/17. Impossibilidade. Ausência do elemento surpresa. 1- A perda da eficácia da Medida Provisória nº 774/17, em razão de sua não apreciação pelo Congresso Nacional, revigorou o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865/04 e, assim, o adicional da Cofins-Importação nele previsto. O retorno da produção de efeitos desse dispositivo não se sujeita à anterioridade nonagesimal, em razão da ausência do elemento surpresa. 2- Agravo regimental ao qual se nega provimento. 3- Condeno a parte agravante ao pagamento de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa, consoante o art. 1.021, § 4º, do Novo CPC, caso seja unânime a votação. (AgRg no RE 1.395.908, STF, 1ª T, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 06/03/23, Proc. Eletrônico DJe-056,



DJE 16/03/23) Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. Direito tributário. Cofins-Importação. Alíquota adicional. Artigo 8º, § 21, da Lei 10.865/04. Medidas Provisórias nºs 774 e 794, de 2017. Revogação por decurso de prazo. Desnecessidade de nova lei para cobrança do adicional da Cofins-Importação. Princípio da anterioridade nonagesimal em relação à MP nº 774/17. Impossibilidade. Ausência do elemento surpresa. 1- De acordo com a jurisprudência da Corte, a medida provisória paralisa os efeitos dos atos do poder público a ela anteriores ou com ela conflitantes, inibindo-os, transitoriamente, em seu conteúdo e eficácia. Sua não conversão em lei restaura a eficácia jurídica dos diplomas afetados pela superveniente edição do ato normativo provisório. A restauração de eficácia não se confunde com o instituto da repriminção, gerando efeitos desde a data de edição da medida provisória não convertida. Precedente: ADI nº 221/DF-MC. 2- A perda da eficácia da MP nº 774/17, em razão de sua não apreciação pelo Congresso Nacional, revigorou o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865/04 e, assim, o adicional da Cofins-Importação nele previsto. O retorno da produção de efeitos desse dispositivo não se sujeita à anterioridade nonagesimal, em razão da ausência do elemento surpresa. 3- Agravo regimental ao qual se nega provimento.” (AgRg no RE 1.395.472, STF, 1ª T, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 19/12/22, Proc. Eletrônico DJe-056, DJE 16/03/23)

Dessa forma, considerando que nenhuma das MPs foi convertida em lei, retornou-se ao status anterior, o que, conforme frase final do julgado, não se sujeita à anterioridade nonagesimal. Portanto, após a volta da cobrança da alíquota adicional da COFINS em decorrência da perda da eficácia da MP X, não há que se falar em anterioridade nonagesimal.

Todavia, no breve momento em que a MP Y inovou e restaurou a cobrança da contribuição, ela precisou respeitar a anterioridade tributária (como ela não foi convertida em lei, aconteceu o descrito no parágrafo anterior, mas, no breve período que esteve vigente, foi necessário o respeito à anterioridade).

Por isso, a resposta é letra D. A anterioridade nonagesimal deveria ser observada em apenas um momento: após a edição da MP Y, no que revogou a MP X.

Questão 30. Considerando o disposto na CF e no CTN bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca da competência tributária.

- A) A União pode alterar a competência tributária constitucional dos estados.**
- B) Atualmente, todas as competências tributárias discriminadas na CF estão sendo exercidas, exceto aquelas de caráter residual da União.**
- C) A capacidade tributária ativa, que não pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito público ou privado, surge após o exercício da competência tributária.**
- D) A competência tributária é passível de delegação a pessoas jurídicas de direito público.**
- E) Uma vez exercida a competência tributária por determinado ente federado, não será possível perdoar o débito tributário dela decorrente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A (passível de anulação)**.

A alternativa A está correta, a questão está mal feita. É possível que haja, por exemplo, uma alteração na Lei Kandir, que impactaria na competência tributária dos estados. Ou, quem sabe, uma alteração da Constituição pelo constituinte derivado para alterar a competência tributária dos estados. Não dá para saber muito bem se foi isso que a banca quis dizer. Ou, de repente, a questão está se filiando à corrente de que a competência tributária é cláusula pétrea... Aguardemos o gabarito oficial.

A alternativa B está incorreta, a União não instituiu, por exemplo, o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto constitucionalmente.



A alternativa C está incorreta, porque a capacidade tributária ativa pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito público, conforme parte final do art. 7º do CTN (que, conforme a doutrina, se refere à capacidade tributária).

A alternativa D está incorreta. Conforme diz o art. 7º do CTN: “A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.”

A alternativa E está incorreta. É possível, sim, conceder remissão do débito tributário, que nada mais é do que o perdão da dívida, segundo art. 172 do CTN: “A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:”

Questão 31. No ano de 2021, Emanuel, no exercício de cargo comissionado no Ministério das Comunicações, celebrou contrato administrativo para a aquisição de papel A4 para o referido ministério. Essa contratação foi precedida de parecer jurídico elaborado pela consultoria jurídica do órgão, que opinou pela regularidade da contratação.

Em 2022, quando Emanuel já havia sido exonerado do cargo em comissão e não mais possuía vínculo com a administração pública federal, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao promover auditoria no referido ministério, apontou algumas irregularidades na contratação supracitada e instaurou o processo de tomada de contas especial.

Após regular citação, Emanuel, por intermédio de advogado particular, contratado especialmente para atuar na referida tomada de contas especial, fez requerimento administrativo para que a Advocacia-Geral da União (AGU) o representasse extrajudicialmente.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

A) O requerimento administrativo deverá ser indeferido, haja vista que é vedado à AGU atuar extrajudicialmente nas hipóteses em que o requerente não mais exerça nenhuma função pública na esfera federal.

B) Em razão de o ato administrativo objeto do questionamento ter sido praticado dentro das atribuições do ex-servidor, bem como de a prática do ato ter sido precedida de análise do órgão jurídico competente e não ter sido vislumbrada qualquer ilegalidade, não haveria óbices à representação extrajudicial pela AGU.

C) Mesmo que o ato questionado pelo TCU tenha sido aprovado expressamente pela consultoria jurídica do Ministério das Comunicações, o pedido de representação extrajudicial formulado deverá ser indeferido, haja vista o patrocínio concomitante do requerente por advogado privado.

D) O pedido de representação extrajudicial deveria ter sido instruído com as informações necessárias à defesa, competindo à Consultoria-Geral da União a requisição dos documentos administrativos junto aos órgãos da administração pública federal, independentemente de recusa administrativa.

E) O pedido de representação extrajudicial deveria ter sido formulado no prazo limite de quinze dias contados da ciência de Emanuel, a fim de que a AGU tivesse tempo hábil para analisar o pedido de assunção da representação e elaborar a defesa administrativa do ex-servidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 8º da Portaria CGU nº 42/2018: “Art. 8º A CGU e seus órgãos de execução poderão representar extrajudicialmente os agentes públicos da União relacionados a seguir: [...] VIII - os titulares de cargos de natureza especial e em comissão da



Administração Direta federal [...] XIII - os ex-titulares dos cargos ou funções referidos nos incisos anteriores, quando o ato comissivo ou omissivo imputado tenha sido praticado no exercício do cargo ou função”.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 9º da Portaria CGU nº 42/2018: “Art. 9º Não cabe a representação extrajudicial do agente público quando se observar: I - terem sido os atos praticados fora do exercício das atribuições constitucionais, legais ou regulamentares; II - ausência de prévia análise do órgão de consultoria e assessoramento jurídico competente, nas hipóteses em que a legislação assim o exige”.

A alternativa C está correta. É a vedação trazida pelo art. 9º, X, da Portaria CGU nº 42/2018: Art. 9º Não cabe a representação extrajudicial do agente público quando se observar: X - o patrocínio concomitante por advogado privado”

A alternativa D está incorreta. Há necessidade da recusa, conforme dispõe o art. 12, da Portaria CGU nº 42/2018: Art. 12. O pedido de representação extrajudicial deverá conter todos os documentos e informações necessários à defesa, tais como: [...] Parágrafo único. Os documentos em poder da Administração Pública federal que não forem franqueados ao requerente, comprovada a recusa administrativa, e reputados imprescindíveis à representação extrajudicial, podem ser requisitados pela CGU e seus órgãos de execução, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.028, de 1995, e do art. 37, inciso XII, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016”.

A alternativa E está incorreta. Não há prazo fixo estipulado, conforme art. 11. da Portaria CGU nº 42/2018: “O pedido de representação extrajudicial poderá ser apresentado em qualquer fase do processo, devendo, caso haja prazo em curso, ser encaminhado em tempo hábil para análise do pedido e assunção da representação”.

Questão 32. À luz da legislação e jurisprudência pertinentes à organização administrativa e ao funcionamento da AGU, assinale a opção correta.

A) A AGU tem por chefe o advogado-geral da União, de livre nomeação pelo presidente da República entre os integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

B) Ao advogado-geral da União compete decidir, após parecer da Corregedoria-Geral, sobre o desempenho dos integrantes da AGU e sobre a confirmação no cargo ou a exoneração do advogado da União submetido a estágio confirmatório.

C) Incumbe às procuradorias da União, em cada estado e no Distrito Federal, a representação da União junto à primeira instância da justiça federal, cabendo ao advogado da União que atuar no processo apresentar instrumento de mandato ou procuração assinada pelo procurador-geral da União.

D) A competência para fixar a interpretação de atos normativos a ser uniformemente seguida no âmbito de um determinado ministério é da consultoria jurídica, cujo parecer, quando aprovado pelas autoridades competentes, obriga também os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas.

E) Ao advogado da União é assegurada a autonomia funcional, podendo discordar de súmula editada pelo advogado-geral da União em suas manifestações, desde que de forma fundamentada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o AGU não precisa ser de carreira, conforme art. 131, § 1º, da CF: § 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada



A alternativa B está incorreta, uma vez que a atribuição de decidir sobre a confirmação é do CSAGU (Art. 7º, III, LC 73/93).

A alternativa C está incorreta, uma vez que advogado público não precisa de procuração.

A alternativa D está correta. É exatamente o que se depreende da interpretação conjunta dos arts. 11, III, e 42 da LC 73/93: “Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente: III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União” e “Os pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Geral e pelos titulares das demais Secretarias da Presidência da República ou pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas”.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, segundo o art. 28, II, da LC 73/93, advogado da união não pode contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotada pelo Advogado-Geral da União.

Questão 33. Após regular procedimento licitatório, o Ministério dos Transportes firmou contrato com a construtora Fórmula Ltda., a fim de construir uma ponte na BR-101. No instrumento, estava prevista cláusula compromissória arbitral.

No curso da obra, em razão do excessivo aumento dos insumos de construção, ocorreu divergência entre os contratantes acerca dos valores devidos pela administração pública federal, razão pela qual foi instaurado o procedimento arbitral para solucionar a controvérsia. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, relativa à arbitragem na administração pública federal.

A) A representação contenciosa arbitral da União será realizada pela consultoria jurídica do Ministério dos Transportes, cabendo ao Núcleo Especializado em Arbitragem (NEA) o acompanhamento dos trabalhos, cujo objetivo é fomentar colaboração e intercâmbio de expertise.

B) Nas arbitragens que envolvam a União, deverão ser adotadas as regras de um órgão arbitral institucional ou de uma entidade especializada, sendo vedada a delegação da regulamentação do procedimento ao próprio árbitro ou ao tribunal arbitral.

C) Caso a sentença arbitral seja contrária aos interesses da União, deverá ser submetida à revisão necessária junto ao juízo arbitral.

D) Caberá ao NEA decidir se a arbitragem na qual a União participará será por direito ou por equidade.

E) A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes, competindo ao NEA atestar a força executória dessa sentença, para fins de seu cumprimento, no âmbito dos órgãos da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, vide art. 1º da Portaria AGU 320/2019: Art. 1º Fica instituído, na Consultoria-Geral da União, o Núcleo Especializado em Arbitragem (NEA), unidade responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e de contencioso arbitral em que a União seja parte ou interessada.

A alternativa B está incorreta, poderá, sim, ser delegado, conforme art. 21 da Lei 9.307/96: “Art. 21. A arbitragem obedecerá ao procedimento estabelecido pelas partes na convenção de arbitragem, que poderá reportar-se às regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada,



facultando-se, ainda, às partes delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, regular o procedimento”.

A alternativa C está incorreta, não há previsão da revisão e não cabe recurso de sentença arbitral, conforme Art. 18 da Lei 9.307/96: “O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário”.

A alternativa D está incorreta. A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito, nunca por equidade, conforme art. 2º, § 2º, da Lei 9.307/96: “§ 3º A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade.”.

A alternativa E está correta. A primeira parte está no art. 23 da Lei 9.307/96: “A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro”, e a segunda parte no art. 2º da Portaria AGU 320/2019: “Ao NEA compete: I – no exercício das atividades do contencioso arbitral: d) atestar a força executória da sentença arbitral para fins de seu cumprimento no âmbito dos órgãos da União”.

Questão 34. De acordo com a Lei nº 13.140/2015, que regulamentou a autocomposição de conflitos nos quais pessoa jurídica de direito público seja parte, assinale a opção correta.

A) Em decorrência do princípio da supremacia do interesse público nos contratos administrativos, as câmaras de prevenção e de resolução administrativa de conflitos não têm competência para dirimir divergências relativas a cláusulas contratuais, sobretudo às relacionadas ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

B) Nos conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos públicos, a composição extrajudicial do conflito afastará a responsabilidade do servidor que tenha dado causa a dívida, ainda que sua ação ou sua omissão constitua infração disciplinar.

C) O advogado-geral da União poderá autorizar, no âmbito de procedimento instaurado nas câmaras de prevenção e resolução administrativa, para solução de controvérsias entre órgãos da administração pública federal, a prática de atos ou concessões de direitos sujeitos à autorização do Poder Legislativo.

D) A conciliação entre órgãos da administração pública federal, em conflitos que envolvam controvérsia jurídica nos quais haja decisão do TCU sobre a matéria discutida, dependerá da anuência expressa do ministro relator.

E) A submissão do conflito às câmaras de prevenção e resolução administrativa, criadas nos órgãos da advocacia pública, é obrigatória quando o conflito envolver divergências entre órgãos da administração pública federal

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pelo contrário, vide art. 32, § 5º, da Lei 13.140/15: “Compreendem-se na competência das câmaras de que trata o caput a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares”.

A alternativa B está incorreta, vide art. 36, § 3º, da Lei 13.140/15: “A composição extrajudicial do conflito não afasta a apuração de responsabilidade do agente público que deu causa à dívida, sempre que se verificar que sua ação ou omissão constitui, em tese, infração disciplinar”.

A alternativa C está incorreta. vide art. 32, § 4º, da Lei 13.140/15: “Não se incluem na competência dos órgãos mencionados no caput deste artigo as controvérsias que somente possam ser resolvidas por atos ou concessão de direitos sujeitos a autorização do Poder Legislativo”.

A alternativa D está correta. É exatamente o que diz o art. 36, § 4º, da Lei 13.140/15: “Nas hipóteses em que a matéria objeto do litígio esteja sendo discutida em ação de improbidade administrativa ou



sobre ela haja decisão do Tribunal de Contas da União, a conciliação de que trata o caput dependerá da anuência expressa do juiz da causa ou do Ministro Relator.”

A alternativa E está incorreta. A competência é da AGU, e não de câmara de prevenção, vide art. 36 da Lei 13.140/15: “No caso de conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a administração pública federal, a Advocacia-Geral da União deverá realizar composição extrajudicial do conflito, observados os procedimentos previstos em ato do Advogado-Geral da União.”

Questão 35. Com relação ao procedimento de celebração de acordos destinados a encerrar, mediante negociação, ações judiciais relativamente a débitos da União, assinale a opção correta.

A) Em decorrência do interesse econômico da União envolvido, a Procuradoria-Geral da União e seus órgãos deverão se manifestar sobre acordo realizado por sociedade de economia mista em demanda judicial, ainda que não tenha havido intervenção da União no feito.

B) A celebração de acordos que envolvam débitos com valor igual ou superior a cinquenta milhões de reais dependerá de prévia e expressa autorização do advogado-geral da União e do ministro de Estado cuja área de competência esteja afeta ao assunto.

C) Os processos e as manifestações que veiculem tratativas de negociação para terminar o litígio com o objetivo de encerrar ações judiciais deverão observar o princípio da publicidade, não podendo ser atribuídas quaisquer restrições de acesso a manifestações e documentos.

D) O acordo judicial que envolva débito da União, nas hipóteses em que for necessária a autorização pelo advogado-geral da União, será celebrado pelo procurador-geral da União e pelo representante da parte contrária que detiver poderes para o ato.

E) Os acordos celebrados mediante negociação, destinados a encerrar conflitos judiciais relativos a débitos da União, poderão prever penalidade pecuniária diversa das previstas em lei ou outro ato normativo

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide art. 21 da Portaria PGU nº 11/2020: “Não compete à Procuradoria-Geral da União e seus órgãos se manifestar sobre acordo realizado por sociedade de economia mista em demanda judicial em que não haja ocorrido intervenção da União.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 2º do Decreto 10.201/2020: “O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área à qual estiver afeto o assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais, que envolvam, respectivamente, a União e empresa pública federal. § 1º A realização de acordos ou transações que envolvam créditos ou débitos com valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto.”

A alternativa C está incorreta. Vide art. 12 da Portaria PGU nº 11/2020: “Os processos e manifestações que veiculam tratativas de negociação serão cadastrados com restrição de acesso no sistema Sapiens, considerando o princípio da confidencialidade, nos termos do art. 166 do Código de Processo Civil, e a estratégia de atuação judicial neles contida, nos termos do art. 7º, II e XIX, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, e no art. 19, I e III, da Portaria AGU n. 529, de 23 de agosto de 2016.”



A alternativa D está incorreta. Vide art. 16, II, da Portaria PGU nº 11/2020: “O termo de acordo será firmado: II - nos acordos judiciais, pelo Advogado da União que atua diretamente na causa e pelo representante da parte contrária detentor de poderes para o ato.”

A alternativa E está incorreta. Vide art. 4º, § 2º, III, da Portaria PGU nº 11/2020: “ É vedada a celebração de negócio jurídico processual: III - que preveja penalidade pecuniária não prevista em lei ou outro ato normativo.”

Questão 36. Relativamente às manifestações elaboradas pelos membros da AGU, assinale a opção correta.

A) É obrigatória a manifestação do advogado-geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade, em virtude da possibilidade de declaração da inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo federal nessas ações.

B) Nas hipóteses em que o parecer jurídico for obrigatório e não vinculante, o processo não poderá prosseguir até que a manifestação seja proferida, sendo possível a responsabilização do parecerista que der/causa ao atraso.

C) Os casos de dispensa de licitação, celebrados sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, que compreendam contratações de obras e serviços de engenharia que envolvam valores inferiores a cem mil reais deverão ser precedidos de manifestação da AGU.

D) A formalização do termo de colaboração, nos termos da Lei n.º 13.019/2014, dependerá da emissão de parecer do órgão de consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

E) O advogado público não pode ser responsabilizado pelo conteúdo de seu parecer quando a manifestação possuir natureza meramente opinativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A manifestação só é obrigatória em ADI, conforme art. 103, § 3º, da CF. Não há previsão de manifestação em ADC's.

A alternativa B está incorreta. Não existe essa previsão legal de interrupção do processo.

A alternativa C está incorreta. Não há essa previsão na Lei 14.133/21.

A alternativa D está correta. É o que diz o art. 35, VI, da Lei 13.019/14: “A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública: VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria”

A alternativa E está incorreta. Segundo o STF: “É possível a responsabilização de advogado público pela emissão de parecer de natureza opinativa, desde que reste configurada a existência de culpa ou erro grosseiro.” (STF. 1ª Turma. MS 27867 AgR/DF, rel. Min. Dias Toffoli, 18/9/2012)

Questão 37. Acerca das prerrogativas da AGU, julgue os itens a seguir.

I O advogado da União tem o direito de ser ouvido, como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente.

II É conferida a autonomia funcional aos membros da AGU.

III É garantido ao membro da AGU o mesmo tratamento protocolar reservado aos magistrados e aos demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.

IV Aos membros da AGU é garantido manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções.

Assinale a opção correta.

A) Apenas os itens I e II estão corretos.

B) Apenas os itens I, II e III estão certos.

C) Apenas os itens I e III estão certos.



D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, porque apenas os itens I e III estão corretos.

O item I está correto, conforme art. 38 da Lei 13.327/16: “VI - ser ouvido, como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente;”

O item II está incorreto, uma vez que não há previsão de autonomia funcional.

O item III está correto, conforme art. 38 da Lei 13.327/16: “VII - ter o mesmo tratamento protocolar reservado aos magistrados e aos demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;”

O item IV está incorreto, conforme art. 28, III, da LC 73/93: “É vedado manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo ordem, ou autorização expressa do Advogado-Geral da União”.

QUESTÃO 38. Assinale a opção que trata de princípio expresso da governança pública, de acordo com a Portaria Normativa AGU n.º 46/2022, que instituiu o Sistema de Governança Corporativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal

A) reparação integral

B) consunção

C) intervenção estatal

D) boa-fé objetiva

E) melhoria regulatória

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Isso porque, conforme referida Portaria Normativa AGU n.º 46/2022, em seu art. 3º, são princípios da governança pública: “I - capacidade de resposta; II - integridade; III - confiabilidade; IV - melhoria regulatória; V - prestação de contas e responsabilidade; e VI - transparência.”

QUESTÃO 39 Considerando o que dispõe a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF) sobre as operações de crédito e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) a seu respeito, assinale a opção correta:

A) LRF veda a contratação de operação de crédito entre entes federados, excepcionando a sua realização entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, desde que os valores não sejam destinados ao financiamento de despesas correntes, e o STF reconheceu a constitucionalidade de tal previsão legal.

B) A LRF veda a contratação de operação de crédito entre entes federados, incluída a administração indireta, porém tal previsão legal foi declarada inconstitucional pelo STF, por desprezar a autonomia dos estados e municípios.

c) A LFR veda a contratação de operação de crédito entre entes federados, excepcionando a sua realização entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, desde que os valores sejam destinados ao financiamento de despesas correntes, e o STF reconheceu a constitucionalidade de tal previsão legal.

D) A LRF veda a contratação de operação de crédito entre entes federados, excepcionando a sua realização via fundos, desde que os valores não sejam destinados ao financiamento de despesas correntes, e o STF reconheceu a constitucionalidade de tal previsão legal.

E) A LRF veda a contratação de operação de crédito entre entes federados, excepcionando sua realizada via fundos, desde que os valores sejam destinados ao financiamento de despesas correntes, porém tal previsão legal foi declarada inconstitucional pelo STF.

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A assertiva amolda-se perfeitamente ao texto do art. 35, *caput*, e §1º, I, da Lei Complementar 101/2000, cuja constitucionalidade foi reconhecida na ADI 2250. Veja-se o texto legal destacado: “É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. § 1º Excetua-se da vedação a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a: I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;”

E veja-se a ementa da ADI 2250: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR 101/2000. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF). ARTIGOS 35 E 51. PRINCÍPIO FEDERATIVO. COMPATIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. 1. O art. 35 da LRF tem a missão de coibir o endividamento gerado a partir de operações internas entre entes da Federação, dados os riscos deste tipo de avença para o equilíbrio das contas públicas. A vedação por ele estabelecida, embora ampla, não é excessiva, uma vez que visa à contenção de quadro de endividamento crônico, cujos impactos sobre a harmonia federativa são sensivelmente relevantes. 2. O art. 51 da LRF não veicula qualquer condicionamento material da autonomia financeira dos Entes federativos, mas de exigência de ordem formal, relacionada à prestação e posterior divulgação das contas públicas. 3. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.” (ADI 2250, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 21/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-223 DIVULG 08-09-2020 PUBLIC 09-09-2020)

A alternativa B está incorreta. A vedação às operações internas entre entes da Federação, mesmo por meio da administração indireta, tem como finalidade a contenção de quadro de endividamento crônico, evitando quebra da harmonia federativa, como decidido na ADI 2250 já citada.

A alternativa C está incorreta. O erro da assertiva encontra-se na afirmativa de que cabe a operação de crédito para realização de despesas correntes, quando, na verdade, essa é expressamente vedada pelo art. 35, §1º, I, da Lei Complementar 101/2000, cuja constitucionalidade do referido dispositivo foi reconhecida na ADI 2250.

A alternativa D está incorreta. O erro da assertiva está na afirmativa de que caberia a operação de crédito via fundos, quando, na verdade, o art. 35, *caput*, da Lei Complementar 101/2000 veda textualmente esta hipótese, tendo sua constitucionalidade sido reconhecida na ADI 2250.

A alternativa E está incorreta. Os erros da assertiva estão nas afirmativas de que caberia a operação de crédito via fundos, quando, na verdade, o art. 35, *caput*, da Lei Complementar 101/2000 veda textualmente esta hipótese, além de que o §1º, I, do mesmo dispositivo veda a realização da operação para cobrir despesas correntes. Além do mais, o referido dispositivo teve sua constitucionalidade reconhecida na ADI 2250.

QUESTÃO 40 O orçamento deve prever todas as receitas e despesas pelo seu valor bruto, sem deduções ou exclusões, a fim de oferecer ao Poder Legislativo uma exata demonstração das despesas nele autorizadas. Isso decorre do princípio orçamentário da

- A) publicidade.**
- B) universalidade.**
- C) exclusividade.**
- D) unidade.**
- E) programação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa A está incorreta. Pelo princípio da publicidade, o conteúdo orçamentário deve ser divulgado (publicado) nos veículos oficiais de comunicação para conhecimento do público e para eficácia de sua validade, conforme art. 37, *caput*, da CF/88. Logo, não foi esse o princípio destacado na questão.

A alternativa B está correta. Pelo princípio da universalidade do orçamento, devem ser lançados todos os valores brutos das receitas e despesas, sem quaisquer descontos, conforme texto do art. 165, §5º, da CF/1988 e art. 6º, *caput*, da Lei 4.320/1964: "Tôdas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções."

A alternativa C está incorreta. O princípio exclusividade (ou pureza), previsto no §8º, do art. 165 da CF/88, estabelece que a Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, salvo abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias, nos termos da lei. O objetivo deste princípio é evitar a presença das chamadas "caudas e rabilongos" (matéria estranha à lei orçamentária). Logo, não foi esse o princípio destacado na questão.

A alternativa D está incorreta. O princípio da unidade estabelece que deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro e para determinado ente, contendo todas as receitas e despesas, conforme expressa previsão no art. 2º da Lei 4.320/64 e pelo §5º do art. 165 da CF/88. Logo, não foi esse o princípio destacado na questão.

A alternativa E está incorreta. O princípio da programação estabelece que as despesas devem ser classificadas de acordo com os fins ou objetivos e os respectivos meios, do que decorre a classificação funcional e programática, que permite uma visão organizada das despesas, uma forma de atender à exigência de transparência e permitir a análise detalhada do gasto público. Logo, não foi esse o princípio destacado na questão.

QUESTÃO 41 A respeito da despesa e da receita públicas, assinale a opção correta conforme a Lei n.º 4.320/1964, a LRF, a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF.

A) A União, os estados e os municípios poderão conceder benefício fiscal que implique renúncia de receita sem a prévia estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro.

B) As normas contidas na LRF quanto ao aumento de despesas, quando exigida a estimativa do respectivo impacto orçamentário-financeiro, são de observância obrigatória até mesmo em períodos de calamidade pública, tal qual o da pandemia de covid-19.

C) Eventual saldo financeiro resultada da execução orçamentária dos Poderes, apurado ao final do exercício financeiro e desvinculado de qualquer obrigação legal, deverá ser incorporado à Conta única do Tesouro Nacional.

D) A aquisição de imóveis é exemplo de despesas de capital na modalidade de investimento.

E) A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas federais deverá ser realizada necessariamente mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas de capital do orçamento da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não cabe a concessão de benefício fiscal que implique renúncia de receita sem prévia estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro, conforme expressa redação do art. 14, *caput*, da Lei Complementar 101/2000: "A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de



resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

A alternativa B está incorreta. Durante o período de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional (tal como ocorreu na pandemia da covid-19), são flexibilizadas as normas orçamentárias, de forma que é possível o aumento de despesa sem estimativa do respectivo impacto orçamentário-financeiro, desde que destinadas ao combate da calamidade pública, conforme expressa redação do art. 65, §1º, III, da Lei Complementar 101/2000: *“Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação: § 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos incisos I e II do caput: III - serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública.”*

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 43, §1º, I, da Lei 4.320/1964: “A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa: Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;”. Ademais, entende o STF: “ORÇAMENTO – SUPERÁVIT – INCORPORAÇÃO – CONTA ÚNICA DO TESOURO. Na forma do artigo 43, inciso I, § 1o, da Lei no 4.320/1964, eventual superávit apurado ao final do exercício financeiro há de ser incorporado à conta única do Tesouro, viabilizando aos Poderes Executivo, responsável pela contabilidade das receitas, e Legislativo a definição do orçamento estadual, observado o princípio da separação dos poderes – artigo 2o da Constituição Federal.” (STF. ADI 6045. Plenário. Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 22/06/2020).

A alternativa D está incorreta. A aquisição de imóveis não é modalidade de investimento, mas de inversão financeira, na forma do art. 12, §5º, I, da Lei 4.320/1964: *“A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;”*

A alternativa E está incorreta. A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas federais não é despesas de capital, mas transferências correntes, conforme texto do art. 12, §2º, da Lei 4.320/1964: *“A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.”*

QUESTÃO 42 Com base nas previsões da CF e na jurisprudência do STF acerca da ordem econômica e financeira, julgue os itens a seguir.

I O regime de licitação estabelecido na Lei n.º 8.666/1993 é inaplicável às sociedades de economia mista que exploram atividade econômica própria das empresas privadas.

II O cooperativismo não é contemplado no texto constitucional como diretriz a ser observada pelo Estado na condição de agente normativo e regulador da atividade econômica.

III O monopólio da União concernente à atividade econômica relacionada ao petróleo impede a contratação de empresas privadas para a realização de serviços inerentes à exploração desse recurso natural.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item II está certo.



- C) Apenas os itens I e III estão certos.**
- D) Apenas os itens II e III estão certos.**
- E) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A assertiva I está correta, porque, conforme Enunciado 17 da I Jornada de Direito Administrativo organizada pelo Conselho Nacional de Justiça: "Os contratos celebrados pelas empresas estatais, regidos pela Lei nº 13.303/2016, não possuem aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993. Em casos de lacuna contratual, aplicam-se as disposições daquela Lei e as regras e os princípios de direito privado". No mesmo sentido se posicionou o Plenário do TCU no Acórdão 739/2020: "Não se aplica subsidiariamente a Lei 8.666/1993 a eventuais lacunas da Lei 13.303/2016 [Lei das Estatais], exceto nas hipóteses nela expressamente previstas (arts. 41 e 55, III) , sob pena de violação aos arts. 22, XXVII, e 173, §1º, III, da Constituição Federal".

A assertiva II está incorreta porque, na forma do art. 174, §2º, da CF/88, o cooperativismo é diretriz a ser observada pelo Estado na condição de agente normativo e regulador da atividade econômica: "Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo."

A assertiva III está incorreta porque, na forma do art. 177, §1º, da CF/88, apesar da exploração de petróleo ser monopólio da União, não é vedada a contratação com empresas estatais ou privadas a realização das atividades para sua exploração, tais como pesquisa, lavra e refino, desde que observadas as condições estabelecidas em lei. Vejamos: "Constituem monopólio da União: I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995) II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores; § 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.

Logo, apenas a assertiva I é correta.

QUESTÃO 43. A indústria X, licenciada pelo estado Y, causou um derramamento de óleo em um rio do município Z. O Ministério Público solicitou que a União e o estado Y cumprissem seu dever de fiscalização ambiental, de modo a conter o dano em andamento, no entanto, não tomaram qualquer providência. O município Z não teve ciência do problema ambiental.

- a) Apenas a indústria X deverá responder pelo dano ambiental.**
- b) A União, a indústria X, o estado Y e o município Z deverão responder solidariamente pelo dano ambiental.**
- c) A União, a indústria X e o estado Y deverão responder solidariamente pelo dano ambiental.**
- d) Apenas a indústria X e o estado Y, que licenciou o empreendimento, deverão responder solidariamente pelo dano ambiental.**
- e) Apenas a União e a indústria X, que causou o derramamento de óleo, deverão responder solidariamente pelo dano ambiental.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O STJ possui entendimento consolidado segundo o qual "A responsabilidade civil da administração pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de



caráter solidário, mas de execução subsidiária”, conforme Súmula 652. Pelo que se depreende da referida súmula, a responsabilidade pelo dano ambiental decorrente da omissão no dever de fiscalização é de caráter solidário.

Analisando o caso concreto em questão, quem efetivamente se omitiu foi a União e o estado Y, vez que demandados pelo MP para que se desincumbissem de seu dever de fiscalização, os quais, no entanto, quedaram-se inertes. O município não foi demandado pelo MP, não havendo como ser responsabilizado por qualquer omissão.

Pelo exposto, conclui-se que a União e o estado Y são responsáveis solidariamente juntamente com a indústria X, por ter violado o seu dever de fiscalização.

QUESTÃO 44. Considerando que determinado fiscal ambiental federal tenha flagrado um proprietário desmatando, a corte raso, 10 hectares de floresta em área de preservação permanente, julgue os seguintes itens.

I – O fiscal ambiental deverá lavrar um auto de infração ambiental, aplicando-lhe multa, além de embargar a propriedade, para fins de responsabilização civil ambiental.

II – O infrator, ao pagar a multa ambiental, estará isento da reparação civil do dano ambiental causado.

III – O desmatamento em questão constitui crime passível de punição com pena de detenção de um a três anos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto, uma vez que a literalidade o art. 16 do Decreto 6.514 dispõe “No caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas, o agente autuante embargará quaisquer obras ou atividades nelas localizadas ou desenvolvidas, excetuando as atividades de subsistência”. Como se pode depreender, há menção expressa à possibilidade de embargos de obras e atividades e não de propriedade, tal qual posto no item.

Ressalta-se que, originalmente, havia a previsão de embargos de área no art. 16, o que foi alterado pelo Decreto 6.686/08, que veio suprimir referida hipótese. A alteração legislativa, no entanto, não se refletiu no § 2º do art. 16, que continuou fazendo menção aos embargos de área, conforme seguinte redação: “Não se aplicará a penalidade de embargo de obra ou atividade, ou de área, nos casos em que a infração de que trata o caput se der fora da área de preservação permanente ou reserva legal, salvo quando se tratar de desmatamento não autorizado de mata nativa”.

Mesmo com a manutenção da menção aos embargos de área no § 2º do art. 16, pela literalidade do caput, entende-se como incorreto o item I.

O item II, está incorreto, devido à independência das esferas de responsabilização esculpida no § 4º do art. 225 da Constituição Federal, que dispõe: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Além disso, o STJ já se manifestou neste sentido, ressaltando haver uma diferenciação da reparação do dano ambiental com relação à multa administrativa, conforme segue: “Não se pode confundir multa com indenização. A indenização busca restaurar o estado anterior, reparar o prejuízo causado e tem como parâmetro principal o valor do dano na forma do art. 944 do Código



Civil, que estabelece, em nosso ordenamento jurídico, o princípio da reparação integral. A multa ou sanção civil de caráter punitivo tem como elemento principal a reprovabilidade da conduta, e não propriamente o dano causado. Logo, não é possível equivaler a indenização com a sanção. (STJ. Segunda Turma. Resp 1.519.040 - SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 14/11/2022).

O item III está correto, conforme expressa previsão do art. 38 da Lei 9.605/98: “Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente”.

QUESTÃO 45. Conforme legislação ambiental pertinente, a competência para aprovar o manejo e a supressão de vegetação, florestas e formações sucessoras em imóveis rurais é uma atribuição

- a) Da União
- b) Do estado
- c) Da Comissão Tripartite Nacional
- d) Do município
- e) Do Conselho Nacional de Meio Ambiente

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O art. 8º, inciso XVI, alínea *b*, da Lei Complementar 140/11, é expresso em prever a atribuição dos estados referente à ação administrativa de aprovar manejo e a supressão de vegetação em hipótese de imóveis rurais, conforme segue: “São ações administrativas dos Estados: XVI - aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em: b) imóveis rurais, observadas as atribuições previstas no inciso XV do art. 7º”.

46 – Considerando o art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF pertinente à possibilidade de licenciamento ambiental para atividade potencialmente poluidora, julgue os itens seguintes.

I – A dispensa estadual do licenciamento de atividade impactante viola o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e configura inobservância dos princípios da proibição de retrocesso em matéria socioambiental, da prevenção e da precaução.

II – A definição das atividades passíveis de licenciamento ambiental está prevista resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

III – A Constituição Federal de 1988 exige que seja realizado estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de uma atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, a exemplo da mineração.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, por se tratar de entendimento fixado pelo STF no âmbito da ADI 4529/MT, conforme dispõe a seguir: “O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta o art. 225 da Constituição da República. Empreendimentos e atividades



econômicas apenas serão considerados lícitos e constitucionais quando subordinados à regra de proteção ambiental. A atuação normativa estadual flexibilizadora caracteriza violação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e afronta a obrigatoriedade da intervenção do Poder Público em matéria ambiental. Inobservância dos princípios da proibição de retrocesso em matéria socioambiental, da prevenção e da precaução” (STF. Plenário. ADI 4529/MT, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 21/11/2022 - Info 1076).

O item II está correto, considerando que o art. 2º, caput e § 1º, da Resolução CONAMA n. 237/97 prevê de forma expressa que o seu conteúdo inclui a definição das atividades passíveis de licenciamento ambiental, conforme segue: “Art. 2º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. § 1º Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no anexo 1, parte integrante desta Resolução”.

O item III está correto, por se tratar de menção literal do que dispõe o art. 225, § 1º, inciso IV, da Constituição Federal, segundo o qual: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

QUESTÃO 47. Assinale a opção que indica corretamente o conjunto de teorias com o qual o conceito de distinção sistemática se relaciona.

- A) teoria da imprevisão, teoria da onerosidade excessiva, teoria da base do negócio.**
- B) teoria da equivalência, teoria da causalidade, teoria da imputação e teoria da probabilidade.**
- C) teoria da competência, teoria da ordenação, teoria da tradição e teoria do interesse.**
- D) teoria da segurança jurídica, teoria do direito e desenvolvimento e teoria da ponderação.**
- E) teoria da diferença, teoria do patrimônio e teoria da realidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Distinção sistemática (Bydlinsky) é o termo utilizado para diferenciar o direito público do direito privado, em contraposição ao dogma positivista de Hans Kelsen. Segundo aquela corrente, o Direito Privado vem se fortalecendo e avançando em todos os setores, inclusive nos espaços ocupados pelo Direito Público¹. Nesse sentido, as teorias da imprevisão, da onerosidade excessiva e a da base do negócio, diferentemente das demais teorias apresentadas, são de aplicação própria às relações privadas.

A alternativa B está incorreta pois as teorias apresentadas são aplicadas tanto no Direito Público quanto no Direito Privado.

¹ <https://www.conjur.com.br/2018-jun-12/entrevista-otavio-luiz-rodrigues-coordenador-direito-capes>



A alternativa C está incorreta pois as teorias apresentadas são aplicadas tanto no Direito Público quanto no Direito Privado.

A alternativa D está incorreta pois as teorias apresentadas são aplicadas tanto no Direito Público quanto no Direito Privado.

A alternativa E está incorreta pois as teorias apresentadas são aplicadas tanto no Direito Público quanto no Direito Privado.

QUESTÃO 48 Assinale a opção correta no que tange aos contratos regulados pelo Código Civil, especialmente após as mudanças introduzidas pela Lei da Liberdade Econômica, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A) As hipóteses de caso fortuito e de força maior sempre incidirão nas resoluções contratuais que se deem de forma culposa.

B) A revisão de contratos de direito civil cujas relações forem paritárias receberá o mesmo tratamento jurisprudencial dado à revisão dos contratos de consumo.

C) Conforme expressa previsão legal, a liberdade contratual será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

D) A lei prevê expressamente que as partes negociantes deverão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação dos pressupostos de revisão das cláusulas negociais.

E) A teoria da imprevisão, originada no direito administrativo francês, foi recepcionada pelo direito civil brasileiro, tendo sido expressamente prevista pelo atual Código Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta pois há casos em que, ainda que haja caso fortuito e de força maior de forma culposa, o contratante pode responder pelos prejuízos e deve indenizar o credor por eventuais perdas e danos comprovados. Um exemplo ocorre quando há acordo expresso entre as partes, conforme parte final do art. 393: “O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”.

A alternativa B está incorreta. O tratamento jurisprudencial dado à revisão dos contratos de consumo leva em conta a vulnerabilidade intrínseca do consumidor, aplicando-se, assim, a Teoria do Rompimento da Base Objetiva, não podendo esta ser transposta a relações contratuais em que as partes se encontram em situação de paridade (teoria da Imprevisão).

A alternativa C está incorreta, conforme o art. 421 da Lei de Liberdade Econômica: “A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.”.

A alternativa D está incorreta, conforme a previsão do art. 421-A, inciso I, da Lei de Liberdade Econômica: “as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução”.

A alternativa E está correta porque o atual Código Civil consagrou a teoria da imprevisão, de origem francesa, que remonta à antiga cláusula rebus sic stantibus.

QUESTÃO 49. Acerca da responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil, os aspectos teóricos e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

A) A teoria do nexa causal probabilístico pode ser entendida pela máxima "tudo o que é condição deve ser considerado causa, mas culpa não se confunde com causa".

B) A indenização de vítima que tenha concorrido dolosamente para o evento danoso será fixada tendo-se em conta sua ausência de culpa em confronto com o dolo do autor do dano.

C) O fato de a teoria do risco integral incidir nos casos de danos ambientais denota o caráter supletivo da responsabilidade civil nesses casos, a qual tem expressa previsão constitucional.



D) A chamada culpa in vigilando é aquela decorrente da má escolha do empregado, do representante ou do preposto.

E) A aplicação ampla e irrestrita dos punitive damages aos casos de responsabilidade civil encontra óbice regulador na ordem jurídico-civilista brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Segundo a teoria do nexos causal probabilístico, é possível eliminar a exigência da certeza absoluta de que determinada causa foi a desencadeadora do efeito, podendo-se admitir a mera probabilidade de que a causa haja sido determinante para o resultado lesivo à vítima. No entanto, não se pode admitir o recurso às máximas da experiência comum, ao livre convencimento do juiz e sim a um “alto grau de probabilidade”, fundado em estatísticas².

A alternativa B está incorreta, conforme o art. 945 do Código Civil: “Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano”.

A alternativa C está incorreta, conforme o entendimento do STJ (REsp 1.374.284-MG): “Com efeito, em relação aos danos ambientais, incide a teoria do risco integral, advindo daí o caráter objetivo da responsabilidade, com expressa previsão constitucional (art. 225, § 3º, da CF) e legal (art.14, § 1º, da Lei 6.938/1981), sendo, por conseguinte, descabida a alegação de excludentes de responsabilidade, bastando, para tanto, a ocorrência de resultado prejudicial ao homem e ao ambiente advinda de uma ação ou omissão do responsável”.

A alternativa D está incorreta, pois, em verdade, trata-se da Culpa in eligendo: “culpa decorrente da escolha ou eleição feita pela pessoa a ser responsabilizada, como no caso da responsabilidade do patrão por ato de seu empregado”³.

A alternativa E está correta, conforme o entendimento do STJ (REsp 210.101/PR): “a aplicação irrestrita das “punitive damages” encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002”. Art. 884: “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários”.

QUESTÃO 50. Assinale a opção correta a respeito de posse, propriedade e condomínio, considerando a jurisprudência do STJ e as disposições do Código Civil.

A) A alienação de bem por herdeiro aparente em favor de comprador de boa-fé é exemplo de venda a *non domino*.

B) A usucapião extraordinária tem o prazo prescricional interrompido quando a notificação do proprietário para a desocupação do bem é feita após o implemento dos requisitos aquisitivos.

² 4. Revista de Direito Civil Contemporâneo: NEXO CAUSAL PROBABILÍSTICO: ELEMENTOS PARA A CRÍTICA DE UM CONCEITO.

³ Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro, Forense; METODO, 2021



C) A pretensão do condomínio de cobrar em juízo a taxa condominial, constante em instrumento público ou particular, prescreve no prazo de dois anos, contados do dia do vencimento da prestação.

D) O atual Código Civil brasileiro adota preponderantemente a teoria subjetiva da posse.

E) São princípios do registro imobiliário a legalidade e a distinção das matrículas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme o entendimento do STJ (AgInt-REsp 1.912.741): “A jurisprudência do STJ já proclamou que as alienações feitas por herdeiro aparente a terceiros de boa-fé, a título oneroso, são juridicamente eficazes, a teor do parágrafo único do art. 1.827 do CC/02. Precedente. 3. Consagrou-se, no âmbito desta eg. Corte Superior, o entendimento de que o sistema das nulidades processuais deve ser regido pela máxima *pas de nullité sans grief*, segundo a qual não se decreta nulidade sem a efetiva demonstração do prejuízo”. Venda a *non domino* é aquela realizada por quem não é o dono da coisa. Em regra, a tradição não alienaria a propriedade, entretanto o §1º do art. 1268 do Código Civil traz a exceção que se enquadra na presente alternativa: “Art. 1.268. Feita por quem não seja proprietário, a tradição não aliena a propriedade, exceto se a coisa, oferecida ao público, em leilão ou estabelecimento comercial, for transferida em circunstâncias tais que, ao adquirente de boa-fé, como a qualquer pessoa, o alienante se afigurar dono. § 1º Se o adquirente estiver de boa-fé e o alienante adquirir depois a propriedade, considera-se realizada a transferência desde o momento em que ocorreu a tradição”.

A alternativa B está incorreta, segundo o entendimento do STJ (AgInt no AREsp n. 1.381.453/GO): “A usucapião extraordinária não tem o prazo prescricional interrompido quando a notificação do proprietário para a desocupação do bem é feita após o implemento dos requisitos aquisitivos. 2. Consoante a jurisprudência desta Corte, o simples conhecimento informal do usucapiente acerca de eventual litigiosidade que recai sobre o imóvel, por si só, não é suficiente para ensejar a interrupção da prescrição aquisitiva”.

A alternativa C está incorreta, segundo o entendimento do STJ exarado em Recurso Repetitivo (REsp 1483930-DF): “Na vigência do Código Civil de 2002, é quinquenal o prazo prescricional para que o condomínio geral ou edilício (horizontal ou vertical) exercite a pretensão de cobrança da taxa condominial ordinária ou extraordinária constante em instrumento público ou particular, a contar do dia seguinte ao vencimento da prestação”.

A alternativa D está incorreta. O Código Civil adotou preponderantemente a teoria objetiva da posse (Ihering), conforme seu art. 1.196: “considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”. Assim, basta o exercício de um dos atributos do domínio para que a pessoa seja considerada possuidora.

A alternativa E está correta. O princípio da legalidade impede o registro de títulos inválidos ou imperfeitos, fazendo com que o Registro de Imóveis dê a presunção jurídica de validade e segurança dos negócios, pois ao serem registrados os títulos, estes foram compatibilizados com o registro anterior e com a lei. Inclusive o §2º do art. 1.245 do Código Civil prevê que: “Art. 1.245: Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. §2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel”. Segundo o princípio da distinção das matrículas, a todo imóvel deve corresponder uma única matrícula e a cada matrícula deve corresponder um único imóvel (ou seja, não é possível que a matrícula descreva e se refira a mais de um imóvel). Está previsto no art. 176, §1º, inciso I da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015): “I - cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro ato de registro ou de averbação caso a transcrição possua todos os requisitos elencados para a abertura de matrícula;



QUESTÃO 51. Assinale a opção que corresponde ao instituto jurídico relativo à hipótese de transferência dos direitos do credor para quem pagou a obrigação ou para quem emprestou o necessário para solvê-la.

- A) imputação em pagamento**
- B) sub-rogação**
- C) dação em pagamento**
- D) confusão**
- E) consignação em pagamento**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme a previsão do art. 352 do Código Civil que define imputação em pagamento: “A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos”.

A alternativa B está correta pois o enunciado traz as hipóteses de sub-rogação convencional previstas expressamente nos incisos I e II do art. 347 do Código Civil: “A sub-rogação é convencional: I - quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos; II - quando terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante sub-rogado nos direitos do credor satisfeito.”.

A alternativa C está incorreta porque na dação em pagamento há uma substituição do objeto obrigacional por outro. Está prevista no art. 356 do Código Civil: “O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.”

A alternativa D está incorreta porque a confusão ocorre quando se confundem, na mesma pessoa, as qualidades de devedor e credor, em decorrência de um ato *inter vivos* ou *mortis causa*. Está prevista no art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor”.

A alternativa E está incorreta porque a consignação em pagamento ocorre quando o devedor deposita a coisa devida para liberar-se de uma obrigação assumida em face de um credor determinado. É prevista no art. 334 do Código Civil: “Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais.”.

QUESTÃO 52. Com relação ao negócio jurídico e o ato ilícito, julgue os itens a seguir.

I. Nulidade textual é aquela expressamente disciplinada em lei.

II. A simulação é causa exclusiva de anulabilidade do negócio jurídico.

III. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação nem convalesce pelo decurso do tempo.

IV. Ato praticado em legítima defesa ou no exercício irregular de um direito não configura ato ilícito.

V. O ilícito caducificante é aquele que se relaciona à perda de um direito, como ocorre com a perda do poder familiar.

Estão certos apenas os itens:

- A) I, II e IV**
- B) I, III e V.**
- C) I, IV e V**
- D) II, III e V**
- E) II, III e IV**



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, porque apenas os itens I, III e V estão corretos.

O item I está correto. Nulidade textual, também conhecida por nulidade expressa, é aquela em que a lei expressamente o declarar. Essa hipótese consta no art. 166, inc. VII, do Código Civil: "Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando: VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção". Flávio Tartuce⁴, em seu livro, aponta essa espécie de nulidade quando, por exemplo, há a vedação da doação universal de todos os bens, sem a reserva do mínimo para a sobrevivência do doador (art. 548 do CC).

O item II está incorreto, conforme a previsão do art. 167 do Código Civil: "É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma".

O item III está correto, conforme a previsão do art. 169 do Código Civil: "O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo".

O item IV está incorreto, conforme a previsão do art. 188, inciso I do Código Civil: "Não constituem atos ilícitos: I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido".

O item V está correto. Ilícito caducificante, segundo Felipe Braga Peixoto Netto: "é todo ilícito cujo efeito é a perda de um direito. Também aqui não importa os dados de fatos aos quais o legislador imputou tal eficácia. Importa, para os termos presentes, que se tenha a perda de um direito como efeito de um ato ilícito. Sendo assim, teremos um ilícito caducificante". O autor exemplifica: "Estatui, a propósito, o Código Civil, art. 1.638: "Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: I – castigar imoderadamente o filho; II – deixar o filho em abandono; III – praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; IV – incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente". Assim, o pai (ou a mãe) que espanque o filho pode perder o poder familiar".⁵

QUESTÃO 53. Considerando as disposições do Código Civil e a jurisprudência do STJ a respeito de bens, assinale a opção correta.

A) Os bens de sociedade de economia mista estão sujeitos à usucapião, inclusive quando afetados à prestação de serviço público.

B) Os direitos autorais, a energia elétrica e os direitos de propriedade intelectual são considerados bens móveis.

C) Os navios e aviões são sujeitos à hipoteca e, portanto, são considerados bens imóveis.

D) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, não conservam sua qualidade de bens móveis.

E) Coisa sem dono (res nullius) é aquela que foi objeto de relação de direito, mas deixou de o ser porque seu dono jogou-a fora, com a intenção de a ela renunciar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme entendimento do STJ exposto no AgInt em AREsp 1744947/SE: "A jurisprudência desta Corte Superior entende que os bens de sociedade de

⁴ Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro, Forense; METODO, 2021

⁵ <https://www.responsabilidadecivil.org/single-post/2018/04/02/ato-il%C3%ADcito-e-excluentes-de-ilicitude-publicado-em-2005>



economia mista estão sujeitos à usucapião, exceto quando afetados à prestação de serviço público”.

A alternativa B está correta, conforme a previsão do art. 83. Do Código Civil: “Consideram-se móveis para os efeitos legais: I - as energias que tenham valor econômico; II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações”.

A alternativa C está incorreta. Os navios e aviões, de fato, estão sujeitos à hipoteca, conforme os incisos VI e VII do Art. 1.473 do Código Civil: “Podem ser objeto de hipoteca: VI - os navios; VII - as aeronaves”. Contudo, ainda que nesta condição, não perdem sua qualidade de bens móveis, tratando-se de uma classificação de bens móveis especiais ou *sui generis*, possuindo esse tratamento diferenciado em razão de sua expressão econômica. Art. 82: “São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social”.

A alternativa D está incorreta, conforme a previsão do art. 84 do Código Civil: “Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio”.

A alternativa E está incorreta porque coisa sem dono (*res nullius*): “são aqueles bens ou coisas que não têm dono (coisas de ninguém)”⁶. A alternativa trata, em verdade, da coisa abandonada (*res derelictae*), que não se confundem.

54. Julgue os itens a seguir, relativos a pessoas.

I. O Código Civil brasileiro adota a pluralidade domiciliar.

II. Muda-se o domicílio com a transferência de residência, ainda que não haja intenção manifesta de mudá-lo.

III. O domicílio da pessoa jurídica que tiver estabelecimentos diversos em locais distintos será necessário, no local da sede declarada em registro na junta comercial.

IV. O direito brasileiro adota a comoriência como critério definidor do momento da morte de duas pessoas que falecerem na mesma ocasião, quando não for possível averiguar se a morte de um precedeu à do outro.

V. A personalidade da pessoa jurídica dissolvida subsistirá até a conclusão de eventual liquidação, prescindível a averbação da dissolução no registro da pessoa jurídica.

Assinale a opção correta.

A) Apenas os itens I e IV estão certos.

B) Apenas os itens I, II e V estão certos.

C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

D) Apenas os itens II, III e V estão certos.

E) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, porque apenas os itens I e IV estão corretos.

O item I está correto, conforme as previsões do art. 71 e do parágrafo único do art. 72 do Código Civil que, inclusive, destacam a pluralidade domiciliar residencial e a pluralidade domiciliar profissional: “Art. 71: Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente,

⁶ Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro, Forense; METODO, 2021.



viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas”. Art. 72, parágrafo único: Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem”.

O item II está incorreto, conforme a previsão do art. 74 do Código Civil: “Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar”.

O item III está incorreto, conforme a previsão do § 1º, art. 75 do Código Civil: “Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados”.

O item IV está correto, conforme a previsão do art. 8º do Código Civil: “Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”.

O item V está incorreto, conforme a previsão do art. 8º do Código Civil: Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua. § 1º Far-se-á, no registro onde a pessoa jurídica estiver inscrita, a averbação de sua dissolução. §2º As disposições para a liquidação das sociedades aplicam-se, no que couber, às demais pessoas jurídicas de direito privado. § 3º Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.

55. No que tange às especificidades dos contratos em espécie no Código Civil, assinale a opção correta.

A) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se houver expresso consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.

B) Na locação de coisas por tempo determinado, esta cessará de pleno direito ao final do prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.

C) O depositário não responderá pelos casos de força maior, independentemente de prova do ocorrido.

D) O segurador será obrigado a pagar em pecúnia o prejuízo resultante do risco assumido, ainda que seja convencionada a reposição da coisa.

E) A doação a entidade futura prescreverá se, em dois anos, não estiver regularmente constituída.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme a previsão do art. 496 do Código Civil: “É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

A alternativa B está correta, conforme a previsão do art. 573 do Código Civil: “A locação por tempo determinado cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso”.

A alternativa C está incorreta, conforme a previsão do art. 642 do Código Civil: “O depositário não responde pelos casos de força maior; mas, para que lhe valha a escusa, terá de prová-los”.

A alternativa D está incorreta, conforme a previsão do art. 776 do Código Civil: “O segurador é obrigado a pagar em dinheiro o prejuízo resultante do risco assumido, salvo se convencionada a reposição da coisa”.

A alternativa E está incorreta, conforme a previsão do art. 554 do Código Civil: “A doação a entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente”.

56. Julgue os itens a seguir, relativos a contratos e pessoas, além do Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014) e da Lei da Liberdade Econômica (Lei n.º 13.874/2019).



I. A responsabilidade pela transmissão, comutação ou roteamento de dados, no âmbito do Marco Civil da Internet, não se coaduna com o dever de tratamento isonômico dos pacotes de dados, independentemente de distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

II. Em atenção aos princípios da solidariedade e da dignidade humana, as partes na evicção não podem reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade uma da outra.

III. A Lei da Liberdade Econômica terá aplicação exclusiva na interpretação de contratos relativos a direito civil, empresarial e econômico, e nas relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação, exceto sobre o exercício das profissões.

IV. O casamento, a colação de grau em curso de ensino superior, o exercício de emprego público efetivo e a existência de relação de emprego que garanta economia própria ao menor com dezesseis anos completos são hipóteses legais de emancipação.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item IV está certo.

C) Apenas o item III está certo.

D) Apenas os itens II e IV estão certos.

E) Apenas os itens I, II e III estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, porque apenas o item IV está correto.

O item I está incorreto, conforme a previsão do art. 9º da Lei nº 12.965: “Art. 9º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação”.

O item II está incorreto, conforme a previsão do art. 448 do Código Civil: “Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção”.

O item III está incorreto, conforme a previsão do § 1º, art. 1º da Lei 13.874: “O disposto nesta Lei será observado na aplicação e na interpretação do direito civil, empresarial, econômico, urbanístico e do trabalho nas relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação e na ordenação pública, inclusive sobre exercício das profissões, comércio, juntas comerciais, registros públicos, trânsito, transporte e proteção ao meio ambiente.

O item IV está correto, conforme a previsão do parágrafo único do art. 5º do Código Civil, que apresenta, nos incisos II, III, IV e V as hipóteses legais de emancipação: “Cessar, para os menores, a incapacidade: II - pelo casamento; III - pelo exercício de emprego público efetivo; IV - pela colação de grau em curso de ensino superior; V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria”. O inciso I do referido parágrafo traz hipótese de emancipação voluntária: “I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos”.

Questão 57. No que concerne aos princípios processuais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) e às disposições do Código de Processo Civil (CPC) a respeito das normas processuais fundamentais e da jurisdição, assinale a opção correta.

A) O princípio da duração razoável do processo compreende o direito à solução integral de mérito, incluída a atividade satisfativa.

B) É dever dos juízes e dos tribunais respeitar a ordem cronológica de conclusão dos processos para proferir sentenças ou acórdãos, sendo nula a decisão que não a observar.



C) De acordo com o princípio da não surpresa, em nenhum grau de jurisdição o juiz poderá decidir com base em fundamentos sobre os quais as partes não tenham tido a oportunidade de se manifestar, exceto as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.

D) O princípio do devido processo legal, no aspecto substancial, consiste na exigência constitucional e legal de que ninguém poderá ser privado de seus bens e de sua liberdade sem a observância das garantias processuais mínimas, como o contraditório e o juiz natural.

E) A mediação, a conciliação e a arbitragem são métodos autocompositivos de solução de conflitos admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme art. 4º do CPC, que aborda o princípio da duração razoável do processo: “As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 12 do CPC: “Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão”.

A alternativa C está incorreta, conforme art. 10 do CPC: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, é o devido processo legal formal ou processual que está relacionado ao conjunto de garantias processuais mínimas (contraditório e ampla defesa), ao passo que no devido processo legal material ou substancial, a decisão oriunda do provimento jurisdicional deve fazer prevalecer, sempre, a supremacia das normas, dos princípios e dos valores constitucionais.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário das outras duas, a arbitragem é um método heterocompositivo de solução de conflitos.

Questão 58. Acerca da fazenda pública em juízo e de suas prerrogativas processuais, do litisconsórcio e da intervenção de terceiro assinale a opção correta, de acordo com o CPC e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A) A fazenda pública possui prazos triplicados para manifestar nos autos, devendo a intimação para a prática de tais atos ser promovida, de forma pessoal, ao seu representante judicial.

B) O litisconsórcio será necessário apenas quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

C) A intervenção anômala promovida pela União, por si só, é incapaz de atrair a competência da justiça federal para o processamento da ação.

D) As prerrogativas da fazenda pública em juízo são extensíveis, indistintamente, às empresas públicas e às sociedades de economia mista, dado que elas integram a estrutura da administração pública indireta.

E) Aplicam-se à fazenda pública os efeitos processuais e materiais da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição inicial de ação que verse sobre direitos indisponíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 183 do CPC, que dispõe que o prazo da Fazenda Pública é dobrado: “A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas



autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal”.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 114 do CPC, também será necessário por disposição de lei: “O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.”.

A alternativa C está correta, conforme decidiu o STJ, uma vez que a intervenção anômala no processo – prevista no artigo 5º, parágrafo único, da Lei 9.469/1997 – não configura, via de regra, causa para o deslocamento da competência para a Justiça Federal, por não exigir a presença de interesse jurídico (EREsp 1265625).

A alternativa D está incorreta. As prerrogativas da fazenda pública em juízo não se aplicam, via de regra, a sociedades de economia mista e empresas públicas, mas tão somente aos entes estatais, autarquias e fundações.

A alternativa E está incorreta, conforme o art. 345, II, do CPC: “A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se: II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis”. Dessa forma, o efeito processual da revelia se aplica normalmente à Fazenda Pública, mas não o efeito material.

Questão 59. A respeito do processo de conhecimento, assinale a opção correta de acordo com o CPC e a jurisprudência do STJ.

A) A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem em contestação implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.

B) Nas ações que tiverem por objeto o cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, ficará o autor obrigado a requerê-las expressamente na petição inicial, sob pena de nulidade da sentença que condenar o réu ao seu cumprimento.

C) É lícita a cumulação de pedidos diversos, no mesmo processo, contra o mesmo réu, desde que entre eles haja conexão

D) É possível de ser alegada em contestação a compensação entre dívidas líquidas, justificando-se o não pagamento do valor cobrado e extinguindo-se o direito do autor, ainda que a referida dívida não esteja vencida no momento da alegação.

E) Não havendo cadastro prévio de peritos no tribunal, é lícito ao juiz determinar a produção probatória por perito indicado por uma das partes, ainda que este seja rejeitado pela parte adversa, dado que a prova pericial é uma prerrogativa do juízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. É o que diz o art. 337, § 6º, do CPC: “A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, na forma prevista neste Capítulo, implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral”.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 323 do CPC: “Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las”.

A alternativa C está incorreta. É o que diz o art. 327 do CPC: “É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.”

A alternativa D está incorreta. A compensação é matéria possível de ser alegada em contestação, de forma a justificar o não pagamento do valor cobrado ou a sua redução, extinguindo ou modificando o direito do autor. (STJ. 3ª Turma. REsp 2000288-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 25/10/2022). Todavia, conforme o art. 369 do CC/2002, a compensação se dá apenas entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.



A alternativa E está incorreta. Não há previsão de escolha de perito indicado por somente uma das partes. É possível, segundo o art. 471 do CPC, a escolha de perito em comum acordo entre ambas as partes.

Questão 60. Quanto aos limites da jurisdição nacional, à cooperação internacional e à competência interna, assinale a opção correta.

A) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, julgar as ações em que o réu, independentemente da sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

B) Ocorrerá a continência entre duas ou mais ações quando houver identidade entre as partes, as causas de pedir e os pedidos.

C) O procedimento da carta rogatória, de jurisdição voluntária, tramitará perante o STJ e deverá assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

D) Caberá auxílio direto quando a medida solicitada pela autoridade estrangeira não decorrer diretamente de decisão proferida por autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

E) As sentenças proferidas por órgãos jurisdicionais estrangeiros somente poderão ser executadas no Brasil por meio de carta rogatória, após a concessão de exequatur pelo STJ.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A questão tenta confundir o art. 21 com o art. 23 do CPC: “Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil” e “Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:”

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 56 do CPC: “Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.”

A alternativa C está incorreta. Consoante o art. 36 do CPC: “O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal”.

A alternativa D está correta. É o que diz o art. 28 do CPC: “Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil”.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, são as decisões interlocutórias que podem ser executadas por meio de carta rogatória (após a concessão do *exequatur*) “Art. 960, § 1º A decisão interlocutória estrangeira poderá ser executada no Brasil por meio de carta rogatória”.

Questão 61. No que concerne aos procedimentos especiais referentes à ação monitória, à ação de consignação em pagamento, à oposição e dos embargos de terceiro, assinale a opção correta, de acordo com o CPC e a jurisprudência do STJ.

A) A oposição, procedimento no qual terceiro pretende, no todo ou em parte, coisa ou direito sobre que controvertem autor e réu, poderá ser proposta até o julgamento da apelação.

B) A conversão da ação monitória em procedimento comum será submetida ao contraditório prévio, devendo as partes ser intimadas para manifestarem-se quanto ao interesse na conversão.

C) Considera-se terceiro, para ajuizamento de embargos, o adquirente de bens cuja constrição tenha decorrido de decisão que declarou a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução.



D) A ação de consignação em pagamento poderá ser proposta no domicílio do autor ou no local em que o pagamento deva ser efetuado.

E) É inadmissível ação monitória contra a fazenda pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme o CPC: “Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos”.

A alternativa B está incorreta. Conforme o STJ: "A conversão do procedimento monitório em comum decorre automaticamente quando ocorrer emenda à inicial e/ou oposição de embargos monitórios, pois há previsão legal para isso. É irrelevante, portanto, a vontade da parte de converter ou não o rito processual" (REsp REsp 1.955.835), interpretando o art. 700, § 5º, do CPC.

A alternativa C está correta. Consoante o CPC: “Art. 674, § 2º Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos: II - o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução”

A alternativa D está incorreta. Conforme o CPC: “Art. 540. Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente”.

A alternativa E está incorreta. Conforme o CPC: “art. 700, § 6º É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública”.

Questão 62. Considerando a teoria geral do processo, as fontes do direito processual, o sistema de justiça multiportas, os meios alternativos de solução de conflitos e a jurisdição, assinale a opção correta.

A) O exercício das atividades jurisdicionais é exclusivo do Poder Judiciário.

B) Os conciliadores atuarão, preferencialmente, nos processos judiciais em que houver prévio vínculo com as partes, podendo sugerir soluções para o litígio.

C) O escopo político da jurisdição é a pacificação de sujeitos ou de grupos em litígio, mediante a solução de seus conflitos.

D) São consideradas fontes da norma processual, entre outras, os negócios jurídicos processuais.

E) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos entre entes públicos, vedada a admissibilidade dos pedidos de solução de conflitos entre entes públicos e particulares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, porque a função jurisdicional não é exclusiva do Judiciário. O Legislativo a exerce, por exemplo, quando processa e julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

A alternativa B está incorreta, conforme o CPC “art. 165, § 2º: “O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem”.

A alternativa C está incorreta, na verdade, essa é a definição do escopo social da jurisdição. O escopo político tem relação com a busca do Estado pelo fortalecimento do seu poder.

A alternativa D está correta, porque, de fato, o negócio jurídico é fonte de norma jurídica processual e, assim, vincula o órgão julgador, que, em um Estado de Direito, deve observar e fazer cumprir as normas jurídicas válidas, inclusive as convencionais.



A alternativa E está incorreta, conforme o art. 32 da Lei 13.140/15: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para: I - dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública.”

QUESTÃO 63. Com base nas disposições do CPC e na jurisprudência do STJ acerca dos negócios jurídicos processuais, da tutela provisória e da remessa necessária, assinale a opção correta.

A) A contestação é instrumento processual apto a impedir a estabilização da tutela antecipada antecedente.

B) Compete ao juiz controlar a validade dos negócios jurídicos processuais, devendo invalidá-los nos casos de inserção abusiva em contrato de adesão.

C) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, ainda que esteja fundada em súmulas dos tribunais superiores.

C) É possível o estabelecimento de negócios jurídicos processuais que autorizem a concessão de bloqueios de ativos financeiros sem a oitiva prévia da parte devedora.

E) Após a estabilização, a tutela antecipada concedida em caráter antecedente poderá ser revista, reformada ou invalidada no prazo de um ano, contado da ciência da decisão que extinguiu o processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B (passível de anulação)**

A alternativa A está incorreta, (apesar de ser cabível recurso). Para a 1ª turma do STJ, somente o agravo de instrumento impediria a estabilização dos efeitos da tutela (REsp 1797365-RS, julgado em 03/10/2019), e não a mera contestação. Por ser o julgado mais recente sobre o tema, é o que ficará nesta resolução curta, mas saiba que a 3ª turma tem um julgado um pouco mais antigo indicando que a contestação é suficiente, sim (REsp 1760966-SP, julgado em 04/12/2018)

A alternativa B está correta, conforme o CPC: “Art. 190, parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 496, § 4º, I, do CPC, não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença fundada em súmula de tribunal superior.

A alternativa D está incorreta, porque, segundo o STJ, “negócio jurídico processual não pode dispor sobre ato regido por norma de ordem pública”, o que inclui a concessão de bloqueios de ativos financeiros sem a oitiva prévia da parte devedora.

A alternativa E está incorreta, porque, conforme o art. 604, § 5º, do CPC, o prazo é de 2 (dois) anos.

QUESTÃO 64. Quanto a honorários advocatícios, sentença e coisa julgada, assinale a opção correta de acordo com o CPC em vigor e a jurisprudência do STJ.

A) Considera-se não fundamentada a sentença que deixa de seguir precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

B) O juiz poderá fixar os honorários advocatícios por apreciação equitativa quando o valor da condenação ou o proveito econômico forem elevados.

C) As regras do CPC de 2015 acerca dos honorários advocatícios aplicam-se a caso de inversão da sucumbência decorrente de sentença proferida na vigência do CPC de 1973.

D) Os efeitos materiais da coisa julgada se aplicam à questão prejudicial expressamente decidida pelo juiz nos casos de revelia.



E) Caso haja conflito entre coisas julgadas, deverá prevalecer, em regra, aquela que primeiro transitou em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme o art. 489, § 1º, VI, do CPC: “VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento”.

A alternativa B está incorreta, conforme o STJ: “I) A fixação dos honorários por apreciação equitativa não é permitida quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados” (Recurso Repetitivo – Tema 1076).

A alternativa C está incorreta, conforme o STJ: “aplicam-se as regras previstas no Código de Processo Civil de 1973 para o arbitramento de honorários advocatícios quando a sentença tenha sido proferida na vigência deste diploma, ainda que este título judicial venha a ser reformado, com a inversão da sucumbência, na vigência do Código de Processo Civil de 2015”.

A alternativa D está incorreta, conforme o CPC: “Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. § 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se: [...] § 2º A hipótese do § 1º não se aplica se no processo houver restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.” A revelia está incluída na hipótese do § 2º.

A alternativa E está incorreta, conforme o STJ: “Havendo conflito entre sentenças transitadas em julgado deve valer a coisa julgada formada por último, enquanto não invalidada por ação rescisória.” STJ. Corte Especial. EAREsp 600811/SP, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 04/12/2019.

QUESTÃO 65. Acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), instituto introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pelo Código de Processo Civil (CPC) vigente, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

A) O julgamento do IRDR obedece, preferencialmente, a ordem cronológica de conclusão para julgamento.

B) De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a indicação da necessidade do IRDR é requisito necessário para embasar o pedido de suspensão nacional.

C) A afetação do recurso repetitivo é um requisito negativo de admissibilidade. Porém, a afetação posterior à propositura do IRDR não prejudica a sua admissibilidade, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

D) A admissão do IRDR suspende, de forma automática, os processos em todo o território nacional.

E) Como nos demais recursos, para aqueles que não são beneficiários da justiça gratuita, o pagamento de custas é requisito de admissibilidade do IRDR.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C (passível de anulação)**.

A alternativa A está incorreta. O art. 12 do CPC expressamente exclui da ordem cronológica o julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas

A alternativa B está incorreta, não há esse requisito na jurisprudência do STJ e nem na legislação.

A alternativa C está correta, conforme o CPC, a afetação anterior que prejudica a admissibilidade: art. 976, § 4º, “É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva”.



A alternativa D está incorreta, porque na verdade, é o relator que suspende os processos (art. 982, I, do CPC).

A alternativa E está incorreta, conforme o art. 976 do CPC: “§ 5º Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas”.

QUESTÃO 66. No que se refere ao cumprimento de sentença, tendo em vista que a fazenda pública possui rito diferenciado para o cumprimento de suas obrigações de pagamento decorrentes de título judicial transitado em julgado e considerando o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

A) Considerando que, para a expedição de precatório, é necessário o trânsito em julgado, não é possível o pagamento de valores incontroversos enquanto houver impugnação de parte do valor executado.

B) É possível, via expedição de precatório, o pagamento voluntário por parte da fazenda pública.

C) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), não cabe a fixação de honorários advocatícios na hipótese em que o devedor apresenta os cálculos para expedição da correspondente requisição de pequeno valor ou precatório, caso o credor concorde com o valor apresentado.

D) Sabe-se que o mandado de segurança concede uma ordem mandamental e, por esse motivo, o pagamento de valores entre a impetração e a efetiva implementação da ordem não precisa observar o regime de precatórios.

E) São devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E (passível de anulação)**.

A alternativa A está incorreta. O art. 12 do CPC expressamente exclui da ordem cronológica o julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas

A alternativa B está incorreta, conforme a doutrina: “Se a execução não se submete à sistemática do precatório, é possível haver pagamento voluntário pela Fazenda Pública, já que não há exigência constitucional de observância da ordem cronológica para os créditos de pequeno valor” (DA CUNHA, Leonardo Carneiro. A Fazenda Pública em juízo. 15. ed. rev., atual e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018, pp.141/142).

A alternativa C está incorreta, é o caso da execução invertida, que se aplica às RPV's, conforme o STJ: “É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual não cabe a fixação de honorários advocatícios na hipótese em que o devedor apresenta os cálculos para expedição da correspondente requisição de pequeno valor, caso o credor concorde com o valor apresentado, o que se denomina execução invertida” (REsp 1.761.489).

A alternativa D está incorreta, segundo o STF: “O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal” (Tema 831).

A alternativa E está correta, conforme a súmula 345 do STJ: São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas (faltou essa palavra no enunciado), ainda que não embargadas.

QUESTÃO 67. A respeito da repercussão geral no recurso extraordinário e da relevância da questão federal no recurso especial, assinale a opção correta.

A) De acordo com a doutrina, a repercussão geral e a relevância da questão federal são requisitos utilizados por cortes de cassação.



B) As hipóteses de presunção de relevância da questão federal constantes no § 3º do art. 105 da Constituição Federal de 1988 são exemplificativas, podendo a lei prever outras hipóteses.

C) A desistência do recurso, por ser ato voluntário, impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

D) Será negado o seguimento ao recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reconhecido a existência de repercussão geral.

E) Nos termos da Emenda Constitucional n.º 125/2022, o recurso especial pode não ser conhecido por ausência de relevância das questões de direito federal infraconstitucional quando a manifestação da maioria dos membros do órgão competente para o julgamento for nesse sentido.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, na verdade, são requisitos relacionados a cortes de revisão.

A alternativa B está correta, uma vez que o art. 105, § 3º, VI, da CF diz expressamente que haverá relevância em outras hipóteses previstas em lei.

A alternativa C está incorreta, conforme o art. 998 do CPC: “Parágrafo único. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.”.

A alternativa D está incorreta, conforme o CPC: “Art. 1.035, § 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que: III - tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal”.

A alternativa E está incorreta, na verdade, o quórum é de 2/3, conforme art. 105, § 2º, da CF.

QUESTÃO 68. No que se refere a suspensão de segurança, suspensão de tutela provisória e demais decisões com eficácia imediata, assinale a opção correta.

A) Se da decisão que julga o agravo resultar na manutenção ou no restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao presidente do tribunal competente para que este conheça eventual recurso especial ou extraordinário.

B) É possível suspender várias liminares cujos objetos sejam idênticos em apenas uma decisão de suspensão de liminar; todavia essa decisão não será extensível a liminares futuras.

C) A suspensão deferida pelo presidente do tribunal vigorará sempre até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.

D) A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes prejudica e condiciona o julgamento do pedido de suspensão.

E) Nos pedidos de suspensão de liminar, o presidente do tribunal deverá ouvir o Ministério Público, por se tratar de direito indisponível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. É o que diz o art. 4º, § 4º, da Lei 8.437/92: “§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

A alternativa B está incorreta, conforme o § 8º do art. 4º da Lei 8.437/92: “§ 8º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do



Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original”.

A alternativa C está incorreta, em tese, conforme o § 9º do art. 4º da Lei 8.437/92, a suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal. Mas, se as circunstâncias mudarem, é possível que a própria suspensão seja revista pelo Presidente, por exemplo.

A alternativa D está incorreta, conforme o § 6º do art. 4º da Lei 8.437/92: “A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo”.

A alternativa E está incorreta, conforme o § 2º do art. 4º da Lei 8.437/92: “O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas.”.

QUESTÃO 69. Acerca da reclamação e da ação rescisória, considerando o que dispõe o Código de Processo Civil e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

A) O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que cabe reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos quando esgotadas as instâncias ordinárias.

B) Não cabe arbitramento de honorários nas reclamações.

C) Cabe ação rescisória apenas na decisão transitada em julgado que analisa o mérito.

D) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é competente para apreciar a ação rescisória ainda que não haja pronunciamento do tribunal a respeito do mérito da demanda rescindenda.

E) Ao despachar a inicial da reclamação o relator deverá, obrigatoriamente, suspender a decisão reclamada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme o art. 988, § 5º, II, do CPC: “É inadmissível a reclamação: II- Proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.”

A alternativa B está incorreta. Apesar de ser um tema polêmico, o STJ entende que “É cabível condenação em honorários advocatícios no julgamento de reclamação indeferida liminarmente na qual a parte comparece espontaneamente para apresentar defesa” (STJ. 2ª Seção. Rcl 41.569-DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 09/02/2022)

A alternativa C está incorreta, conforme o art. 966, § 2º, do CPC, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça: I - nova propositura da demanda; ou II - admissibilidade do recurso correspondente.

A alternativa D está incorreta, pois o Superior Tribunal de Justiça “não detém competência para a apreciação de ação rescisória quando não proferiu nenhum pronunciamento a respeito do mérito da demanda rescindenda” (AgRg na AR 5.604/MS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Segunda Seção, DJe 16.9.2015).

A alternativa E está incorreta, porque somente se necessário o relator irá suspender a decisão reclamada (art. 989, II, do CPC).

QUESTÃO 70. No que diz respeito ao recurso especial repetitivo e considerando o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) assinale a opção correta.

a) Caberá agravo interno da decisão que rejeitar proposta de afetação do tema ao rito dos recursos repetitivos.



B) A afetação do recurso especial pode ser realizada pelo relator.

C) A afetação de determinado recurso ao rito dos respectivos não implica a suspensão ou o sobrestamento das demais ações já em curso no âmbito do STJ, mas, apenas, daquelas em trâmite nas instâncias ordinárias.

D) Com base no princípio da segurança jurídica, é assente no STJ o entendimento de que é possível ajuizamento de reclamação contra decisão que defira ou indefira o sobrestamento do feito em razão de recursos especial repetitivo.

E) A afetação do tema gera suspensão automática de todos os processos, individuais ou coletivos, com controvérsias análogas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que não há qualquer disposição no CPC em tal sentido.

A alternativa B está correta, conforme o se depreende do caput do art. 1.037 do CPC: “Selecionados os recursos, o relator, no tribunal superior, constatando a presença do pressuposto do caput do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual [...]”.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 1.037, II, do CPC, a suspensão abarcará todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional (o que inclui o próprio STJ).

A alternativa D está incorreta, segundo o STJ: “É incabível o ajuizamento de reclamação contra decisão que defere ou indefere o sobrestamento do feito em razão de processamento de pedido de uniformização ou recurso especial repetitivo” (STJ. 1ª Seção. Rcl 31193-SC, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 16/09/2021 (Info 710))

A alternativa E está incorreta, pois, em verdade, a suspensão depende da decisão de afetação do relator (art. 1.037, II, do CPC).

QUESTÃO 71. Tendo em vista que, no tocante ao processo coletivo, um dos temas recorrentes na defesa da União em juízo é a legitimidade dos entes coletivos, considerando o entendimento dos tribunais superiores a esse respeito, assinale a opção correta.

A) O sindicato precisa apresentar lista de sindicalizados no momento da propositura da ação.

B) Para executar o título judicial coletivo, o sindicalizado precisa pertencer à categoria no momento da propositura da ação pelo sindicato.

C) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) o sindicato atuará em juízo como substituto processual, representando toda a categoria, exceto quando houver limitação no título judicial coletivo.

D) Ao impetrar o mandado de segurança coletivo, a associação atua como representante processual.

E) A competência para julgar a execução individual de título judicial será, necessariamente, do juízo da liquidação da sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o sindicato, por agir em substituição processual, não precisa de autorização e nem apresentar lista de sindicalizados no momento da propositura da ação: “O sindicato, como substituto processual, tem legitimidade para defender judicialmente interesses coletivos de toda a categoria, e não apenas de seus filiados, sendo dispensável a juntada da relação nominal dos filiados e de autorização expressa”. (STJ. 2ª Turma. AgRg no REsp 1195607/RJ, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 10/04/2012)

A alternativa B está incorreta, uma vez que o STJ tem entendimento pacífico (REsp 1.614.030) segundo o qual os efeitos da sentença coletiva – nos casos em que a entidade sindical atua como



substituta processual – não estão adstritos aos seus filiados na época do oferecimento da ação, salvo se essa limitação estiver expressa na decisão judicial.

A alternativa C está correta, conforme o STJ: “Não tendo havido expressa limitação subjetiva no julgado coletivo, todos os integrantes da categoria substituída pelo sindicato possuem legitimidade para executar o título judicial, independentemente de autorização ou relação nominal eventualmente juntada à inicial” (STJ. 1ª Turma. AgInt no REsp 1956312-RS, Rel. Ministro Manoel Erhardt (Desembargador convocado do TRF5), julgado em 29/11/22 (Info 759))

A alternativa D está incorreta, na verdade, em tais casos, a associação atua como substituta processual.

A alternativa E está incorreta, conforme o STJ, no tema 480 do repetitivo: “A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)”.

QUESTÃO 72. Acerca do Juizado Especial Federal, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Turma Nacional de uniformização (TNU), assinale a opção correta.

A) A União, as autarquias, as Fundações e as empresas públicas federais podem ser autoras no Juizado Especial Federal cível.

B) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões acerca de questões de direito material ou de Direito Processual no âmbito das turmas recursais.

C) É cabível a remessa necessária nas causas referentes ao Juizado Especial Federal.

D) Segundo entendimento firmado no STJ, o pedido de uniformização de interpretação de lei pode ser conhecido inclusive quando não for demonstrada similitude fática e jurídica entre os julgados confrontados.

E) Conforme a jurisprudência do STJ, o autor que quiser litigar no âmbito de Juizado Especial Federal civil poderá renunciar, de modo expresso e para fins de atribuição de valor à causa, a montante que ceder os sessenta salários mínimos previstos na lei que dispõe sobre os juizados especiais federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme o art. 6º da Lei 10.259/01, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais só podem ser réis no âmbito do JEF.

A alternativa B está incorreta, conforme o art. 14 da Lei 10.259/01, só é cabível pedido de uniformização de interpretação de lei federal sobre questões de direito material.

A alternativa C está incorreta, uma vez que a remessa necessária exige um valor mínimo – e que é maior do que os 60 salários mínimos litigáveis no âmbito do JEF.

A alternativa D está incorreta. Em verdade, segundo o STJ, o Pedido de Uniformização não pode ser conhecido ante a ausência de similitude fática entre os julgados confrontados.

A alternativa E está correta, conforme repetitivo do STJ: “Ao autor que deseje litigar no âmbito de juizado especial federal cível, é lícito renunciar, de modo expresso e para fins de atribuição de valor à causa, ao montante que exceda os 60 salários mínimos previstos no artigo 3º, caput, da Lei 10.259/2001, aí incluídas, sendo o caso, até 12 prestações vincendas, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º, da referida lei, combinado com o artigo 292, parágrafos 1º e 2º, do Código de Processo Civil de 2015” (tema 1.030).



QUESTÃO 73 - Acerca da responsabilidade dos sócios e administradores, no que diz respeito ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- A) O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando a personalidade da pessoa jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, bem como a possibilidade de extensão da responsabilidade ao administrador não sócio.
- B) A existência de grupo econômico, aliada ao desvio de finalidade ou à confusão patrimonial, autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- C) A União, representada pela AGU, tem legitimidade para instaurar incidente de desconsideração da personalidade jurídica, desde que o Ministério Público Federal atue no feito como *custos legis*.
- D) A alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica constitui desvio de finalidade e autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, de ofício, pelo magistrado no curso do processo de conhecimento.
- E) A excepcionalidade do pedido de desconsideração da personalidade jurídica decorre do fato de a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas ser um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, prevalecendo no ordenamento jurídico brasileiro a adoção da teoria maior, devendo esta ser adotada para todos os casos de desconsideração;

Comentário.

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Embora a primeira parte da alternativa esteja correta, conforme §5º do artigo 28 do CDC (aplicação da teoria menor), a parte final da alternativa está equivocada ao ampliar os efeitos da desconsideração pela teoria menor aos administradores não sócios (RE 1.860.333/DF).

A letra B está correta. A existência do grupo econômico, por si só, não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, conforme §4º do artigo 50 do Código Civil, contudo se aliada a um dos requisitos do *caput* do artigo - desvio de finalidade ou confusão patrimonial - torna possível a desconsideração com base na teoria maior.

A letra C está incorreta. A União, quando parte no processo e representada pela AGU, pode requerer a instauração do incidente de desconsideração independentemente de atuação do Ministério Público.

A letra D está incorreta. Primeiro, a alteração da finalidade original da atividade econômica específica não constitui desvio de finalidade, conforme previsão do §5º do artigo 50 do CC. Segundo, a desconsideração não pode ser feita de ofício pelo magistrado, dependendo necessariamente de requerimento da parte ou do Ministério Público, conforme *caput* do artigo.

A letra E está incorreta. O ordenamento jurídico brasileiro adotou como regra a teoria maior, mas também adotou a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, com aplicação em algumas áreas, como, por exemplo, no Direito do Consumidor, no Direito Trabalhista e no Direito Tributário.

QUESTÃO 74 - À luz do que dispõe o Código Civil e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no que se refere a estabelecimento empresarial e sucessão empresarial, assinale a opção correta.

- A) O estabelecimento consiste no local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual e, no segundo caso, o endereço informado para fins de registro poderá ser o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.



B) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora inclui os tributos devidos pela empresa sucedida e as respectivas multas referentes a fatos geradores ocorridos até o fim do exercício financeiro anterior à sucessão.

C) A sucessão empresarial pode ser presumida nos casos em que houve o prosseguimento na exploração da mesma atividade econômica, no mesmo endereço e com o mesmo objeto social, dispensando a comprovação da transferência formal de bens e direitos à nova sociedade.

D) Os efeitos do contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou o arrendamento do estabelecimento somente produzirão efeitos, em relação a terceiros, após a necessária averbação à margem da inscrição do empresário ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, sendo dispensada a publicação na imprensa oficial.

E) Havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento poderá fazer concorrência ao adquirente antes de decorridos cinco anos subsequentes à transferência.

Comentários

Atenção! Questão passível de recurso e anulação. Existem duas respostas corretas, a **letra C** que traduz entendimento jurisprudencial do STJ e a **letra E** que traz letra de lei. Tendo o enunciado mencionado tanto o CC como a jurisprudência do STJ, a questão tem duplo gabarito.

A alternativa A está incorreta. O estabelecimento é o "*complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária*" conforme expressamente define o artigo 1.142 do CC, não se confundindo com o local onde se exerce a atividade empresarial (§1º do citado artigo).

A letra B está incorreta. A empresa sucessora é responsável pelos tributos e multas referentes a fatos geradores ocorridos até a data do ato de sucessão, e não até o fim do exercício financeiro anterior à sucessão, conforme artigo 133 do CTN e súmula 554 do STJ.

A letra C está correta. Conforme entendimento jurisprudencial expresso no REsp 1837435-SP, a caracterização da sucessão empresarial não exige a comprovação formal da transferência de bens à nova sociedade, admitindo-se sua presunção quando os elementos indiquem que houve o prosseguimento na exploração da mesma atividade econômica, no mesmo endereço e com o mesmo objeto social.

A letra D está incorreta. A publicação oficial é condição para eficácia perante terceiros, não sendo suficiente apenas a averbação a margem da inscrição do empresário ou da sociedade empresária no Registro Público de Empresas Mercantis, conforme artigo 1.144 do Código Civil.

A letra E está correta. O artigo 1.147 do Código Civil traz previsão legal de cláusula de não concorrência no caso de trespasse, a qual terá prazo de 5 anos, podendo o adquirente expressamente dispensar a referida cláusula e autorizar a concorrência por parte do alienante.

QUESTÃO 75 - No que diz respeito à falência e à recuperação judicial de empresas, assinale a opção correta, acerca da fase de realização de ativos no curso do processo de falência e do pagamento aos credores.

A) Na falência, o juiz poderá instaurar, a pedido do administrador judicial, incidente de classificação de crédito público para que a fazenda pública apresente a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

B) A alienação dos bens da massa individualmente considerados depende da prévia formação do quadro geral de credores e é uma das vias admitidas em lei, não sendo, contudo a preferencial.

C) Em qualquer modalidade de realização do ativo adotada, a massa falida é obriga a apresentar as certidões negativas para efetivação da operação.



D) Os créditos tributários da União devem ser pagos antes daqueles devidos aos estados, ao DF e aos municípios.

E) Cabe ao administrador judicial - que pode ser pessoa física ou jurídica - no âmbito da falência, praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores, atos conservatórios de direitos e ações; bem como diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação.

Comentário.

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O incidente de classificação de crédito público deve ser instaurado de ofício pelo juízo da falência e não a pedido do administrador judicial, conforme artigo 7º-A da Lei 11.101/05.

A letra B está incorreta. A alienação dos bens da massa, por qualquer de suas formas, não depende de prévia formação do quadro geral de credores, como dispões o artigo 140, §2º, da Lei 11.101/05. A letra C está incorreta. Nos termos do artigo 146 da Lei 11.101/05, a massa falida é dispensada da apresentação de certidões negativas em qualquer modalidade de realização do ativo.

A letra D está incorreta. Conforme julgamento da ADPF 357, o parágrafo único do artigo 187 do CTN que trazia uma preferência entre créditos tributários de Entes Federados, foi declarado incompatível com Constituição Federal, logo, não há mais uma ordem de preferência entre os entes para pagamento de créditos tributários.

A letra E está correta. Literalidade das alíneas *i* e *l* do inciso III do artigo 22 da Lei 11.101/05.

QUESTÃO 76 - No que se refere às sociedades empresárias, acerca do que dispõe o Código Civil e suas alterações, assinale a opção correta.

A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, e apenas os sócios fundadores respondem solidariamente pela integralização do capital social.

B) Admite-se, no Brasil, a criação de empresa individual de responsabilidade limitada, constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, não inferior a cem vezes o maior salário mínimo vigente.

C) Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista apenas pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.

D) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários, pessoas físicas, são responsáveis solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

E) Na sociedade dependente de autorização, será considerada nacional a sociedade organizada em conformidade com a lei brasileira e que tenha no país ao menos uma de suas filiais.

Comentário.

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social e não apenas os fundadores, conforme artigo 1.052 do CC.

A letra B está incorreta. Com o advento da Lei 14.382/22, o tipo societário da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI deixou de existir, tendo a referida lei revogado o artigo 980-A do CC.

A letra C está correta. Literalidade do artigo 1º da Lei 6.404/76: "A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas."

A letra D está incorreta. A alternativa trocou os tipos de sócios da comandita simples; os comanditados serão pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações



sociais; já os comanditários serão obrigados somente pelo valor de sua quota, como dispõe o artigo do CC.

A letra E está incorreta. O artigo 1.126 do CC traz que é necessário que a empresa tenha sua sede no país e não apenas uma de suas filiais.

QUESTÃO 77. No caso Vladimir Herzog versus Brasil, o Estado brasileiro alegou, na sua contestação, não ter manifestado aceitação da competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para processar e julgar violações à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. Na sentença, proferida em 2018, a CIDH decidiu que tal alegação era

A) improcedente, já que o Brasil é parte da referida convenção e ela prevê, expressamente, a competência da CIDH para julgar violações cometidas por seus Estados-partes.

B) improcedente, já que o Brasil é parte da referida convenção e reconheceu a competência da CIDH de maneira geral.

C) procedente, já que o Brasil, embora tenha assinado a referida convenção, não depositou o instrumento de ratificação.

D) procedente, pois o Brasil, embora seja parte daquele tratado internacional, não exerceu, de fato, a faculdade prevista no seu art. 8º.

E) improcedente, já que o Brasil manifestou aceitação da competência da CIDH para julgar violações àquela convenção por meio de ato específico, nos termos de seu art.8º.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois não há essa previsão expressa na Convenção. O Artigo 8 da Convenção prevê: “Os Estados Partes assegurarão a qualquer pessoa que denunciar haver sido submetida a tortura, no âmbito de sua jurisdição, o direito de que o caso seja examinado de maneira imparcial. Quando houver denúncia ou razão fundada para supor que haja sido cometido ato de tortura no âmbito de sua jurisdição, os Estados Partes garantirão que suas autoridades procederão de ofício e Partes garantirão que suas autoridades procederão de ofício e imediatamente à realização de uma investigação sobre o caso e iniciarão, se for cabível, o respectivo processo penal. Uma vez esgotado o procedimento jurídico interno do Estado e os recursos que este prevê, o caso poderá ser submetido a instâncias internacionais, cuja competência tenha sido aceita por esse Estado”.

A alternativa B está correta, conforme a sentença da CIDH no caso Vladimi Herzog *versus* Brasil, que expressou: “Dado que o Brasil é Parte na Convenção contra a Tortura e reconheceu a competência contenciosa deste Tribunal, a Corte tem competência *ratione materiae* para pronunciar-se neste caso sobre a alegada responsabilidade do Estado por violação a esse instrumento. Portanto, a Corte julga improcedente a exceção preliminar de falta de competência interposta pelo Estado”. Ainda segundo a Corte Interamericana, ela seria competente para conhecer do presente caso, nos termos do artigo 62.3 da Convenção Americana, em razão de o Brasil ser Estado Parte nesta Convenção e, nela, ter reconhecido a competência contenciosa da Corte.

A alternativa C está incorreta, pois o Brasil depositou o instrumento de ratificação dessa Convenção em 20/07/1989. O Congresso Nacional aprovou, por meio de Decreto, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, concluída em Cartagena, a 09 de dezembro de 1985.

A alternativa D está incorreta, pois a decisão da Corte foi pela improcedência da alegação do Estado, no mesmo fundamento acima apontado.

A alternativa E está incorreta, pois não houve a manifestação do Brasil aceitando a competência da Corte por meio de ato específico. O parágrafo terceiro do artigo 8 da Convenção incorpora uma cláusula geral de competência aceita pelos Estados ao ratificar esse instrumento ou a ele aderir:



“ARTIGO 8. Os Estados Partes assegurarão a qualquer pessoa que denunciar haver sido submetida a tortura, no âmbito de sua jurisdição, o direito de que o caso seja examinado de maneira imparcial. Quando houver denúncia ou razão fundada para supor que haja sido cometido ato de tortura no âmbito de sua jurisdição, os Estados Partes garantirão que suas autoridades procederão de ofício e Partes garantirão que suas autoridades procederão de ofício e imediatamente à realização de uma investigação sobre o caso e iniciarão, se for cabível, o respectivo processo penal. Uma vez esgotado o procedimento jurídico interno do Estado e os recursos que este prevê, o caso poderá ser submetido a instâncias internacionais, cuja competência tenha sido aceita por esse Estado”. A Corte Interamericana entende que é competente para conhecer do presente caso, nos termos do artigo 62.3 da Convenção Americana, em razão de o Brasil ser Estado Parte nesta Convenção.

78. Os irmãos Caetano e Beatriz, nascidos na Alemanha em 2006 e 2015, respectivamente, residiam com seus pais naquele país desde que nasceram. Em fevereiro de 2020, eles foram trazidos ao Brasil pela mãe, sem a autorização do pai, com o intuito de fixar residência no país.

Em maio de 2021, depois de fracassadas tentativas de convencer a mãe a retomar ao país de origem dos filhos, o pai procurou a autoridade central de seu país, que imediatamente enviou ao Brasil um pedido de restituição dos menores.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta conforme a Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

A) O Poder Judiciário brasileiro deverá determinar a restituição das crianças à Alemanha, ainda que elas demonstrem ter maturidade suficiente para que se considerem suas opiniões sobre o assunto e se oponham ao retorno à Alemanha.

B) O Poder Judiciário brasileiro deverá julgar improcedente a ação de restituição internacional, pois o pedido foi recebido pelo Brasil mais de um ano após a subtração internacional das crianças.

C) O Poder Judiciário brasileiro deverá julgar improcedente a ação de restituição internacional quanto a Caetano, já que ele não é mais considerado criança à luz da citada convenção.

D) O Poder Judiciário brasileiro não poderá decidir sobre o direito de guarda das crianças, salvo se antes houver decidido pela incidência de alguma hipótese que configure exceção à obrigação internacional de restituir as crianças à Alemanha.

E) O Poder Judiciário brasileiro deveria ter julgado o caso em até dezesseis semanas, para atender à obrigação internacional de decidir o assunto em caráter de urgência.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, conforme a Convenção: Artigo 13. Sem prejuízo das disposições contidas no Artigo anterior, a autoridade judicial ou administrativa do Estado requerido não é obrigada a ordenar o retorno da criança se a pessoa, instituição ou organismo que se oponha a seu retorno provar: (...) A autoridade judicial ou administrativa pode também recusar-se a ordenar o retorno da criança se verificar que esta se opõe a ele e que a criança atingiu já idade e grau de maturidade tais que seja apropriado levar em consideração as suas opiniões sobre o assunto.

A alternativa B está incorreta, conforme a Convenção: Artigo 12. Quando uma criança tiver sido ilicitamente transferida ou retida nos termos do Artigo 3 e tenha decorrido um período de menos de 1 ano entre a data da transferência ou da retenção indevidas e a data do início do processo perante a autoridade judicial ou administrativa do Estado Contratante onde a criança se encontrar, a autoridade respectiva deverá ordenar o retorno imediato da criança. A autoridade judicial ou



administrativa respectiva, mesmo após expirado o período de 1 ano referido no parágrafo anterior, deverá ordenar o retorno da criança, salvo quando for provado que a criança já se encontra integrada no seu novo meio.

A alternativa C está incorreta pois, conforme a Convenção, é criança todo aquele até completar 16 anos de idade. Artigo 4: A Convenção aplica-se a qualquer criança que tenha residência habitual num Estado Contratante, imediatamente antes da violação do direito de guarda ou de visita. A aplicação da Convenção cessa quando a criança atingir a idade de dezesseis anos.

A alternativa D está correta pois a Convenção prevê: Artigo 4. A Convenção aplica-se a qualquer criança que tenha residência habitual num Estado Contratante, imediatamente antes da violação do direito de guarda ou de visita. A aplicação da Convenção cessa quando a criança atingir a idade de dezesseis anos. De acordo com a Convenção, o Poder Judiciário brasileiro não poderá decidir sobre o direito de guarda das crianças, salvo se antes houver decidido pela incidência de alguma hipótese que configure exceção à obrigação internacional de restituir as crianças.

A alternativa E está incorreta conforme o Artigo 11 da Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças: “Artigo 11: As autoridades judiciais ou administrativas dos Estados Contratantes deverão adotar medidas de urgência com vistas ao retorno da criança. Se a respectiva autoridade judicial ou administrativa não tiver tomado uma decisão no prazo de 6 semanas a contar da data em que o pedido lhe foi apresentado, o requerente ou a Autoridade Central do Estado requerido, por sua própria iniciativa ou a pedido da Autoridade Central do Estado requerente, poderá solicitar uma declaração sobre as razões da demora. Se for a Autoridade Central do Estado requerido a receber a resposta, esta autoridade deverá transmiti-la à Autoridade Central do Estado requerente ou, se for o caso, ao próprio requerente”.

79. A Convenção da Organização das Nações Unidas contra a Corrupção regulamenta, de maneira detalhada, os mecanismos de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos derivados de condutas de corrupção transnacional. A respeito da recuperação e partilha de ativos ilícitos nos termos da citada convenção, assinale a opção correta.

A) A referida convenção reconhece a discricionariedade das autoridades estatais para determinar eventual retorno dos ativos solicitados por outros Estados.

B) Os Estados-partes da citada convenção têm a obrigação de restituir integralmente os ativos derivados de corrupção aos Estados de origem dos recursos, independentemente de serem recursos públicos.

C) A referida convenção estabelece, expressamente, um amplo rol de medidas que podem ser adotadas via cooperação internacional, incluídas desde medidas tradicionais, como a extradição, até as adotadas mais recentemente, como a transferência de execução da pena e a transferência de processo penal.

D) A referida convenção, apesar de ser um tratado celebrado no século XXI, ainda permite que seus Estados-partes neguem o atendimento a pedidos de assistência judicial internacional, caso a conduta não seja considerada crime nos países envolvidos.

E) A referida convenção estabelece um amplo regime de cooperação jurídica internacional em matéria penal, de modo que seus Estados-partes devem valer-se de ações penais para alcançar os objetivos do tratado.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme a Convenção, no Artigo 57: “1. 1. Cada Estado Parte disporá dos bens que tenham sido confiscados conforme o disposto nos Artigos 31 ou 55 da presente convenção, incluída a restituição a seus legítimos proprietários anteriores, de acordo com o parágrafo 3 do presente Artigo, em conformidade com as disposições da presente Convenção e



com sua legislação interna. 2. Cada Estado Parte adotará, em conformidade com os princípios fundamentais de seu direito interno, as medidas legislativas e de outras índoles que sejam necessárias para permitir que suas autoridades competentes procedam à restituição dos bens confiscados, ao dar curso a uma solicitação apresentada por outro Estado Parte, em conformidade com a presente Convenção, tendo em conta os direitos de terceiros de boa-fé.”

A alternativa B está correta, conforme o Artigo 3 da Convenção: “1. A presente Convenção se aplicará, de conformidade com suas disposições, à prevenção, à investigação e à instrução judicial da corrupção e do embargo preventivo, da apreensão, do confisco e da restituição do produto de delitos identificados de acordo com a presente Convenção. 2. Para a aplicação da presente Convenção, a menos que contenha uma disposição em contrário, não será necessário que os delitos enunciados nela produzam dano ou prejuízo patrimonial ao Estado.”

A alternativa C está incorreta, pois a Convenção, dentre as medidas adotadas via cooperação internacional, não trata da transferência de execução da pena e transferência de processo penal.

A alternativa D está incorreta, pois a Convenção permite assistência legal mútua mesmo na ausência de dupla incriminação, quando não envolver medidas coercitivas. Mesmo crimes que não são definidos com os mesmos termos ou categoria podem ser considerados como equivalentes, possibilitando a extradição. Artigo 46.9: a) Ao atender a uma solicitação de assistência de acordo com o presente Artigo, na ausência de dupla incriminação, o Estado Parte requerido terá em conta a finalidade da presente Convenção, enunciada no Artigo 1; b) Os Estados Partes poderão negar-se a prestar assistência de acordo com o presente Artigo invocando a ausência de dupla incriminação. Não obstante, o Estado Parte requerido, quando esteja em conformidade com os conceitos básicos de seu ordenamento jurídico, prestará assistência que não envolva medidas coercitivas. Essa assistência poderá ser negada quando a solicitação envolva assuntos de minimis ou questões relativas às quais a cooperação ou a assistência solicitada estiver prevista em virtude de outras disposições da presente Convenção;

A alternativa E está incorreta, pois os Estados não estão condicionados ao uso de ações penais para alcançar os objetivos dos tratados, prevendo a Convenção diversas medidas de cooperação jurídica internacional como a extradição e assistência judicial.

80. No que se refere à responsabilidade internacional do Estado e reparação de dano causado por ato internacionalmente ilícito, assinale a opção correta.

A) As garantias de não repetição são consequências jurídicas de um ato internacionalmente ilícito, conforme reconhecido pela Corte Internacional de Justiça.

B) O Estado não pode ser responsabilizado internacionalmente por uma decisão judicial proferida por sua suprema corte segundo a livre convicção dos julgadores.

C) Não se poderá considerar ato do Estado a conduta de um movimento de insurreição que tome o poder e se torne o novo governo daquele Estado.

D) O estado de necessidade, em regra, exclui a ilicitude de um ato estatal em desacordo com uma obrigação internacional.

E) O reconhecimento da responsabilidade internacional acompanhado de pedido de desculpas não pode ser considerado uma das medidas de satisfação cabíveis entre as formas de reparação de dano causado por ato internacionalmente ilícito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A garantia de não repetição (Estado deve se comprometer a não praticar aquele ilícito) é uma das consequências jurídicas impostas em decisões da Corte Internacional de Justiça. (Garantias de Não Repetição: medidas com vistas a garantir que não se repitam violações de direitos humanos como as ocorridas nos casos que foram objeto de estudo da



Corte como por exemplo a alteração das regras legais ou práticas dos Estados que são contrárias à Convenção). Ex: Caso Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil – garantia de não repetição: criar uma Comissão da Verdade independente.

A alternativa B está incorreta. Os atos judiciais são proferidos pelo Estado, incidindo a possibilidade de responsabilização internacional caso uma sentença judicial viole direitos humanos.

A alternativa C está incorreta pois qualquer ato do Estado que viole direitos humanos, ainda que em movimento de insurreição, pode ser responsabilizado internacionalmente.

A alternativa D está incorreta pois se o ato estatal está em desacordo com alguma obrigação assumida em Convenção Internacional, ele não poderá alegar o estado de necessidade. Além disso, se o Estado contribuiu para o Estado de Necessidade, não é possível alegar essa excludente (Projeto da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas sobre Responsabilidade Internacional dos Estados. Tradução por Prof. Dr. Aziz Tuffi Saliba).

A alternativa E está incorreta pois o pedido de desculpas é uma das medidas de satisfação cabível entre as formas de reparação de dano causado por ato ilícito. Medidas de Satisfação: atos ou obras de âmbito público ou comemoração orientada para o impacto das vítimas ou os fatos do caso, o reconhecimento de sua dignidade e de consolação aos seus familiares (por exemplo: determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas ou identificação e retorno de seus restos mortais; ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional; publicação e divulgação da sentença da Corte IDH). Exemplo: Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil, em que o Brasil foi condenado a adotar providências legislativas e administrativas para efetivar a retirada de intrusões indevidas, garantindo que a comunidade Xucuru pudesse viver de acordo com seu modo de vida tradicional.

QUESTÃO 81. Acerca da teoria geral do direito penal, assinale a opção correta:

- a) A pena em abstrato cominada a um delito pode ser definida em momento posterior ao seu cometimento.**
- b) A legitimidade do direito penal advém da reiteração de condutas perturbadoras da paz social.**
- c) O direito penal deve ser usado como instrumento de proteção de qualquer bem jurídico, independentemente da intensidade da lesão a ele infligida.**
- d) É possível utilizar o direito penal para prevenir condutas criminosas antes de qualquer exteriorização do dolo do agente.**
- e) A pena é a resposta a um fato e não contém julgamentos sobre a personalidade do autor.**

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vigem no sistema jurídico brasileiro o princípio da anterioridade, pelo qual a lei penal deve ser anterior ao fato cuja punição se pretende. Tanto a conduta delitiva (preceito primário) quando a pena em abstrato aplicada ao delito (preceito secundário) devem estar previstas antes do cometimento do delito.

A alternativa B está correta. O direito penal serve para proteger diversos bens jurídicos e é uma forma de controle social.

A alternativa C está incorreta. O direito penal é ditado pelo princípio da intervenção mínima, do qual derivam outros dois baluartes: subsidiariedade e fragmentariedade. Pela subsidiariedade, o Direito Penal somente deve ser instrumento de controle social quando outros ramos do direito não sejam suficientes. Em complemento, pela fragmentariedade, o Direito Penal deve ser utilizado como instrumento de controle social para a proteção de bens jurídicos de grande relevância, e não para qualquer bem jurídico. Ainda dentro da relevância do bem jurídico, também é possível trazer à baila



o princípio da insignificância, que afasta a tipicidade material da conduta afastada quando verificado que o fato não representa efetiva lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico.

A alternativa D está incorreta. O Direito Penal não serve para punir atos de cogitação. O itinerário percorrido pelo crime, desde o momento da concepção até aquele em que ocorre a consumação, chama-se *iter criminis* e compõe-se de uma fase interna (cogitação) e de uma fase externa (atos preparatórios, executórios e consumação), ficando fora dele o exaurimento, quando se apresenta destacado da consumação. No Direito Penal brasileiro, a cogitação (fase interna) não é punível, sendo irrelevante para o direito penal.

A alternativa E está incorreta. No Brasil, não obstante a adoção do Direito Penal do Fato (art. 2º), a personalidade do agente é analisada na realização da dosimetria da pena (art. 59, CP).

QUESTÃO 82 Considere as situações hipotéticas apresentadas nos seguintes itens:

I. Um motorista envolveu-se em um acidente de trânsito e saiu do local sem prestar socorro.

II. Uma filha, maior de idade e capaz, deixou de cuidar da própria mãe gravemente enferma.

III. Um funcionário público tomou conhecimento de um crime praticado em repartição onde não trabalha e deixou de comunicar tal fato à autoridade pública.

IV. O diretor de uma instituição financeira responsável pelo cumprimento dos deveres de comunicação estabelecidos na Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e com atribuição específica, determinada em estatuto, de evitar prática delituosa deixou de fazê-lo. São situações possíveis de responsabilização do agente por omissão imprópria, nos termos do Código Penal, apenas as apresentadas nos itens.

a) I e II.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I, III e VI.

e) I, II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão traz hipóteses que devem ser analisadas pelo candidato para assinalar em quais dela o agente pode ser punível por omissão imprópria. A omissão imprópria, cuja punibilidade está prevista no art. 13, §2º, do Código Penal, é, em resumo, a inação daquele que tinha o dever jurídico de evitar determinado resultado. Na prática, por ser considerada uma norma de extensão, permite a punição a título de dolo daquele que, mesmo tendo praticado determinada conduta delitiva, tinha o dever jurídico de evitar o resultado.

O item I traz uma hipótese de conduta praticada pelo próprio agente, aliada a posterior falta de socorro à vítima. Não é caso de omissão imprópria (norma de extensão) e o agente será punido com aplicação direta aos preceitos delitivos praticados, como o homicídio culposo e/ou a lesão corporal culposa, ambos majorada pela omissão de socorro (art. 302, §1º, III, CTB; art. 303, §1º, CTB), ou mesmo o afastamento do local de acidente (art. 305, CTB), cuja constitucionalidade fora reconhecida pelo STF na ADC 35.

O item II traz uma hipótese de omissão imprópria. Conforme art. 229 da CF, “os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Outrossim, o art. 13, §2º, “a”, CP, estabelece que o dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância. No caso, a filha poderá ser responsabilizada por omissão imprópria.

O item III não traz hipótese punição por omissão imprópria, mas sim de conduta que pode configurar da contravenção penal prevista no art. 66, inc. I, da Lei de Contravenções Penais.

O item IV traz uma hipótese passível de criminalização do agente por omissão imprópria. A Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) estabelece o dever de determinadas figurar de realizarem



comunicações suspeitas ao COAF (art. 11). Caso a pessoa responsável não cumprir o seu dever legal, poderá responder pelo crime de lavagem de dinheiro, pela omissão imprópria decorrente do dever de vigilância (art. 13, §2º, “a”, CP).

Portanto, os itens II e IV estabelecem situações possíveis de responsabilização do agente por omissão imprópria.

QUESTÃO 83 A respeito do crime de corrupção e de suas especificidades, assinale a opção correta:

a) Em casos específicos, a ocorrência da bilateralidade pode ser necessária para a configuração dos crimes de corrupção passiva e ativa.

b) A corrupção passiva é crime próprio, ou seja, seu sujeito passivo é funcionário público.

c) Não é possível a propositura de acordo de não persecução penal para os crimes de corrupção ativa e passiva.

d) O sujeito ativo do crime de corrupção ativa é funcionário público.

e) A Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) prevê as sanções penais específicas aplicáveis às condutas relacionadas a crimes de corrupção perpetrados por pessoas jurídicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Na esteira da jurisprudência do STJ, “Eventual bilateralidade das condutas de corrupção passiva e ativa é apenas fático-jurídica, não se estendendo ao plano processual, visto que a investigação de cada fato terá o seu curso, com os percalços inerentes a cada procedimento, sendo que para a condenação do autor de corrupção passiva é desnecessária a identificação ou mesmo a condenação do corruptor ativo” (AgRg no REsp n. 1.613.927/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 20/9/2016, DJe de 30/9/2016). A alternativa sugere que “em casos específicos”, seria necessária a bilateralidade para configuração dos crimes. Acredita-se que, para salvar a questão de possível anulação, seria o caso de se considerar que somente ocorrerá ambos os crimes no mesmo contexto se o particular “oferecer” (art. 333, CP) e o funcionário “receber” (art. 317, CP) a vantagem. Se o funcionário “solicitar” e o particular pagar, haverá o crime de corrupção passiva, e não o de corrupção ativa.

A alternativa B está incorreta. O crime de corrupção passiva é crime praticado por funcionário público contra a administração pública em geral. Logo, o funcionário público é seu sujeito ativo, e não passivo.

A alternativa C está incorreta. Não há vedação legal expressa que impeça a realização de ANPP para os crimes de corrupção ativa e passiva. Além do mais, ambos são praticados sem violência ou grave ameaça e possuem pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o que permite a realização do acordo. Todavia, ficará a cargo do Ministério Público analisar se o oferecimento de ANPP é adequado ao caso (STJ, RHC 161.251).

A alternativa D está incorreta. O crime de corrupção ativa (art. 333, CP) é crime praticado por particular contra a administração pública em geral.

A alternativa E está incorreta. A Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) não dispõe de sanções penais, mas apenas de sanções cíveis e administrativas. Conforme art. 1º da Lei, “*Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira*”.

QUESTÃO 84 Determinado servidor público, responsável pela gestão do pagamento de benefícios a cidadãos, foi processado pelo crime de peculato, nos termos do caput do art. 312 do Código Penal. Ao mesmo tempo, foi ajuizada contra ele ação de improbidade administrativa.



Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta:

- a) Em caso de condenação do agente, o juízo criminal poderá decretar a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do réu e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- b) Se o agente for condenado pelo crime de peculato que lhe foi imputado, será vedada a possibilidade de oferecer-lhe colaboração premiada para revelar possível esquema criminoso no qual esteja envolvido.
- c) Não será possível o compartilhamento de provas entre a ação penal e a de improbidade, ainda que essas provas sejam resultantes de intervenções em direitos fundamentais das vítimas do crime, independentemente de decisão judicial autorizativa.
- d) Se houver veículos e embarcações entre os bens sujeitos medida cautelar patrimonial, não será possível que o juízo determine a alienação desses bens antes do trânsito em julgado da ação penal.
- e) Não poderá ser decretada a prisão preventiva do agente, devido à ausência de violência ou grave ameaça no crime de peculato, o que constitui requisito objetivo dessa modalidade de privação de liberdade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta e é o gabarito da questão. A previsão legal está no art. 91-A do CP, que estabelece: “Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito”. No caso, o peculato possui pena máxima de até 12 anos, o que possibilita a aplicação desse instituto.

A alternativa B está incorreta. Mesmo após sua condenação, é possível realizar colaboração premiada. Apesar do fato de ser verdadeiro meio de obtenção de prova, o que poderia sugerir que o benefício só seria aplicável até o encerramento da instrução probatória em juízo, é possível que seja realizada após a condenação do agente, o que poderá gerar a redução até a metade ou progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos (art. 4º, §5º, Lei n. 12.850/13).

A alternativa C está incorreta. É perfeitamente admissível não só a utilização, em ação civil pública de improbidade administrativa, de prova emprestada produzida na esfera penal, independentemente do resultado final da ação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A alternativa D está incorreta. É possível a realização de alienação antecipada, conforme estabelece o art. 144-A do CPP, como forma de manter preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação.

A alternativa E está incorreta. Os requisitos para a decretação da prisão preventiva estão estabelecidos nos arts. 312 e 313 do CPP, e não há exigência que o crime tenha sido praticado com violência ou grave ameaça.

QUESTÃO 85. A audiência de custódia deverá ser realizada em até

- a) 48 horas após a transferência do preso para estabelecimento prisional.
- b) 24 horas após o relaxamento da prisão.
- c) 48 horas após a prisão em flagrante.
- d) 24 horas após a prisão em flagrante.
- e) 24 horas após a comunicação da prisão ao advogado do réu.

Comentários



A alternativa correta é a **letra D**. Nos termos do art. 310 do CPP “Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança”.

QUESTÃO 86. Acerca do trabalho em condições análogas às de escravo, julgue os seguintes itens considerando, o entendimento adotado pelo STF.

I O trabalho em condições análogas às de escravo pode ser configurado pela submissão ao trabalhador a jornada exaustiva e a condições degradantes de trabalho.

II É necessária a restrição da liberdade de ir e vir do trabalhador para que haja a configuração do trabalho em condições análogas às de escravo.

III Na configuração do trabalho em condições análogas às de escravo, o cerceamento da liberdade pode decorrer de constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I está correto, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal: “Para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho, condutas alternativas previstas no tipo penal.” (RE 1323708 STF)

O item II está incorreto, conforme mesmo trecho transcrito acima.

O item III está correto, conforme outro trecho retirado do mesmo julgado acima: “A escravidão moderna é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa reduzir alguém a condição análoga à de escravo.”

QUESTÃO 87 – Com referência à prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho, assinale a opção correta de acordo com a CLT:

- a) O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto apenas poderá prestar serviços por produção ou tarefa.
- b) Na hipótese da prestação de serviços em regime de teletrabalho ou trabalho remoto por jornada, não se aplicará o disposto no capítulo que trata da duração do trabalho
- c) Não é permitido o regime de teletrabalho para estagiários e aprendizes.



d) O comparecimento do empregado, de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.

e) Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item A está incorreto porque o empregado em teletrabalho pode prestar seus serviços por jornada OU por produção ou tarefa. (art. 75-B, §2º, CLT): “§ 2º O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.”

O item B está incorreto porque não se aplica o capítulo referente à duração do trabalho os empregados em teletrabalho que prestem seus serviços por produção ou jornada. (Art. 62, III, CLT): “Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: [...] III - os empregados em regime de teletrabalho que prestam serviço por produção ou tarefa.”

O item C está incorreto porque é sim permitido o regime de trabalho para estagiários e aprendizes (Art. 75-B, §6º, CLT): “§ 6º Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.”

O item D está incorreto pois o comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador não descaracteriza o teletrabalho (art. 75-B, §1º, CLT): “§ 1º O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.”

Por fim, o Item E é o correto, tratando-se de cópia literal do *caput* do Art. 75-B, da CLT: “Art. 75-B. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.”

QUESTÃO 88 – Acerca da terceirização de serviços no âmbito da administração pública, de acordo com a jurisprudência majoritária do TST,

a) o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica responsabilidade solidária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que este haja participado da relação processual e conste também no título executivo judicial.

b) a responsabilidade do tomador de serviços é subsidiária e não depende de conduta culposa da administração pública no cumprimento das obrigações previstas na Lei de Licitações, especialmente as de fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da prestadora de serviços como empregadora.

c) a responsabilidade subsidiária da administração pública é objetiva e decorre do mero inadimplemento das obrigações assumidas pela empresa contratada.

d) a terceirização irregular, afasta o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador de serviços, mesmo quando presente a igualdade de funções.

e) a terceirização ilícita não gera vínculo de emprego com o ente da administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata sobre a terceirização na administração pública e sua responsabilidade subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas.



O item A está incorreto porque o inadimplemento por parte do empregador implica responsabilidade SUBSIDÁRIA, e não solidária como afirma a questão. (Súmula 331, TST)

O item B está incorreto porque para a caracterização da responsabilidade subsidiária é necessária a conduta culposa da administração pública, especialmente a ausência de fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da empresa prestadora de serviços. (Súmula 331, TST)

O item C está incorreto porque o Supremo Tribunal Federal decidiu na ADC 16 e no RE XXX que é necessário a comprovação de conduta culposa pela administração pública, na forma de culpa in vigilando ou in eligendo, não decorrendo de mero inadimplemento.

O item D está incorreto pois o Tribunal Superior do Trabalho (OJ n. 383 da SbDI-1) entende que, constatando-se a terceirização irregular, os empregados terceirizados tem direito às mesmas verbas trabalhistas asseguradas aos empregados do tomador, em decorrência do princípio da isonomia: “83. TERCEIRIZAÇÃO. EMPREGADOS DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E DA TOMADORA. ISONOMIA. ART. 12, “A”, DA LEI Nº 6.019, DE 03.01.1974. (mantida) - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções. Aplicação analógica do art. 12, “a”, da Lei nº 6.019, de 03.01.1974.”

Por fim, o Item E é o correto, tratando-se do entendimento sumulado do TST no item II da Súmula nº 331.

QUESTÃO 89 – Acerca do cabimento de recurso de revista (RR) para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a opção correta de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência do TST. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

a) É cabível RR para reexame de fatos e provas.

b) Não cabe RR contra decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)

c) Não cabe RR contra decisões terminativas ou definitivas proferidas pelos tribunais regionais do trabalho, em dissídio coletivo, mandado de segurança e ação rescisória.

d) É cabível RR, na fase de execução, contra acórdão proferido em agravo de petição, por violação à lei federal, por divergência jurisprudencial, ou em caso de demonstração de violação direta a preceito da Constituição Federal.

e) Não cabe RR por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à CF nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam certidão negativa de débitos tributários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre recursos trabalhistas, especificamente sobre o Recurso de Revista para o TST.

O item A está incorreto, porque o Recurso de Revista é um recurso de natureza especial/extraordinária, direcionado à Tribunal Superior, e assim, não cabe reexame de fatos e provas, de forma similar ao que ocorre no Recurso Especial para o STJ e no Recurso Extraordinário para o STF. Entendimento exposto na Súmula nº 126 do TST.

O item B está incorreto, porque o Recurso de Revista é justamente para atacar acórdãos proferidos em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Entendimento que se extrai do *caput* do art. 896 da CLT.



O item C é o item CORRETO, pois as ações de dissídio coletivo, mandado de segurança e ação rescisórias são ações de competência originária do próprio Tribunal Regional do Trabalho, cabendo, dessa forma, o Recurso Ordinário, e não o Recurso de Revista.

O item D está incorreto, nos Recursos de Revista em fase de execução, só é cabível em caso de demonstração de violação direta a preceito da Constituição Federal, vide Art. 896, §2º, da CLT.

Por fim, o item E também está incorreto, conforme o §10º do art. 896 da CLT, é cabível Recurso de Revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à Constituição Federal nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

QUESTÃO 90 – De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 e da CLT e considerando a jurisprudência do STF e do TST, a justiça do trabalho não é competente para processar e julgar ações

a) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

b) entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o órgão gestor de mão de obra decorres da relação de trabalho.

c) possessórias ajuizadas em decorrência do exercício do direito de greve por trabalhadores da iniciativa privada.

d) que envolvam direito de greve dos servidores públicos civis da administração pública direta, autárquica e fundacional.

e) relativas a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata competência da Justiça do Trabalho.

O item A está incorreto, conforme o inciso III do art. 114 da Constituição Federal, é competente da Justiça do Trabalho para julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

O item B está incorreto, extração literal do art. 652, V, da CLT, que dispõe que Compete às Varas do Trabalho conciliar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMDO decorrentes da relação de trabalho.

O item C está incorreto, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal na **Súmula Vinculante nº 23**: “A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada”.

O item D está CORRETO, trata-se do entendimento do Supremo Tribunal Federal no **Tema de Repercussão Geral nº 544**: “A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.”. Não se trata, portanto, de competência da justiça do trabalho, estando correto o item.

Por fim, o item E também está incorreto, conforme o inciso VII do art. 114 da Constituição Federal, é competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

QUESTÃO 91 - Tarsila, enfermeira, faleceu em 10/12/2022, deixando uma companheira, com quem mantinha união estável desde 10/9/2021, um filho adotivo, menor de idade e com deficiência intelectual grave, e um menor de idade sob sua guarda. Ao tempo do falecimento, Tarsila exercia três atividades profissionais: mantinha um vínculo de emprego de enfermeira



em clínica particular, desde 2005; prestava, por conta própria, serviços de enfermagem em residência de clientes idosos acamados, desde 2010; e mantinha um vínculo de emprego público federal na área da saúde, desde 2021. Tarsila mantinha filiação e inscrição no regime de previdência social relativo a todas as atividades profissionais que exercia e havia recolhido tempestivamente as respectivas contribuições previdenciárias antes de falecer.

Considerando a situação hipotética apresentada, com relação ao benefício de pensão por morte devido aos dependentes de Tarsila, assinale a opção correta conforme a Emenda Constitucional n.º 103/2019 e a Lei n.º 8.213/1991. Para tanto, considere que a sigla RGPS, sempre que empregada, refere-se ao Regime Geral de Previdência Social.

a) O menor que estava sob a guarda de Tarsila deterá a qualidade de seu dependente, por equiparação legal ao filho da segurada, presumida a dependência econômica, enquanto o filho adotivo dela deterá a qualidade de seu dependente tão somente se a condição de deficiência tiver sido reconhecida previamente ao óbito da segurada, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

b) A companheira de Tarsila deverá ser habilitada como dependente e fará jus à percepção de pensão por morte vitalícia no RGPS relacionado aos três regimes previdenciários da falecida.

c) Nenhum dos três dependentes de Tarsila, beneficiários de pode pensões por morte independentes derivadas dos vínculos previdenciários que a segurada mantinha, poderá perceber mais de uma pensão à conta do RGPS, sendo permitida apenas a opção pela pensão mais vantajosa ou pelo acúmulo com a pensão específica derivada do vínculo previdenciário relativo ao emprego público de Tarsila.

d) O valor da pensão por morte de Tarsila a ser partilhado entre todos os seus dependentes deverá corresponder a 100% da aposentadoria a que ela teria direito se, na data do óbito, estivesse aposentada por incapacidade permanente, observado o limite máximo de benefícios do RGPS.

e) O valor da pensão por morte de Tarsila a ser partilhado entre todos os seus dependentes deverá corresponder a uma cota familiar de 50%, acrescida de 40%, para o valor que supere o limite máximo de benefícios do RGPS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Quanto ao filho adotivo, a condição de pessoa com deficiência pode ter sido reconhecida previamente ao óbito da segurada. Não há, todavia, obrigatoriedade. É este o teor do art. 23, § 5º, da EC 103/2009: “Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.”

A jurisprudência do STF (ADI 4878) firmou o entendimento de que o menor sob guarda é dependente para fins de concessão de benefício previdenciário, desde que comprovada a dependência econômica. Referida tese, todavia, somente tem aplicação ao período anterior à publicação da EC 103/2019. Isto porque o constituinte decorrente excluiu, expressamente, o menor sob guarda da condição de dependente para fins previdenciários. Vejamos o art. 23, §6º: “Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.”

Assim, há dois equívocos quanto ao menor sob guarda: 1) com a EC 103, o menor sob guarda não pode mais ser considerado dependente para fins de recebimento de pensão por morte; 2) ainda que se considerasse a jurisprudência do STF, em período anterior à reforma previdenciária, o Supremo era claro quanto à necessidade de comprovação da dependência econômica.



A alternativa B está incorreta. De acordo com enunciado, Tarsila e sua companheira iniciaram a união estável em 10/09/2021. Quando do óbito (10/12/2022), portanto, o relacionamento tinha apenas 1 ano e 3 meses de duração. Ocorre que, para fins de percepção de pensão por morte, o art. 16, §§5º e 6º, da Lei 8.213/91 exigem comprovação da união estável por pelo menos 2 anos antes do óbito do segurado (requisito não preenchido na espécie).

Além disso, a pensão por morte somente seria vitalícia se o beneficiário (no caso, a companheira de Tarsila), contasse com 45 anos ou mais de idade (informação não veiculada no enunciado da questão). Isso se, reitera-se, houvesse sido comprovado que a união estável teve início dois anos antes do óbito de Tarsila (o que não ocorreu), nos termos do art. 77, §2º, V, c, 6, da Lei 8.213/91.

A alternativa C está incorreta. A vedação ao recebimento de mais de uma pensão à conta do RGPS se refere, especificamente, ao cônjuge e ao companheiro. A assertiva, entretanto, fez referência aos três dependentes (o menor sob guarda, o filho adotivo e a companheira), afigurando-se equivocada desde já. Assim dispõe o art. 24 da EC 103/19: “É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.”

Ademais, Tarsila é segurada, em relação às três atividades exercidas, ao Regime Geral de Previdência Social.

A alternativa D está correta. A teor do enunciado, Tarsila possuía um filho adotivo, menor de idade e com deficiência intelectual grave. Deste modo, o valor da pensão por morte não seguirá a regra geral de 50% + 10% por dependente. Há regra específica no art. 23, § 2º, da EC 103/19, reproduzida, literalmente, pela alternativa: “Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput será equivalente a: I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.”

A alternativa E está incorreta. Como há dependente com deficiência intelectual grave, o percentual será de 100% da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, a teor do art. 23, § 2º, I, da EC 103/19. Vide comentários à alternativa D.

QUESTÃO 92. Conforme as regras legais do RGPS que regulam a relação previdenciária do segurado especial, julgue os itens a seguir.

I. Na exploração de atividade rural em regime de economia familiar, é possível a utilização, pelo próprio grupo familiar, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal que não esteja sujeito à incidência do imposto sobre produtos industrializados (IPI), sem se descaracterizar a condição de segurado especial.

II. Poderá ser qualificado como segurado especial, por equiparação legal, o trabalhador rural conhecido como boia-fria, que migra de uma região agrícola para outra, acompanhando o ciclo produtivo, em regime de economia individual, sem núcleo familiar.

III. Mantém-se como segurado especial o membro do grupo familiar que exerça atividade remunerada além da que lhe permite o enquadramento nessa condição, por período não superior a 120 dias, corridos ou intercalados, no ano civil e sem prejuízo do recolhimento das contribuições previdenciárias em relação à mencionada atividade remunerada adicional.



IV. O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado à razão de, no máximo, cem pessoas por dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados, sem, todavia, poder utilizar-se de tempo equivalente em horas de trabalho.

V. Desde 1.º de janeiro de 2023, por exigência legal, a comprovação da condição e do exercício da atividade rural do segurado especial deve ocorrer, exclusivamente, pelas informações constantes do cadastro dos segurados especiais no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Estão certos apenas os itens

a) I, II e V.

b) I, II e V.

c) I, III e V.

d) II, III e IV.

e) III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, porque os itens I, III e V estão corretos.

O item I é correto. Trata-se de situação consagrada no art. 9º, § 18, V c/c o § 25 do mesmo dispositivo, do Decreto 3.048/99: “Não descaracteriza a condição de segurado especial: (...) V - a utilização pelo próprio grupo familiar de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, na exploração da atividade, de acordo com o disposto no § 25; e Considera-se processo de beneficiamento ou industrialização artesanal aquele realizado diretamente pelo próprio produtor rural pessoa física, observado o disposto no § 5º do art. 200, desde que não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.”

O item II é incorreto. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é consolidado no sentido de que “o trabalhador rural, na condição de boia-fria, equipara-se ao segurado especial de que trata o inciso VII do artigo 11 da Lei 8.213/1991, no que tange aos requisitos necessários para a obtenção de benefícios previdenciários”.

A ausência de existência de núcleo familiar, constante da parte final do item, no entanto, não é uma condição *sine qua non* para a caracterização do indivíduo como boia-fria. Por tal razão, mostra-se equivocado o item.

O item III está correto. O Decreto 3.048/99 permite ao segurado especial o exercício de atividade remunerada por período não superior a 120 dias, corridos ou intercalados, no ano civil, sem que seja descaracterizada a sua qualidade. Vejamos o art. 9º, §8º, III, c/c/ §22:” Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de: (...)III - exercício de atividade remunerada em período não superior a cento e vinte dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 22; e O disposto nos incisos III e V do § 8º e no inciso VIII do § 18 não dispensará o recolhimento da contribuição devida em relação ao exercício das atividades de que tratam os referidos incisos. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).”

O item IV está incorreto porque o Decreto 3.048/99 permite a utilização de empregados por prazo determinado à razão de, no máximo, cento e vinte (e não cem, como menciona a assertiva) por dia no mesmo ano civil, em períodos corridos ou intercalados, ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho. Vejamos o art. 9º, §21º: “O grupo familiar poderá utilizar-se de empregado contratado por prazo determinado, inclusive daquele referido na alínea “r” do inciso I do caput, ou de trabalhador de que trata a alínea “j” do inciso V do caput, à razão de, no máximo, cento e vinte pessoas por dia no mesmo ano civil, em períodos corridos ou intercalados, ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho, à razão de oito horas por dia e quarenta e quatro horas por semana, hipóteses em que períodos de afastamento em decorrência de percepção de auxílio por incapacidade temporária não serão computados. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).”



O item V está correto. É o que consta do art. 19-D, *caput* e § 9º, do Decreto 3.048/99: O Ministério da Economia manterá sistema de cadastro dos segurados especiais no CNIS, observado o disposto nos § 7º e § 8º do art. 18, e poderá firmar acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com outros órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal para a manutenção e a gestão do sistema de cadastro. (...) A partir de 1º de janeiro de 2023, a comprovação da condição e do exercício da atividade rural do segurado especial ocorrerá, exclusivamente, por meio das informações constantes do cadastro a que se refere o caput, observado o disposto no § 18. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)”

QUESTÃO 93. Lucas mantém relação de emprego com a indústria de beneficiamento XYZ S./A. há quatorze meses, percebendo remuneração mensal equivalente a um salário mínimo nacional. Durante o período do vínculo laboral, em face de razões jurídicas diversas, ele, por três meses, recebeu remuneração total em montantes inferiores ao salário mínimo nacional e, por dois meses, percebeu remuneração equivalente ao dobro da contratada, em razão de horas extras trabalhadas e de acúmulo de funções, tendo a empresa tomado esses valores como base para retenção mensal e repasse da correlata contribuição previdenciária do empregado ao sistema previdenciário. No décimo quarto mês de trabalho, Lucas foi acometido de doença comum e precisou ser afastado por trinta dias, razão pela qual buscou a concessão do benefício de auxílio por incapacidade temporária pelo RGPS.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base na legislação previdenciária vigente.

a) Lucas não terá direito à percepção do auxílio por incapacidade temporária, porque não adquiriu a qualidade de segurado e não cumpriu o número mínimo de dezoito contribuições mensais, exigido como carência para a concessão do benefício.

b) Para fins de aquisição e manutenção da qualidade de segurado, inclusive para fins de carência do benefício de auxílio por incapacidade temporária, por se enquadrar na categoria de segurado empregado, Lucas faz jus ao reconhecimento, em seu histórico contributivo no RGPS, de todas as competências contributivas, independentemente de atendimento à exigência de limite mínimo mensal do salário de contribuição ou de contribuição mínima mensal exigida para sua categoria.

c) Uma vez que, no somatório de remunerações auferidas no período de um mês, durante três meses Lucas recebeu remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, ele poderá optar por complementar a sua contribuição, para fins de não haver prejuízo na contagem de seu tempo de contribuição e, inclusive, para eventual cumprimento de carência do benefício de auxílio por incapacidade temporária, de forma a alcançar o limite mínimo exigido, desde que dentro do mesmo ano civil, não podendo agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências, para aproveitamento em contribuições mínimas mensais.

d) Não caberá à empresa o pagamento do salário integral de Lucas durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, porque Lucas não completou o número mínimo de contribuições mensais exigido como carência, de forma que não fará jus ao benefício de incapacidade temporária, o qual seria iniciado a partir do décimo sexto dia de afastamento junto ao seguro social.

e) Uma vez que, somando-se as remunerações auferidas no período de um mês, durante três meses Lucas recebeu remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, a ele será facultado utilizar o valor da contribuição que exceder o limite mínimo de contribuição de uma competência em outra, de forma a alcançar o limite mínimo exigido, para não haver prejuízo na contagem de seu tempo de contribuição e também para eventual cumprimento de carência do benefício de auxílio por incapacidade temporária considerado.



Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Lucas é considerado segurado obrigatório da previdência social na qualidade de empregado. Deste modo, tão somente com o início do exercício de sua atividade laboral, adquiriu a qualidade de segurado. Assim dispõe o art. 20, §1º, do Decreto 3.048/99: “Filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações. A filiação à previdência social decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada para os segurados obrigatórios, observado o disposto no § 2º, e da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição para o segurado facultativo.”

Há, ainda, equívoco quanto à carência legal exigida para a concessão do benefício. Em se tratando de doença comum (como foi o caso narrado no enunciado), exige-se uma carência de 12 (doze) contribuições mensais (e não 18). Nos termos do art. 25, I, da Lei 8.213/91: “A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26: I - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;”

A alternativa B está incorreta. Após a Reforma da Previdência de 2019, o segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição aquelas competências cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para a sua categoria. É o que consta do art. 195, § 14, da CF: “O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)”

A alternativa C está incorreta. De fato, Lucas poderá optar por complementar a sua contribuição, para fins de não haver prejuízo na contagem de seu tempo de contribuição e, inclusive, para eventual cumprimento de carência do benefício de auxílio por incapacidade temporária, de forma a alcançar o limite mínimo exigido, desde que dentro do mesmo ano civil.

O erro, entretanto, está em afirmar que ele não poderá agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências, para aproveitamento em contribuições mínimas mensais. O segurado poderá agrupar contribuições inferiores ao mínimo, utilizar o valor que exceder uma em outra, ou complementar a contribuição para atingir o mínimo exigido. Estabelece o art. 29 da EC 103/2019: “Até que entre em vigor lei que disponha sobre o § 14 do art. 195 da Constituição Federal, o segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de 1 (um) mês, receber remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição poderá: I - complementar a sua contribuição, de forma a alcançar o limite mínimo exigido; II - utilizar o valor da contribuição que exceder o limite mínimo de contribuição de uma competência em outra; ou III - agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências, para aproveitamento em contribuições mínimas mensais. Parágrafo único. Os ajustes de complementação ou agrupamento de contribuições previstos nos incisos I, II e III do caput somente poderão ser feitos ao longo do mesmo ano civil.”

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma o item, a empresa deverá realizar o pagamento do salário integral de Lucas durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença (ainda que ele não tivesse direito ao auxílio por incapacidade temporária por falta de carência – o que não é o caso). Dispõe o art. 60, §3º, da Lei 8.213/91: “O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. (...) Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.”



A alternativa E está correta. É o que se extrai do art. 29 da EC 103/2019 c/c o art. 195, § 14, da CF. Vide comentários aos itens B e C.

QUESTÃO 94. Considerando a jurisprudência do STF, a Lei nº 8.213/1991 e a Emenda Constitucional nº. 103/2019, assinale a opção correta em relação ao benefício de aposentadoria especial, no âmbito do RGPS, decorrente de exposição a agentes nocivos à saúde.

a) Conforme a lei, é vedada a conversão de tempo especial em tempo comum ao segurado do RGPS que comprove tempo de efetivo exercício de atividade sujeita a condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, seja o tempo de labor nessas condições cumprido antes ou depois da data de entrada em vigor da Reforma Previdenciária de 2019.

b) Após a Reforma Previdenciária de 2019, para a concessão de aposentadoria especial, passou a exigir-se, em todo caso, que haja, no histórico contributivo do segurado, tempo de contribuição mínimo de vinte anos em qualquer atividade e idade mínima de cinquenta anos para as mulheres e cinquenta e cinco anos para os homens.

c) O direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o equipamento de proteção individual for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial.

d) É constitucional a vedação de continuidade da percepção de aposentadoria especial no caso em que o beneficiário permanece trabalhando em atividade especial ou a ela retorna, desde que seja essa atividade especial aquela que ensejou a aposentação precoce.

e) O valor do benefício de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos corresponderá a um coeficiente fixo de 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição correspondentes a 80% do período contributivo desde a competência de julho de 1994, limitada ao valor máximo do salário de contribuição do GPS e somada a um coeficiente variável para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos em todas as hipóteses de tempo de exposição efetiva aos agentes nocivos, sem distinção entre mulheres e homens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O erro está na parte final da assertiva (“antes ou depois da data de entrega em vigor da Reforma Previdenciária de 2019”). Antes da Reforma Previdenciária de 2019, era possível a conversão de tempo especial para comum quando o segurado não atingia o número mínimo de anos exigidos para a aposentadoria especial (15, 20 ou 25 anos), após somar todos os anos de trabalho em atividades especiais. Com a EC 103/2019, todavia, essa conversão passou a ser vedada, nos termos do art. 201, §14, da CF/88: “É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.”

Referida vedação consta, também, do art. 96, IX, da Lei 8.213/91: “Para fins de elegibilidade às aposentadorias especiais referidas no § 4º do art. 40 e no § 1º do art. 201 da Constituição Federal, os períodos reconhecidos pelo regime previdenciário de origem como de tempo especial, sem conversão em tempo comum, deverão estar incluídos nos períodos de contribuição compreendidos na CTC e discriminados de data a data.”

Assim, é vedada a conversão de tempo especial em tempo comum ao segurado do RGPS que comprove tempo de efetivo exercício de atividade sujeita a condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, seja o tempo de labor nessas condições cumprido **depois** da data de entrada em vigor da Reforma Previdenciária de 2019. Para o labor exercido antes de 14/11/2019 (data da entrada em vigor da EC), manteve-se a permissão de conversão de tempo de contribuição comum



para aposentadoria do segurado especial. Segundo a EC 103/19, Art. 25, § 2º : “Será reconhecida a conversão de tempo especial em comum, na forma prevista na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social que comprovar tempo de efetivo exercício de atividade sujeita a condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, cumprido até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, vedada a conversão para o tempo cumprido após esta data.”

A alternativa B está incorreta. A aposentadoria especial por agente nocivo, a teor da EC 103/2019, exige um período mínimo de **15, 20 ou 25 anos**. A idade mínima para aposentadoria, nestes casos, irá variar de acordo com o tempo de trabalho.

- I) 55 anos, quando se tratar de atividade especial de 15 anos de contribuição;
- II) 58 anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 anos de contribuição;
- III) 60 anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 anos de contribuição;

É o que consta da art. 19 da EC 103/2019: “Até que lei disponha sobre o tempo de contribuição a que se refere o inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, o segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social após a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional será aposentado aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, com 15 (quinze) anos de tempo de contribuição, se mulher, e 20 (vinte) anos de tempo de contribuição, se homem. Até que lei complementar disponha sobre a redução de idade mínima ou tempo de contribuição prevista nos §§ 1º e 8º do art. 201 da Constituição Federal, será concedida aposentadoria: I - aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, nos termos do disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando cumpridos: a) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 15 (quinze) anos de contribuição; b) 58 (cinquenta e oito) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de contribuição; ou c) 60 (sessenta) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição;”

A alternativa C está correta. O Supremo Tribunal Federal, no ARE 664335/SC (Tema 555 da Repercussão Geral – Informativo 770), fixou a tese de que “o *direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial; II - Na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual – EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria”.*

A alternativa D está incorreta. O equívoco está na parte final da assertiva, isto porque é irrelevante se o retorno ou continuidade em atividade especial se dará na mesma atividade em que se aposentou ou em outra. É este o teor do Tema 709 da Repercussão Geral do STF (RE 791961): “I) É constitucional a vedação de continuidade da percepção de aposentadoria especial se o beneficiário permanece laborando em atividade especial ou a ela retorna, seja essa atividade especial aquela que ensejou a aposentação precoce ou não. II) Nas hipóteses em que o segurado solicitar a aposentadoria e continuar a exercer o labor especial, a data de início do benefício será a data de entrada do requerimento, remontando a esse marco, inclusive, os efeitos financeiros. Efetivada, contudo, seja na via administrativa, seja na judicial a implantação do benefício, uma vez verificado o retorno ao labor nocivo ou sua continuidade, cessará o pagamento do benefício previdenciário em questão.”

A alternativa E está incorreta. A uma, porque o valor do benefício de aposentadoria corresponderá à 60% da média aritmética simples de 100% do período contributivo desde 1994 (e de 80% do



período contributivo). É o que consta do art. 26 da EC 103/2019: “Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência. (...) O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos.”

A duas, porque o coeficiente fixo de 60% será somado a um coeficiente fixo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição (a assertiva incorre em erro ao mencionar que o coeficiente seria variável).

QUESTÃO 95. No que se refere aos regimes de previdência privada ou complementar, assinale a opção correta.

a) É possível a decretação de intervenção em entidades abertas ou fechadas de previdência complementar, desde que observadas, cumulativamente, condições de irregularidade ou insuficiência na constituição de reservas técnicas, provisões e fundos e aplicação dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos de forma inadequada ou em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes.

b) As modificações realizadas nos regulamentos dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência aplicam-se a todos os participantes da entidade, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, devendo, todavia, ser observado o direito acumulado de cada participante.

c) O contrato previdenciário firmado pelo participante com a entidade de previdência complementar e o contrato de trabalho são, em regra, autônomos, de modo que os benefícios concedidos no âmbito do plano de benefícios da entidade de previdência privada também não integram a remuneração dos participantes.

d) A previsão de requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas por patrocinadores públicos ou privados não se insere na reserva legal de lei complementar, necessária para regular o regime de previdência privada.

e) É assegurado aos participantes de planos de entidades abertas de previdência complementar o direito à portabilidade, observados os critérios fixados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão regulador responsável pelo procedimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Os requisitos para a intervenção podem ser verificados de forma isolada ou cumulativa, a teor do art. 44 da LC 109/2001: “Art. 44. Para resguardar os direitos dos participantes e assistidos poderá ser decretada a intervenção na entidade de previdência complementar, desde que se verifique, isolada ou cumulativamente;”

A alternativa B está correta. A alternativa traz a literalidade do art. 17 da LC 109/2001: “As alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observado o direito acumulado de cada participante.”



A alternativa C está incorreta. De fato, a regra geral é a autonomia entre o contrato previdenciário com entidade de previdência complementar e o contrato de trabalho. Todavia, a LC 109/2001, em seu art. 68, consagra uma exceção à esta regra. Como a alternativa generaliza, sem excepcionar os benefícios concedidos no âmbito do plano de benefícios, está equivocada. Vejamos: “As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstos nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência complementar não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes.”

A alternativa D está incorreta. O § 6º do art. 202 da CF é claro quanto à exigência de lei complementar para o estabelecimento dos requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar. Assim dispõe: “Lei complementar estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelos patrocinadores de que trata o § 4º e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.”

A alternativa E está incorreta. O equívoco está na parte final da assertiva. Os critérios para a portabilidade dos participantes de planos de entidades abertas de previdência complementar não são fixados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), mas, sim, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). É o que se extrai do art. 74 da LC 109/2001: “Até que seja publicada a lei de que trata o art. 5º desta Lei Complementar, as funções do órgão regulador e do órgão fiscalizador serão exercidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio, respectivamente, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), relativamente às entidades fechadas, e pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em relação, respectivamente, à regulação e fiscalização das entidades abertas.”

Vale destacar, ainda, que a PREVIC não é órgão regulador. Trata-se, em verdade, de órgão de fiscalização das entidades fechadas.

QUESTÃO 96. Seis meses antes das eleições em que o Presidente da República disputaria a reeleição, um estagiário de pós-graduação da Advocacia Geral da União (AGU) divulgou e manteve exposta, até a data do pleito, publicidade institucional do governo federal custeada por recursos públicos.

Considerando essa situação hipotética, a legislação eleitoral e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinale a opção correta a respeito de propaganda eleitoral e de conduta vedada aos agentes públicos.

a) A referida conduta do estagiário não é passível de punição, pois ele não se enquadra na definição de agente público para fins eleitorais.

b) Eventual punição do estagiário dependerá da aferição da potencialidade lesiva da publicidade institucional por ele veiculada e de sua intenção em beneficiar o candidato à reeleição.

c) O estagiário só poderá ser punido pela referida conduta caso o candidato à reeleição tenha vencido o pleito.

d) O estagiário poderá ser punido pela referida conduta, pois a citada divulgação institucional, apesar de realizada antes do período defeso, foi mantida durante os três meses que antecederam as eleições.

e) O estagiário não poderá ser punido pela referida conduta, pois a divulgação institucional foi realizada em momento anterior aos três meses que antecederam as eleições.

Comentários



A resposta correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, porque o estagiário, seja de pós-graduação ou de graduação, é considerado agente público para fins eleitorais, conforme art. 73, §1º, da Lei nº 9.504 de 1997: “Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.”

A alternativa B está incorreta, porque no entendimento do TSE (AgR-AI nº 5747) “as condutas vedadas são causas de responsabilidade objetiva, dispensando a análise de sua potencialidade lesiva”.

A alternativa C está incorreta, porque, de acordo com o TSE (AgR-REspe nº 722), as condutas são analisadas de modo objetivo, independente do resultado da eleição: “Descabe levar em conta a potencialidade lesiva do ilícito de interferir no resultado do pleito para a configuração da conduta vedada”.

A alternativa D está correta, porque o TSE (Recurso Especial Eleitoral 060020624/BA) entende que basta manter durante o período vedado, independente se foi lançada anteriormente: “A manutenção de publicidade institucional em período vedado caracterizado o ilícito, ainda que autorizado e veiculado anteriormente.”

A alternativa E está incorreta, porque o TSE (Recurso Especial Eleitoral 060020624/BA) entende que basta manter durante o período vedado, independente se foi lançada anteriormente: “A manutenção de publicidade institucional em período vedado caracterizado o ilícito, ainda que autorizado e veiculado anteriormente.”

QUESTÃO 97. Um órgão público federal, antes dos três meses que antecediam as eleições, consultou a AGU sobre a possibilidade de hospedar, em sua página oficial na Internet, um *link* que remetia ao sítio de candidato à prefeitura de determinado município.

Com base na legislação eleitoral e na jurisprudência do TSE, assinale a opção que apresenta a resposta correta a ser oferecida à consulta jurídica feita na situação hipotética apresentada.

a) Como se trata da página oficial de órgão federal e o *link* é remissivo a sítio de candidato à cargo municipal, a conduta não é vedada.

b) É vedada a propaganda eleitoral na Internet em sítios oficiais ou hospedados pela administração pública, ainda que veiculada por meio de *link* meramente remissivo à página de candidato.

c) Desde que o conteúdo relacionado ao candidato não esteja diretamente disposto no sítio oficial do órgão, a conduta é permitida.

d) A conduta caracteriza propaganda eleitoral irregular sujeita à aplicação de multa ao responsável pela sua divulgação e ao beneficiário, independente de seu conhecimento prévio.

e) Como não se trata de período defeso eleitoral, a conduta não é vedada.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque o TSE possui entendimento de que o *link* remissivo à página pessoal de candidato configura conduta vedada pelo art. 73, II, da Lei nº 9.507/97: “II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;”

A alternativa B está correta, porque o TSE possui entendimento de que o *link* remissivo à página pessoal de candidato configura conduta vedada pelo art. 73, II, da Lei nº 9.507/97: “II - usar



materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;”

A alternativa C está incorreta, porque o TSE possui entendimento de que o *link* remissivo à página pessoal de candidato configura conduta vedada pelo art. 73, II, da Lei nº 9.507/97, logo não existe permissão, ainda que indireta: **“ocorrência de indisfarçado desvio de finalidade na utilização de página mantida por órgão da administração pública do município, a qual serviu de atalho para impulsionar o acesso à rede social do candidato em que promovidos atos deliberados de campanha eleitoral.”**

A alternativa D está incorreta, porque o conhecimento prévio é necessário para punição, nos termos do art. 57-C, §2º, da Lei nº 9.507/97 e da jurisprudência do TSE: “A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda ou pelo impulsionamento de conteúdos e, quando **comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário**, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.”

A alternativa E está incorreta, porque o art. 57-C, §1º, II, da Lei nº 9.507/97 veda a utilização de site oficial, independente de ser período eleitoral ou não: **“oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”**

QUESTÃO 98. A Presidência da República consultou a AGU sobre a possibilidade de o chefe do Poder Executivo federal e sua comitiva utilizarem transporte oficial na campanha de reeleição.

Nessa situação hipotética, segundo a legislação eleitoral e a jurisprudência do TSE, a utilização do transporte oficial na campanha eleitoral é

- a) permitida exclusivamente ao candidato à reeleição, sendo exigido dele o ressarcimento das despesas.**
- b) permitida tanto ao candidato à reeleição quanto à sua comitiva, sendo necessário o ressarcimento das despesas pelo partido político ou pela coligação a que ele esteja vinculado.**
- c) permitida ao candidato à reeleição e à sua comitiva, sem necessidade do ressarcimento das despesas.**
- d) vedada tanto ao candidato à reeleição quanto à sua comitiva, pois é proibido aos agentes públicos usar, com essa finalidade, bens móveis pertencentes à administração pública.**
- e) vedada apenas à comitiva do candidato à reeleição, não sendo exigido o ressarcimento das despesas.**

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque a permissão é para o candidato e sua comitiva, além do ressarcimento não ser de responsabilidade do candidato, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.507/97: “O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado.”

A alternativa B está correta, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.507/97: “O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado”.

A alternativa C está incorreta, porque o ressarcimento das despesas é necessário, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.507/97: “O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo



Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado.”

A alternativa D está incorreta, porque é permitida a utilização nos termos do art. 73, §2º, da Lei nº 9.507/97: “§ 2º A vedação do inciso I do caput não se aplica ao uso, em campanha, de transporte oficial pelo Presidente da República, obedecido o disposto no art. 76 (...)”.

A alternativa E está incorreta, porque a comitiva poderá utilizar e o ressarcimento é obrigatório, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.507/97: “O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado”.

QUESTÃO 99. Acerca da propaganda eleitoral irregular, considerando a jurisprudência do TSE, a configuração do abuso de poder

a) exige a comprovação do desvirtuamento da propaganda com o consequente benefício do candidato, aliado à gravidade dos fatos.

b) exige a comprovação do desvirtuamento da propaganda, independente de configurar benefício ao candidato.

c) independe da comprovação do desvirtuamento da propaganda em benefício do candidato.

d) exige a comprovação do desvirtuamento da propaganda com o consequente benefício do candidato, assim como nas condutas vedadas aos agentes públicos.

e) perfaz-se de modo objetivo, não sendo considerada a gravidade dos fatos.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme Jurisprudência do TSE (AgR-REspEI nº 65654) que exige o desvirtuamento da propaganda com o consequente benefício do candidato, aliado à gravidade dos fatos para configurar abuso de poder.

A alternativa B está incorreta, conforme Jurisprudência do TSE (AgR-REspEI nº 65654) que exige o desvirtuamento da propaganda com o consequente benefício do candidato, aliado à gravidade dos fatos para configurar abuso de poder.

A alternativa C está incorreta, conforme Jurisprudência do TSE (AgR-REspEI nº 65654) que exige o desvirtuamento da propaganda com o consequente benefício do candidato, aliado à gravidade dos fatos para configurar abuso de poder.

A alternativa D está incorreta, porque nas condutas vedadas não é necessário o beneficiamento dos candidatos, diferente do abuso de poder, conforme Jurisprudência do TSE (AgR-REspEI nº 65654).

A alternativa E está incorreta, conforme Jurisprudência do TSE (AgR-REspEI nº 65654) que exige o desvirtuamento da propaganda com o consequente benefício do candidato, aliado à gravidade dos fatos para configurar abuso de poder.

QUESTÃO 100. Acerca das sanções aplicadas em razão da prática de conduta vedada aos agentes públicos em eleições, julgue os itens a seguir.

I – Aos agentes públicos que praticarem alguma das condutas vedadas em eleições e aos partidos políticos, às coligações e aos candidatos que dela se beneficiarem poderá ser aplicada multa, além da suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso.

II – O candidato beneficiado por conduta vedada, seja ele agente público ou não, estará sujeito à cassação do registro ou do diploma.

III – Na hipótese de agente público praticar conduta vedada em eleições, além das sanções eleitorais previstas, poderão incidir outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes.



IV – Candidato condenado por abuso de autoridade em virtude de violação ao princípio da impessoalidade estará sujeito ao cancelamento do registro ou do diploma.

V – A multa aplicada por conduta vedada em eleições será duplicada em cada caso de reincidência.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas os itens II e III estão certos.

c) Apenas os itens I, IV e V estão certos.

d) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**, porque todos os itens estão corretos.

O item I está correto, conforme previsão do §8º c/c §4º do art. 73 da Lei nº 9.504/97: “Aplicam-se as sanções do § 4º aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem.”

O item II está correto, conforme previsão do §5º do art. 73 da Lei nº 9.504/97: “§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do caput e no § 10, sem prejuízo do disposto no § 4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma.”

O item III está correto, conforme previsão do §7º do art. 73 da Lei nº 9.504/97: “§ 7º As condutas enumeradas no caput caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III.”

O item IV está correto, conforme previsão do §7º do art. 73 da Lei nº 9.504/97: “§ 7º As condutas enumeradas no caput caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III.”

O item V está correto, conforme previsão do §6º do art. 73 da Lei nº 9.504/97: “§ 6º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência.”



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](#) / [yasminushara](#)

